



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Departamento de Educação Campus I

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação

MERILANDE DE OLIVEIRA SOARES ELOI

**INSTITUTO FEDERAL BAIANO: UMA PROPOSTA DE
AMPLIAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA
ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA
DE NÍVEL MÉDIO**

**SALVADOR
2013**

MERILANDE DE OLIVEIRA SOARES ELOI

**INSTITUTO FEDERAL BAIANO: UMA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes

**SALVADOR
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Jacira Almeida Mendes – CRB: 5/592

Eloi, Merilande de Oliveira Soares

Instituto Federal Baiano: uma proposta de ampliação da avaliação institucional para atendimento da educação profissional técnica de nível médio / Merilande de Oliveira Soares Eloi . – Salvador, 2013.

115f.

Orientador: Ivan Luiz Novaes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação Campus I. 2013.

Contém referências e apêndices.

1. Instituto Federal Baiano - Avaliação. 2. Escolas técnicas - Brasil. 3. Ensino técnico. I. Novaes, Ivan Luiz. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 378.8142

FOLHA DE APROVAÇÃO

"INSTITUTO FEDERAL BAIANO: UMA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO"

MERILANDE DE OLIVEIRA SOARES ELOI

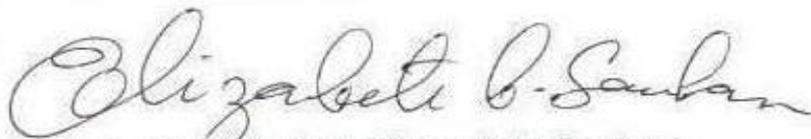
Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*scriptu sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 17 de julho de 2013, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Profa. Dra. Kátia Siqueira de Freitas
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Educacion Administration
The Pensylvania State University



Profa. Dra. Elisabete Conceição Santana
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educacion Moral y Democracia
Universidade de Barcelona

Aos meus pais, Pedro e Raquel, meus referenciais,
fonte de amor e proteção.
Aos meus irmãos queridos, Patrícia e Rogério,
sempre solidários na minha trajetória.
Ao companheiro de vida, Hérmeson, amor primeiro,
a quem escolhi para dividir a minha história.
A nossa dádiva, filho amado, Hérmeson Júnior.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de uma caminhada. Este resultado não seria possível sem ajuda de várias pessoas que de longe ou de perto contribuíram e torceram por mim. A essas pessoas o meu mais profundo agradecimento...

Ao professor Ivan Luiz Novaes, meu orientador, pela valiosa contribuição com seus conhecimentos e sugestões, pela crença na proposta e na orientanda, pelo respeito de cada momento de limite e possibilidade.

As professoras Elisabete Conceição Santana e Kátia Siqueira de Freitas pelas significativas contribuições durante a qualificação e pela participação na banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pelas contribuições diretas ou indiretas a realização deste trabalho.

As “meninas” da Secretaria Acadêmica do GESTEC, pela competência, gentileza e pronto atendimento nas solicitações.

Aos membros da Comissão Própria de Avaliação do IF Baiano, sujeitos desta pesquisa, pela receptividade e acolhida da proposta de estudo, suas contribuições foram essenciais para a consecução do objetivo proposto.

Aos colegas de mestrado, em especial as “orientandas de Ivan”, Áurea, Cida, Lília e Kilza, pela amizade e cumplicidade.

Aos colegas do IF Baiano *Campus* Santa Inês pelo incentivo. Ao professor Nelson Vieira Filho, Diretor Geral deste *Campus*, pelo apoio para participação das aulas do mestrado e sensibilidade nesta etapa final de conclusão.

As “meninas do pedagógico” do IF Baiano *Campus* Santa Inês, Arlene Sampaio, Douriene Amorim, Nelian Costa, Rosângela Rodrigues, Roselin Reis, Tame Andrade e Viviane Leporace, pelo incentivo, partilha dos momentos difíceis, carinho e compreensão. Em especial, a Rosângela Rodrigues, pelas leituras, questionamentos e ponderações no projeto inicial para a seleção do mestrado e nos capítulos da dissertação, obrigada, os questionamentos incisivos foram muito importantes.

Ao amigo Fábio Moraes, pela ajuda com a informática, sempre que precisei.

Ao amigo Emanuel Velame, que mesmo com o tempo exíguo não mediu esforços para auxiliar-me na revisão da produção escrita.

A todos amigos que contribuíram, acreditaram e me incentivaram para a realização de mais uma etapa em minha formação.

A Paty, mana querida, Marcos, cunhado, e Eros, sobrinho amado, por me acolherem nesse período no lar de vocês, dando-me não apenas a estadia, mas o afeto e acolhida, minha eterna gratidão.

A Hérmeson, meu esposo, pela compreensão nas minhas ausências, alterações de humor, pelo acordar nas madrugadas para ir me buscar e conduzir até a rodoviária para que eu pudesse participar das aulas e orientações, o seu amor é fundamental em minha vida, nas minhas conquistas.

A Júnior, filho amado, que cresceu tão rápido, por compreender a minha falta de atenção, e do seu jeito me incentivar “mãe, e aí já terminou?”, “ainda faltam quantas páginas?”, “vai lá, eu sei que você consegue”.

A Raquel, minha “mainha”, pelas orações, incentivo e acolhida calorosa nas noites frias em que tinha que fazer o traslado por Maracás até Santa Inês, por questões de segurança, mãe obrigada, você é meu porto seguro.

Enfim, e principalmente, a minha mãezinha do Céu, Nossa Senhora das Graças, por estar à frente abrindo os caminhos, e a Deus, Pai de infinita bondade e amor, obrigada pela vida, força, fé e por ter colocado seus Anjos junto a mim, para me proteger, cuidar e iluminar os momentos da caminhada. Deus te bendigo por mais esta conquista.

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos.

Paulo Freire, 1985.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a temática da Avaliação Institucional, especificamente, o processo de autoavaliação institucional no contexto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano. Em face à realidade dos Institutos Federais que não ofertam exclusivamente educação superior, mas também e em maior proporção a educação básica profissional, a questão que orientou este estudo foi estruturada da seguinte forma: Quais os princípios e critérios necessários ao desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação institucional que considere as características do Instituto Federal Baiano? O estudo teve como objetivo geral elaborar uma proposta de ampliação da avaliação institucional para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do referido Instituto. Com vistas a buscar os elementos para consecução da proposta, delineamos como objetivos específicos: (i) analisar o processo de autoavaliação institucional implantando em 2011 a partir do modelo estabelecido pelo SINAES, atentando-se para as especificidades dos Institutos Federais de Educação, especificamente, o IF Baiano; (ii) identificar os princípios e critérios necessários para a realização de uma proposta de autoavaliação institucional considerando as características da referida instituição; (iii) esboçar uma proposta de autoavaliação institucional para contemplar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Para tanto, foi realizado um levantamento de natureza exploratória e descritiva com uma abordagem predominantemente qualitativa que adotou como procedimentos metodológicos a aplicação de questionários, pesquisa bibliográfica e análise de documentos. A pesquisa revelou que o processo de implantação da autoavaliação institucional apresentou dificuldades de natureza administrativa e logística; desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o processo e relevância da avaliação institucional; ausência de capacitação para os membros da CPA. Apesar das dificuldades, os membros da CPA reconhecem que a autoavaliação institucional é um processo para o desenvolvimento e melhoria institucional e indicam a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos e metodologias utilizados. Embasados pela conjugação da pesquisa bibliográfica, análise documental e das informações apresentadas pelos membros da Comissão Própria de Avaliação, esboçamos uma proposta de ampliação da avaliação institucional para atendimento da educação profissional técnica de nível médio baseada nos princípios da continuidade, globalidade, participação, transparência, legitimidade e respeito à identidade. A proposta é constituída de quatro etapas: modelagem; execução; tratamento, análise e interpretação; ação.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Institutos Federais. Autoavaliação Institucional.

ABSTRACT

This research examines the theme of institutional assessment, specifically, the process of institutional self-evaluation in the context of the Federal Institute of education science and technology Baiano-IF Baiano. In the face of reality of the Federal Institutes that offer not only higher education, but also and in greater proportion professional basic education, the issue that guided this study was structured as follows: what principles and criteria necessary for the development of a proposal for institutional self-assessment that consider the characteristics of the Federal Institute of Bahia? The study had as general objective to draw up a proposal for expansion of the institutional assessment for Professional Technical education of middle level of that Institute. In order to get the elements to achieve the proposal, we have outlined as specific objectives:(i) analyse the institutional self-evaluation process deploying in 2011 from the model established by SINAES, paying attention to the specificities of the Federal Institutes of education, specifically, the IF Baiano; (ii) identify the principles and criteria necessary for conducting a self-assessment institutional proposal considering the characteristics of the said institution; (iii)drafting a proposal for institutional self-evaluation to contemplate Technical Education Middle Level. To this end, we conducted a survey of exploratory and descriptive nature with a predominantly qualitative approach which adopted as methodological procedures the implementation of questionnaires, bibliographical research and analysis of documents.The research revealed that the deployment process of institutional self-evaluation performed administrative and logistical difficulties; ignorance of the academic community on the process and importance of institutional assessment; the absence of training for the members of the CPA. Despite the difficulties, the members of the CPA recognize that institutional self-assessment is a process for the development and institutional improvement and indicate the need for improvement of instruments and methodologies used. Undergirded by the combination of bibliographical research, document analysis and information presented by the members of the Commission assessment Itself, have outlined a proposal for expansion of the institutional assessment for attendance of mid-level technical professional education based on the principles of continuity, as a whole, participation, transparency, legitimacy and respect for identity. The proposal consists of four steps: modeling; execution;processing, analysis and interpretation; action.

Keywords: Institutional Assessment. Federal Institutes. Institutional Self-assessment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
AVALIES	Avaliação das Instituições de Educação Superior
CAC	Comissão de Avaliação do Campus
CAPES	Coordenação Pessoal de Nível Superior
CEA	Comissão Especial de Avaliação
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
EMARC	Escolas Médias de Agropecuária Regional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho do Estudante
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
IEA	International Education Assessment
IF BAHIA	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
IF Baiano	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano
IFs	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NCES	American National Center of Educational Statistics
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Etapas do Processo de Autoavaliação Institucional	35
Figura 2	Campi do IF Baiano que ofertam Educação Superior	38
Figura 3	Elementos Constitutivos da Proposta	61
Figura 4	IF Baiano- Dados dos Cursos e Matrículas 2011/2012	66
Figura 5	Estrutura Organizacional do IF Baiano	68
Figura 6	Características da Avaliação Institucional do IF Baiano	70
Figura 7	Etapas da Proposta de Autoavaliação Institucional	86
Figura 8	Dimensões da Autoavaliação Institucional para a EPTNM do IF Baiano	87
Figura 9	Ciclo da Avaliação	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Países da América Latina e Ano de Implantação do Sistema de Avaliação	26
Quadro 2	Trabalhos com enfoques em propostas e sistemáticas de autoavaliação institucional	61
Quadro 3	Motivos desencadeadores para participação da CPA	75
Quadro 4	Convergências e divergências sobre o SINAES a partir do prisma dos membros da CPA	79
Quadro 5	Correlação entre as dimensões do SINAES, PDI IF Baiano e Proposição	87
Quadro 6	Proposta de Núcleo Comum de Dimensões/Categorias/Indicadores para Autoavaliação Institucional da EPTNM IF Baiano	91
Quadro 7	Avaliadores	93

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Nível de Participação dos membros da CPA em experiências anteriores em processo de autoavaliação institucional 75
- Gráfico 2: Princípios essenciais para o desenvolvimento do processo de autoavaliação do IF Baiano sob o prisma dos membros da CPA 80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Escala para avaliação do grau de desempenho do Curso à luz de cada item	94
Tabela 2	Escala para avaliação do grau de concordância	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTEXTOS	23
1.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS	25
1.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	27
1.2.1 O modelo proposto pelo SINAES	32
1.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO	37
2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CAMPO TEÓRICO	42
2.1 AVALIAÇÃO: CONCEITOS E ABORDAGENS	43
2.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	46
2.2.1 Autoavaliação Institucional	51
2.2 MULTICAMPI	53
3. CAMINHO METODOLÓGICO	55
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	55
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA	57
3.3 PROCEDIMENTOS E CAMINHO METODOLÓGICO	58
3.3.1 Análise Documental	58
3.3.2 Questionário	59
3.3.1 Pesquisa Bibliográfica	60
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	62
3.4.1 A Instituição: IF Baiano	62
3.4.2 Autoavaliação Institucional nos documentos institucionais	69
3.4.3 O Processo de Autoavaliação Institucional sob o prisma dos membros da CPA	74
4. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS: UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	82

4.1 PRINCÍPIOS	82
4.2 PROPOSTA	85
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	109
Apêndice A - Itens para levantamento de informações e questionários paraAutoavaliação Institucional dos Cursos da EPTNM	110
Apêndice B –Questionário aplicado aos membros da CPA	115

INTRODUÇÃO

Se a escola é o fim de nossas pesquisas e de tudo o que escrevemos, o resultado de nossas pesquisas deveria a ela chegar, e de algum modo a ela beneficiar.

Regina Leite Garcia

A avaliação é uma temática presente nas instituições educacionais. Ela faz parte do cotidiano escolar, desde a definição dos referenciais e critérios a serem utilizados nos processos de avaliação do ensino e aprendizagem ocorridos nos espaços da sala de aula à instituição em todos os seus aspectos administrativos, pedagógicos e sociais.

As reflexões que nos instigaram e conduziram-nos para a realização desta pesquisa, no campo da avaliação, intitulada de “Instituto Federal Baiano: Uma proposta de Ampliação da Avaliação Institucional para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio” é decorrente de uma trajetória singular e plural, que foi sendo tecida a partir da nossa vivência nas instituições educacionais pelas quais já passamos, seja do lugar de aluna, de docente e atualmente de técnica, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano.

Nessa trajetória, a avaliação constituiu-se uma questão recorrente. Primeiro, do lugar de docente, o interesse girava em torno da avaliação educacional com foco no processo de ensino e aprendizagem no intuito de compreender as implicações, tensões e significação da avaliação na prática educativa em sala de aula. Posteriormente, do lugar de técnica em assuntos educacionais, a partir do ingresso no IF Baiano em 2010, o viés de interesse assume outra perspectiva: desloca-se do espaço micro —sala de aula— para o espaço meso — escola —, com a finalidade de entender como a avaliação institucional poderia se constituir numa ferramenta que concorresse para a melhoria dos processos em que se dão as relações, assim como, na consecução da sua função social.

Este interesse se apresenta diante do novo cenário do qual começávamos a fazer parte e acompanhar. Consolida-se quando acompanhamos a transição das Escolas Agrotécnicas Federais para Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano. Em decorrência da aprovação da Lei n.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a instituição da

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim passaram a compor o que hoje se denomina de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano. Além das antigas escolas Agrotécnicas, o IF Baiano incorporou as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC) de Itapetinga, Valença, Uruçuca e Teixeira de Freitas, mantidas pela Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Assim, todas essas escolas passaram a compor o conjunto de campi do IF Baiano.

O nosso período de ingresso no IF Baiano, dá-se justamente no momento inicial dessa transição e de construção de uma nova configuração, pois até então, as escolas que compunham este Instituto, eram essencialmente organizadas para atenderem ao ensino técnico profissional de nível médio eminentemente agrícola, com uma estrutura organizacional e pedagógica que não mais atendia a uma nova realidade.

Com a Lei 11.892/2008, os Institutos Federais são considerados como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Nesta nova configuração, dentre outros elementos, a avaliação institucional torna-se uma realidade também para os Institutos Federais, regida pela Lei 10.861/2004 que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, visto que nos termos da Lei 11.892/2008 o processo de avaliação institucional desses Institutos deverá seguir os mesmos procedimentos dados às universidades federais. Este sistema estabelece uma proposta de avaliação para a educação superior que engloba a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes. Passa a haver, então, a avaliação institucional, em duas modalidades, externa e interna, segundo o SINAES. A avaliação interna ou autoavaliação deverá ser conduzida por uma Comissão Própria de Avaliação — CPA.

Esta política de avaliação proposta para os Institutos Federais atende parte da instituição, visto que incide apenas sobre a educação superior. A educação básica e profissional, que também é de competência dos Institutos, não é contemplada. Essa lacuna, que é verificada no SINAES, se apresenta no IF Baiano quando em seu processo inicial de instauração da avaliação institucional, mais precisamente do processo de autoavaliação institucional em 2011, tem como foco inicial o ensino superior, ficando a educação básica e profissional para o segundo momento, conforme preconiza o Regimento da Comissão Própria de Avaliação.

A partir do entendimento que avaliação institucional deve se constituir em um processo que possibilita a compreensão da totalidade da instituição e ressaltando a lacuna existente no SINAES quanto ao atendimento da Educação Básica e Profissional, trazemos como questão central para o nosso estudo: Quais são os princípios e critérios necessários ao desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação institucional que considere as características do Instituto Federal Baiano?

Esta questão nos direcionou a buscar os elementos para subsidiar a construção de uma proposta de ampliação da avaliação institucional do IF Baiano de modo a contemplar também a educação profissional técnica de nível médio. Assim, se inicia a trajetória investigativa deste trabalho, que analisa a avaliação institucional, especificamente o processo de autoavaliação institucional.

De outra parte também, observamos a partir de busca no banco de dados do Portal de Coordenação Pessoal de Nível Superior - CAPES, bem como da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileiras, apenas o registro de três estudos voltados para a avaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, entre o período de 2009-2012¹.

Identificamos a dissertação de Souza (2010), cujo título é “A Autoavaliação proposta pelo SINAES no contexto das mudanças de educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal Norte de Minas”. Este estudo objetivou identificar as mudanças institucionais pelas quais passaram dois Campi do Instituto do Norte de Minas Gerais e como essas mudanças incidiram sobre a identidade e processo de implantação de autoavaliação proposto pelo SINAES.

O estudo de Argollo (2010), dissertação de mestrado, denominado de “Autoavaliação Institucional na Rede Federal de Educação Tecnológica: análise da implementação do SINAES”, teve como finalidade analisar a implementação da autoavaliação institucional no âmbito das IES que compõe a Rede Federal de Educação Tecnológica, os CEFETS, a partir dos pressupostos de autonomia, globalidade e participação preconizados pelo SINAES, no período de 2004-2009.

Encontramos também Brezinski (2011), dissertação de mestrado, que traz em sua pesquisa “O novo modelo para educação profissional e tecnológica e a avaliação institucional: efeitos das políticas públicas sobre a configuração do Instituto Federal de Santa Catarina”. Este estudo procurou analisar as consequências desencadeadas pelas políticas preconizadas

¹O ano base de início escolhido para a pesquisa deve-se ao fato de que os Institutos Federais de Educação, foram criados por lei a partir de 29 de dezembro de 2008.

para a educação profissional a partir da Lei 11.892/2008 e Avaliação Institucional, indicada pela Lei 10.861/2004 no Instituto Federal de Santa Catarina.

Os resultados apresentados pelos estudos de Argollo (2010) e Souza (2010) indicam a necessidade de refletir, discutir e construir propostas de avaliações que estejam atentos à realidade pluricurricular e multicampi, da qual os Institutos fazem parte, sem cair “na armadilha” de aderir a uma prática que não é sua.

Brezinski (2011) coaduna com estes posicionamentos na medida em que evidencia em suas considerações a natureza dos Institutos, isto é, estes são instituições de educação profissional e tecnológica, que atuam prioritariamente e em maior proporção no ensino profissional técnico de nível médio. Dessa forma, a política de avaliação proposta pela lei 10.861/2004, apresentará aos órgãos avaliadores e à sociedade em geral informações e dados incompletos que não refletem a totalidade desses estabelecimentos de ensino, caso esses não adotem iniciativas para realizar os seus processos avaliativos.

Assim, mediante levantamento realizado, verificamos que, até o momento, não há pesquisas cujo objetivo esteja voltado para a investigação e apresentação de propostas relativas a avaliação institucional no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Este fato se constitui em mais um motivo para a exploração dessa temática e torna o presente estudo pertinente para a área da educação e para a produção do conhecimento no campo da avaliação institucional.

A compreensão dos aspectos que envolveram a questão central nos conduziu a estabelecer como objetivo geral de estudo: Elaborar uma proposta de ampliação da avaliação institucional para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Baiano.

Para delinear os fundamentos desta proposta buscamos o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo de autoavaliação institucional implantando em 2011 a partir do modelo estabelecido pelo SINAES, considerando as especificidades dos Institutos Federais de Educação, especificamente, o IF Baiano.
- Identificar os princípios e critérios necessários para a realização de uma proposta de autoavaliação institucional atentando-se para as características do IF Baiano.
- Esboçar uma proposta de autoavaliação institucional complementar, para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir de informações e dados coletados junto a CPA, análise documental e pesquisa bibliográfica.

Os objetivos desta pesquisa serão explicitados nos diversos capítulos sem necessariamente estabelecer uma linearidade. Isto porque reconhecemos que os elementos para o desenvolvimento da pesquisa ocorreram de forma interligada.

Entendemos que este estudo poderá contribuir significativamente para o IF Baiano, pois este se encontra em um cenário favorável para o acolhimento de proposições que corroborem para o avanço do processo de avaliação institucional tendo em vista que tal processo está em sua fase inicial de implantação. Desse modo, ainda não tem estabelecida uma cultura de avaliar-se institucionalmente, e é uma instituição relativamente nova, se considerarmos sua transformação de Escolas Agrotécnicas para IF Baiano, a partir de 29 de dezembro de 2008.

Ademais, poderá subsidiar o desenvolvimento do trabalho realizado pela Comissão Própria de Avaliação do IF Baiano, órgão responsável pela condução da autoavaliação na instituição e também fortalecer um campo de estudo ainda pouco discutido.

Por outro lado, admitimos ser esta apenas uma das possibilidades sugeridas ao IF Baiano e que há outras a serem exploradas e aprofundadas neste campo, que somadas a essa podem enriquecer o processo de avaliação institucional da referida instituição.

Para apresentação deste estudo os textos foram organizados em quatro capítulos seguido de uma conclusão. No primeiro, expomos a construção da problemática, tomando como referencia a avaliação institucional e os organismos internacionais; a avaliação institucional nas políticas educacionais brasileiras; e a avaliação institucional no contexto do Instituto Federal Baiano.

No segundo capítulo, explanamos os conceitos essenciais para a fundamentação da pesquisa, uma reflexão acerca dos conceitos de avaliação trazendo as principais abordagens e os conceitos complementares que favorecem a compreensão e aprofundamento do tema em questão.

No terceiro capítulo, discorremos sobre o percurso metodológico para a realização do trabalho, caracterizando a pesquisa, os sujeitos envolvidos e as técnicas utilizadas. Neste, também, são demonstradas as análises e reflexões sobre os dados coletados à luz dos objetivos.

No quarto capítulo, esboçamos uma proposta de ampliação da avaliação institucional com vistas a contemplar a educação profissional técnica de nível médio construída a partir dos elementos, princípios e critérios identificados por meio da coleta de dados junto a CPA, assim como, a análise documental e pesquisa bibliográfica.

Na Conclusão, evidenciamos a partir dos elementos encontradas na pesquisa a relevância de pensar uma proposta de avaliação institucional considerando as especificidades do IF Baiano.

1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTEXTOS

Os processos de reestruturação da economia, em âmbito mundial, com a reorganização produtiva e organizacional, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX, contribuíram de forma significativa para mudanças nos quadros econômicos, político e social dos países da América Latina. Essas mudanças têm em seu cerne: os avanços científicos e tecnológicos, a redefinição do papel dos Estados nas políticas sociais e a dominação do livre funcionamento do mercado na regulação da economia (CARNOY, 2002; NOVAES, 2005; OLIVEIRA, 2008).

Essas transformações implicaram também em alterações na organização dos Estados², nos sistemas educacionais e nas instituições de maneira geral. O novo cenário delineado pelas mudanças passou a requerer o desenvolvimento de capacidade e habilidades necessárias à competitividade internacional, ao aumento do potencial científico e tecnológico de cada país e ao desenvolvimento de estratégias que permitam a formação da cidadania vinculada a competitividade dos países, à democracia e à equidade (GADARJO, 1999).

A educação, nesse cenário, ganha centralidade, uma vez que é vista pelas agências de financiamento como estratégia para elevar o crescimento econômico dos países, melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais (BANCO MUNDIAL, 1996).

Em função desse novo cenário mundial, muitos países da América Latina, notadamente o Brasil, a partir da década de 1990, desenvolveram reformas em seus sistemas educacionais. Essas reformas se voltaram, sobretudo, para a reorganização do currículo, da formação de professores, de implantação de medidas democratizadoras e de descentralização da gestão escolar e do incremento de sistemas de avaliação para o ensino superior e para a educação básica (GADARJO, 1999).

No cenário brasileiro, as reformas se apresentaram principalmente a partir da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN. À avaliação é atribuído, então, um papel significativo já que ela é estabelecida como eixo estruturante da organização da política educacional, constituindo-se assim em elemento essencial para a definição de prioridades e da melhoria da qualidade do ensino em seus diversos níveis (CURY, 1998). Para a educação básica a avaliação incide, principalmente, no desempenho dos estudantes e na

² O Estado que até então era burocrático e maximizado como provedor cede lugar para um Estado mínimo para prover, mas máximo para regular e gerenciar, deixa de ser um “Estado Intervencionista” para constituir-se em um “Estado Regulador”. Este novo papel do Estado requer da sociedade civil uma organização para prover o que o Estado não mais se responsabiliza, visto que este apenas gerencia e regula o que a sociedade oferece (MICHELS, 2006).

educação superior; desta forma, além do desempenho dos estudantes inclui-se também, neste âmbito, a avaliação das instituições.

Para Voos (2004), nesse cenário, o interesse pela avaliação extrapola as dimensões pedagógica e formativa do processo avaliativo e assume também um papel de regulação por parte do Estado.

O interesse pela avaliação não se deve apenas ao potencial de transformação qualitativa, de melhoramento acadêmico-pedagógico e de maior eficiência na gestão, mas pelo seu impacto em função das exigências de regulação e controle da educação por parte dos estados (VOOS, 2004, p. 22).

Observamos que a avaliação, seja do desempenho dos estudantes, seja das instituições ou do sistema de ensino, carrega um conjunto de enfoques que estão vinculados aos contextos em que ela ocorre e tende a atender ao cenário político e econômico de cada época.

A partir dessa compreensão percebemos que há necessidade de visualizarmos as inter-relações estabelecidas nas avaliações, isto em seus diferentes níveis de estrutura, levando em conta o que nos apresenta Afonso (2003)³: a instituição escolar em sua totalidade, considerada como nível mesossociológico; o papel do Estado representado pelas políticas educacionais, como nível macrossociológico e o nível megassociológico, compreendendo os aspectos da globalização e os organismos internacionais. Esta perspectiva advém do fato de que nos propusemos, nesta pesquisa, a debruçarmos sobre o processo de avaliação institucional; mais precisamente sobre o processo de autoavaliação institucional implementado no Instituto Federal Baiano.

Assim, neste capítulo, inicialmente abordamos o contexto megassociológico, trazendo uma reflexão acerca dos propósitos dos organismos internacionais frente aos processos avaliativos para, em seguida, focalizarmos a avaliação institucional no campo das políticas educacionais no Brasil com o olhar para as instituições que ofertam educação básica profissional e superior — neste estudo, os Institutos Federais de Educação, especificamente, o Instituto Federal Baiano.

³O autor discorre sobre a avaliação educacional numa perspectiva sociológica, apresentando quatro níveis: micro (sala de aula), meso (instituição escolar), macro (políticas educacionais em âmbito nacional) e mega(organismos internacionais).

1.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

As perspectivas teóricas em torno da avaliação institucional, bem como seu incremento em instituições educacionais estão associadas, na atualidade, a um contexto internacional que envolve notadamente as agências de fomento à programas sociais. De acordo com Gadarjo (1999) as diretrizes do Banco Mundial recomendam a educação básica como prioridade dos governos, assim como, a privatização do nível superior; maior eficiência na administração daquilo que é relacionado à educação; participação da comunidade na administração da escola e da mesma forma no gerenciamento dos custos que dizem respeito a ela; descentralização da gestão escolar; análise econômica dos resultados e criação de sistemas de avaliação.

Dentre essas diretrizes, a avaliação ganha especial relevo por estabelecer comparações e demonstrar taxas de rendimento, quanto à educação, em países diferentes. Tal condição torna-se importante face às ações empreendidas pelas organizações internacionais, tais como o International Education Assessment (IEA), o American National Center of Educational Statistics (NCES), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

Para essas organizações, as diretrizes adotadas na educação são concebidas numa perspectiva economicista, em que a educação de melhor qualidade se traduz diretamente no desenvolvimento econômico e social. Vez que a concorrência econômica entre as nações se mostra cada vez mais intensa, a necessidade urgente de aumentar a produtividade é impulsionada pelas organizações internacionais. Isto é feito, acelerando-se as comparações internacionais e intranacionais de testes normatizados sobre os conhecimentos adquiridos pelos estudantes (CARNOY, 2002).

Vianna (2000) complementa dizendo que os altos investimentos financeiros oriundos dessas organizações exigem necessariamente, dos países da América Latina, um projeto de avaliação que demonstre resultados em termos de custos-benefícios.

Assim, os países latino americanos, em sua maioria, conforme Gadarjo (1999), atendendo a esta prerrogativa institucionalizam a avaliação e aqueles que ainda não a implantaram caminham nesta direção. A autora apresenta um panorama dos países da América Latina que já institucionalizaram seus sistemas de avaliação, baseado nos dados do Laboratório Latino Americano de Medición de Calidde lá Educación, e estudos de Arancibia (1997), Ravela (1997), L. Wolff (1997).

Quadro 1: Países da América Latina e Ano de Implantação do Sistema de Avaliação

País	Ano de Implantação do Sistema
Argentina	1993
Bolívia	1996
Brasil	1993
Chile	1988
Colômbia	1991
Costa Rica	1995
Cuba	1975
Honduras	1990
México	1994
Nicarágua	1998
Paraguai	1996
República Dominicana	1992
São Salvador	1993
Uruguai	1996
Venezuela	1995

Fonte: Gadarjo, 1999.

A autora acrescenta que apesar dos estudos nessa área assinalarem que a evolução e as características dos sistemas de avaliação desses países apresentem diferenças entre si, eles têm como características comuns os seguintes objetivos: (i) disponibilizar insumos para tomada de decisões; (ii) focalizarem programas e políticas; (iii) propor medidas corretivas a partir de uma base de informação confiável.

As avaliações propostas por esses sistemas avaliam a escola e/ou sistema de ensino a partir do rendimento individual do estudante, realizadas por meio da verificação das suas habilidades nas áreas de linguagem, matemática, ciências sociais e ciências naturais. Essas áreas são comuns em todos os países da América Latina, onde já foram institucionalizados os sistemas de avaliação.

Carnoy (2002) sinaliza que um número crescente de países desenvolvidos e em desenvolvimento abandonando, aos poucos, a avaliação centrada no rendimento individual dos estudantes e os exames ao final dos estudos substituindo-os pela avaliação do sistema educacional ou da escola.

Para o autor supracitado, as avaliações centradas nos rendimentos dos estudantes têm se mostrado insuficientes para que se obtenha um diagnóstico mais completo, uma vez que

outros componentes que merecem também ser considerados, tais como: as condições da escola, formação de professores, estrutura de funcionamento, são excluídos nesse processo.

Por outro lado, o autor argumenta que esses testes baseados unicamente no resultado dos rendimentos dos estudantes podem apresentar um efeito positivo sobre os resultados obtidos na educação se passarem por um “filtro” local e se forem usados exclusivamente no aprimoramento da escola (2002, p.96).

Isto porque, pressupõe-se que a avaliação por si só não traz embutida os seus valores e referenciais. O seu conceito, a sua finalidade vai se construindo a partir das relações que são estabelecidas no contexto e entre os atores com os quais será desenvolvida.

1.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Em consonância com as reformas educacionais, pelas quais passam os países latino-americanos, o Brasil inicia seu processo para a implantação do sistema de avaliação a partir da década de 1990. A avaliação institucional, que é o foco de nosso estudo, é constituída legalmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN 9394/96.

Apesar da efervescência das discussões em torno da avaliação no Brasil datarem da década de 1990, em termos legais, a Constituição Federal de 1988 já instituíra as bases para implantação da avaliação enquanto uma política educacional no país, ao anunciar em seu artigo 206, inciso VII, a “garantia do padrão de qualidade” como um dos princípios fundamentais através do qual o ensino brasileiro deverá ser ministrado. Do ponto de vista legal, a avaliação é tida como preceito constitucional na busca pela qualidade da educação.

O Plano Decenal de Educação para Todos (1993 - 2003), resultante dos acordos firmados na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtiem (1990), do qual o Brasil fez parte, também aborda a avaliação como um elemento estratégico para o acompanhamento da melhoria da qualidade no ensino fundamental. Esse documento convoca a comunidade escolar, representada pelos professores, pais, alunos e líderes comunitários a tomar conhecimento dos resultados que a instituição escolar apresenta visando contribuir para a redução da repetência e do abandono escolar (BRASIL, 1993).

Não é por demais lembrarmos que no mesmo ano de publicação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993) surge também o Programa de Avaliação Institucional das

Universidades Brasileiras (PAIUB), que concebia a autoavaliação como etapa inicial de um processo que se completaria com a avaliação externa, baseada nos princípios da globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade.

De acordo Zainko e Coelho a adesão voluntária das instituições ao PAIUB deve-se, sobretudo, ao fato de este trazer a avaliação como um “processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente” (2007, p.113). A avaliação constituía-se em um espaço onde cada IES tinha a possibilidade de conhecer o melhor jeito para se desenvolver.

Constatamos que mesmo apresentando propostas de avaliação em um mesmo contexto, o PAIUB e Plano Decenal de Educação para Todos, têm proposições distintas para os diferentes níveis de ensino. Enquanto para a educação básica se propõe uma avaliação externa com foco nos resultados dos desempenhos individuais, para a educação superior há uma congregação da avaliação interna e externa, com foco na melhoria da instituição como um todo.

Retomando a legislação brasileira, verificamos que as primeiras orientações que tratam da questão da avaliação é a Lei n. 9131 de 24 de novembro de 1995 que altera os dispositivos da Lei n. 4024, de 20 de novembro de 1961, em seu artigo 6º, ao estabelecer:

Art. 6º O Ministério da Educação e do Desporto exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação, **cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação**, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.(BRASIL, 1995, grifo nosso)

Ao Ministério da Educação é delegada a competência de formular a política educacional para o país, com vistas à garantia da qualidade do ensino.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBEN) Lei nº 9394/96 traz a avaliação como elemento essencial para a garantia do padrão de qualidade do ensino brasileiro e ela ganha papel de destaque na crítica para a transformação da escola, dos seus currículos e dos seus programas.

Esta LDBENestabelece a avaliação como uma peça chave para a organização da política educacional. Precisamente no artigo 9º, aponta como competência da União:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, **médio e superior**, [...] **definição de prioridades** e a melhoria da qualidade do ensino;
VIII – Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino. (BRASIL, 1996, grifo nosso)

De acordo com Cury (1998, p. 76) a LDBEN 9394/96 torna a avaliação obrigatória em todos os níveis do sistema educacional brasileiro e coloca nas mãos da União um poder inaudito, através de uma avaliação sistêmica, sistemática e externa do rendimento escolar, das instituições de ensino superior e do desempenho docente.

O autor ainda complementa afirmando que essa LDBEN abandona a ideia de um sistema nacional de educação e a substitui pela criação de um real sistema nacional de avaliação tal a importância conceitual, estratégica e operacional que a avaliação assume sob o controle da União. Tal situação revela o quanto a avaliação ganha destaque na reforma educacional no Brasil.

Como está posto no inciso VI, do artigo 9º, da referida Lei infere-se que o trato para com avaliação constitui-se em responsabilidade da União, excluindo a participação dos membros das instituições educacionais na construção deste processo e que as propostas de avaliação se darão de forma vertical.

A LDBEN 9394/96 também apresenta a avaliação sob duas perspectivas: à avaliação do rendimento escolar e a avaliação das instituições, em seu artigo 9º, incisos VI e VIII, respectivamente. Entretanto, faz uma distinção quanto ao nível em que esta deverá ser empregada. Enquanto para a educação básica, o foco da avaliação concentra-se apenas no desempenho escolar, na educação superior, a avaliação vai além do rendimento escolar, contemplando também a avaliação institucional. O que corrobora as ideias já presentes no Plano Decenal de Educação para Todos e no PAIUB.

Conforme Cury, a avaliação do desempenho tem que ver basicamente com a organização e estruturação dos currículos. A avaliação institucional se relaciona com a diplomação possibilitada pelos estabelecimentos credenciados de ensino superior, com a sua classificação e condições materiais e culturais exigíveis para tal. Isto implica dizer que “essa avaliação atinge o grau de maturidade institucional dos que oferecem esse nível de ensino” (1998, p. 76).

Mesmo se apresentando como avaliação do rendimento escolar da educação básica, as avaliações aplicadas pelo MEC - Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB -, em larga escala, servem como indicadores para comparar as instituições escolares

quanto à qualidade de ensino ofertada nestas, formando uma espécie de *ranking* entre as instituições.

Nas orientações legais, observamos a ausência de indicação de uma avaliação para a educação profissional, tanto do ponto de vista do desempenho dos estudantes quanto das instituições que ofertam essa modalidade de ensino. E é sobre a avaliação institucional dessas instituições, aqui particularmente, os Institutos Federais de Educação, em que focalizaremos o nosso olhar. A avaliação como uma política pública para as instituições que ofertam educação profissional ainda é incipiente. No que tange à avaliação institucional no âmbito da educação profissional inexistente regulamentação específica para as instituições que ofertam esta modalidade de educação. No máximo o que se verifica é a implantação de instrumentos de coleta, a exemplo do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC⁴, com a finalidade do gerenciamento de dados para fins de regulação (MODESTO e ARGOLO, 2009).

Vamos perceber uma primeira sinalização, quanto à necessidade da avaliação da educação profissional, no Plano Nacional de Educação – PNE/01, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, ao estabelecer dentre as suas prioridades segundo o dever constitucional e as necessidades sociais,

O Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, *inclusive educação profissional*, contemplado também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino. (BRASIL, 2001, grifo nosso)

A avaliação no PNE se apresenta também como uma das prioridades e este a valoriza indicando-a como mecanismo essencial para o acompanhamento da realidade da educação escolar no país visando à melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis. Esse Plano apresenta a necessidade de intensificação das ações governamentais em curso. Dentre elas, a pesquisa e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de avaliação escolar, a implantação em universidades e centros de pesquisa de núcleos ou centros regionais de estudos em avaliação a formação e capacitação de recursos humanos para a área e, por fim, a produção de pesquisa aplicada para subsidiar políticas públicas de qualidade educacional. Entretanto, mais uma vez, a avaliação institucional é regulamentada apenas para as

⁴ O SISTEC mantém um banco de dados com informações sobre as escolas que ofertam cursos técnicos de nível médio, seus cursos e alunos desse nível de ensino.

instituições de educação superior. No PNE, a avaliação institucional é expressa como um de seus objetivos:

Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa. (BRASIL, 2001).

A avaliação institucional, destinada principalmente às universidades, de acordo com Belloni (2008) surge em decorrência de dois aspectos: (i) caráter estrutural e estrategicamente utilizado pelos setores interessados na redemocratização do país, pois enquanto instituições públicas deveriam ser avaliadas como prestação de contas à sociedade acerca dos recursos públicos utilizados; (ii), a própria conjuntura das universidades públicas que, em respostas as críticas feitas a sua finalidade e contribuição para o desenvolvimento do país, sente a necessidade de reverter o quadro nitidamente favorável a sua privatização.

Essas características encontram consonância nas palavras de Bonniol e Vial (2001), ao identificar de forma geral alguns fenômenos que contribuem para a necessidade de se realizar avaliação institucional no campo educativo, a saber:

Primeiro, a exigência dos atores sociais de ter um direito de visão sobre as práticas dos outros atores sociais, um segundo fenômeno do tipo organizacional que fez triunfar os sistemas de gestão com relação a sistemas de crescimento dos recursos e, finalmente, a ideia de que a legitimidade social dos grandes setores de nossa vida coletiva não está mais garantida por si mesma e exige constantemente uma nova operação de legitimação. (BONNIOL e VIAL, 2001, p. 108)

Nesse sentido, a avaliação institucional instiga a todosos que fazem parte da instituição a pensar sobre as práticas e os processos que vão constituindo a instituição, a fim de identificar os valores positivos presentes neles ou refutar aquilo que se faz negativo, para que, assim, eles possam legitimar-se.

Com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por meio da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Este sistema comporta a avaliação em três modalidades: avaliação das instituições de educação superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e a avaliação do desempenho acadêmico de seus estudantes (ENADE), conforme estabelecido pela LDB 9394/96 (BRASIL, 2004).

1.2.1 O modelo proposto pelo SINAES

No item anterior, vimos que a avaliação vem se constituindo paulatinamente como política pública, aqui entendida como a materialidade da intervenção do Estado, isto é, como os expedientes empregados pelo Estado para materializar definições e encaminhamentos para a sociedade (AZEVEDO, 1997). Neste estudo em específico, as definições para o campo educacional, precisamente a avaliação institucional.

Assim, uma vez que nosso interesse consiste na avaliação institucional do IF Baiano que traz em sua lei de criação o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, como política de avaliação, vemos como premissa para qualquer proposição, no que se refere ao processo de autoavaliação institucional, o conhecimento deste sistema de forma mais detalhada.

As discussões que resultaram no SINAES foram iniciadas por meio das portarias do MEC/SESUnº 11 de 28 de abril e nº 19 de 27 de maio de 2003, que instituía a Comissão de Avaliação Especial – CEA, e tinha como finalidade “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (BRASIL, 2004, p. 2) iniciou-se o processo de criação de um novo sistema de avaliação.

Essa comissão após realizar discussões com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil organizada elaborou o documento intitulado SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação Superior. Esta proposta apresenta como características basilares: (i) a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, (ii) a integração dos instrumentos com base em uma concepção global e (iii) o respeito à identidade e diversidade institucionais.

Essas características permitem considerar a realidade e a missão de cada Instituição de Ensino Superior, observando o que há de comum e universal na Educação Superior e as especificidades das áreas de conhecimento (BRASIL, 2004).

Conforme encontramos no texto da CEA o Sinaes,

Busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externa, particular e global, somativo e formativo, quantitativo e qualitativo, e os diversos objetos da avaliação. O sistema de avaliação deverá articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. Resguardadas as especificidades, os graus de autoridade e as responsabilidades de cada grupo de agentes, o sistema de avaliação é uma

construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas. (BRASIL, 2003, p. 61)

Pelo apresentado, os elementos teórico-metodológicos que compõem a proposta buscam a avaliação num processo formativo em que as instituições terão a possibilidade de definir conjuntamente com os seus pares o processo de avaliação, de modo que sirva de subsídios para a tomada de decisão nos vários aspectos que a constituem.

Em 2004, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por meio da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

Em conformidade com sua concepção, o SINAES está apoiado em alguns princípios fundamentais visando à promoção da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o crescimento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Os princípios norteadores, que servem de fundamentação conceitual e política são:

- a) Responsabilidade social das instituições educativas;
- b) Reconhecimento da diversidade do sistema;
- c) Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- d) Globalidade e integração das partes em um todo coerente;
- e) Continuidade do processo avaliativo.

O SINAES comporta a avaliação em três modalidades: avaliação das instituições de educação superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho acadêmico de seus estudantes (ENADE), conforme estabelecido pela LDB 9394/96 (Brasil, 2004).

Como o foco do nosso estudo está na avaliação institucional, faremos o recorte nesta avaliação, mais precisamente na autoavaliação institucional.

A avaliação das instituições é concebida com um dos componentes básicos do SINAES. Esta é proposta para ser desenvolvida de duas formas: (i) autoavaliação, também denominada de avaliação interna, conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e (ii) avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP, segundo as

diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES⁵ (BRASIL, 2004).

No texto do SINAES, a autoavaliação institucional é a primeira etapa da avaliação das instituições, sendo compreendida pela CONAES como um processo em que a instituição tem a possibilidade de olhar para si mesma, em todas as dimensões, num processo de autoconhecimento em que poderá identificar e analisar suas potencialidades e fragilidades. Traz como eixo central, dois objetivos:

- (i) Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais e efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- (ii) Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização. (BRASIL, 2004, p. 11)

Assim, para que a instituição possa produzir o autoconhecimento o SINAES propõe alcançar a identificação de seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Essas dimensões institucionais, o SINAES aponta como obrigatória: Missão e plano de desenvolvimento institucional; Política para o ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; Responsabilidade social da instituição; Comunicação com a sociedade; Políticas de pessoal; Organização e gestão da instituição; Infraestrutura-física; Planejamento e avaliação; Política de atendimento aos estudantes; Sustentabilidade financeira.

Essas dimensões são postas como referências para que as instituições possam sistematizar as informações da realidade interna e externa. Para a implementação do processo de autoavaliação institucional a CONAES recomenda o desenvolvimento de três etapas de maneira coordenadas: preparação, desenvolvimento e consolidação.

⁵Esta Comissão tem por finalidade estabelecer as diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação. Dentre os documentos norteadores para implantação do SINAES, a CONAES produziu as “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior” e as “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições”.



Figura 1: Etapas do Processo de Autoavaliação Institucional

Fonte: SINAES: Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, 2004.

Consideramos que mesmo o SINAES apontando o processo de autoavaliação por etapas, estas precisam funcionar de forma articulada para que se lhe permita um andamento contínuo, a retroalimentação das ações, as análises e interpretações, num movimento cíclico, na perspectiva de processo. Este processo de autoavaliação nas instituições deve ser conduzida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Esta conforme orientação da CONAES deve construir uma proposta de avaliação que seja capaz de produzir uma visão mais ampla possível da instituição, de modo a permitir um planejamento de acordo com sua missão e instituição real, estabelecendo um elo entre seu projeto específico de avaliação e o conjunto do sistema. Nesse sentido, a CONAES orienta que sejam considerados no processo de avaliação os níveis institucionais, a saber:

- I- Nível declaratório – analisa os textos que fundamentam o projeto institucional que, em geral, está enunciado sob a forma de princípios coerentes, embora possa haver contradições entre os objetivos e o projeto;
- II- Nível normativo – avalia a coerência entre as normas institucionais e a gestão prática da IES;
- III- Nível da organização – avalia se a instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social e;
- IV- Nível dos resultados – avalia a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos: formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social, entre outros. (BRASIL, 2004, p.8)

Assim, esperamos que estes aspectos possam ser observados no intuito de que a proposta de avaliação seja estruturada de modo a apreciar o funcionamento de uma instituição real.

A clareza quanto a dinamicidade, rigor conceitual e metodológica no desenvolvimento das etapas favorecerá o conhecimento da realidade institucional.

Ainda, ressaltamos que no período de implantação da autoavaliação a etapa de sensibilização deve ser um mecanismo constante para conquistar a adesão voluntária da comunidade acadêmica, de modo que esta possa se envolver neste processo e assim criar uma cultura de avaliação na instituição, que também é um dos objetivos desta proposta.

Diante das informações apresentadas, percebemos que no SINAES a avaliação institucional é o instrumento central que propiciará a organização da coerência do conjunto, pois em sua operacionalização favorecerá a articulação das concepções, objetivos, metodologias, envolvimento dos agentes da comunidade acadêmica, da sociedade civil e de instâncias do governo.

Da forma como é expressa nos documentos legais, pode-se dizer que a proposta do SINAES faz parte de uma política de avaliação que apresenta princípios de legitimidade, transparência, globalidade, autonomia, integração e participação, atendendo tanto as demandas de regulação e supervisão, quanto às funções formativas e emancipatórias que configuram um processo educativo (TENÓRIO e ARGOLLO, 2009).

Contudo, também existem algumas lacunas no que concerne ao funcionamento do SINAES, dentre as quais se destacam:

- (i) não estabelecer uma fonte de financiamento para a sua implementação, o que poderá dificultar a ação autônoma das comissões em relação ao poder decisório dos gestores;
- (ii) não propor um órgão para a estrutura organizacional, tanto no âmbito do MEC como das IES, necessário para dar suporte e garantir a continuidade das ações técnicas e executivas, tendo em vista o mandato temporário e a rotatividade dos representantes nesses órgãos colegiados;
- (iii) não explicitar as formas de interseção para integrar os resultados da autoavaliação e avaliação externa com os dados do ENADE e da ACG. (TENÓRIO e ARGOLLO, 2009, p.)

Aliado a estas lacunas poderíamos acrescentar outro aspecto: Embora, o SINAES se destine as Instituições de Educação Superior — IES a sua formatação não inclui as IES que abranja outros níveis e modalidades de ensino, que não seja tão somente a educação superior.

É sabido que a avaliação institucional em termos legais está instituída para as instituições de ensino superior, apesar de não se restringir também somente a ela. Porém, é pertinente lembrar que na atual conjuntura das Instituições de Educação Superior, existem instituições que não são exclusivas para a educação superior, mas também que atende a

educação básica. É neste espaço, que se insere a avaliação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, por conseguinte, do IF Baiano.

A Lei n ° 11.892, promulgada em 29 de dezembro de 2008 – institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta lei estabelece que o processo de avaliação dos institutos devem seguir os mesmos procedimentos dados às universidades federais. Isto é, a lei que deverá regulamentar o processo de avaliação dos Institutos é o SINAES.

Sendo assim, consideramos que esta conjuntura se constitui como um desafio para a implantação da avaliação nos Institutos Federais de Educação, dadas as suas características, pois a legislação atende apenas a uma parte da Instituição. Por outro lado, este desafio, pode se constituir em um espaço para a criação de metodologias que favoreçam um processo legítimo e inovador de avaliação institucional.

Conforme coloca Dias Sobrinho (2008), a complexidade da instituição faz com que o projeto de avaliação institucional, aborde tantas facetas quantas sejam necessárias para caracterizar a instituição como um todo.

1.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO - IF BAIANO

O IF Baiano, assim como os demais Institutos Federais de Educação do país, foi criado a partir da promulgação da Lei n ° 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esta lei traz uma nova configuração para as instituições que compuseram os Institutos, visto que estes não “nasceram” Institutos Federais, eles são instituídos a partir da agregação/transformação de antigas instituições de educação profissional, a saber, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às universidades.

No caso do IF Baiano, este foi formado pela integração das antigas escolas Agrotécnicas Federais (Santa Inês, Senhor do Bonfim, Catu e Guanambi) e das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (Itapetinga, Valença, Teixeira de Freitas e Uruçuca). Atualmente possui dez campi: Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca. A sua Reitoria tem sede na cidade de Salvador.

O IF Baiano oferta cursos de educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada, subsequente e Educação de Jovens e Adultos, por meio do Programa de

Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, na modalidade integrada e Formação Inicial e Continuada —FIC. Além desses cursos, oferta também cursos de nível superior, de tecnólogo, licenciatura, bacharelado e pós-graduação *lato sensu* e cursos subsequentes na modalidade à distância. Dos dez Campi que compõe o IF Baiano, apenas quatro ofertam educação superior: os Campi de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, em destaque na figura 2.

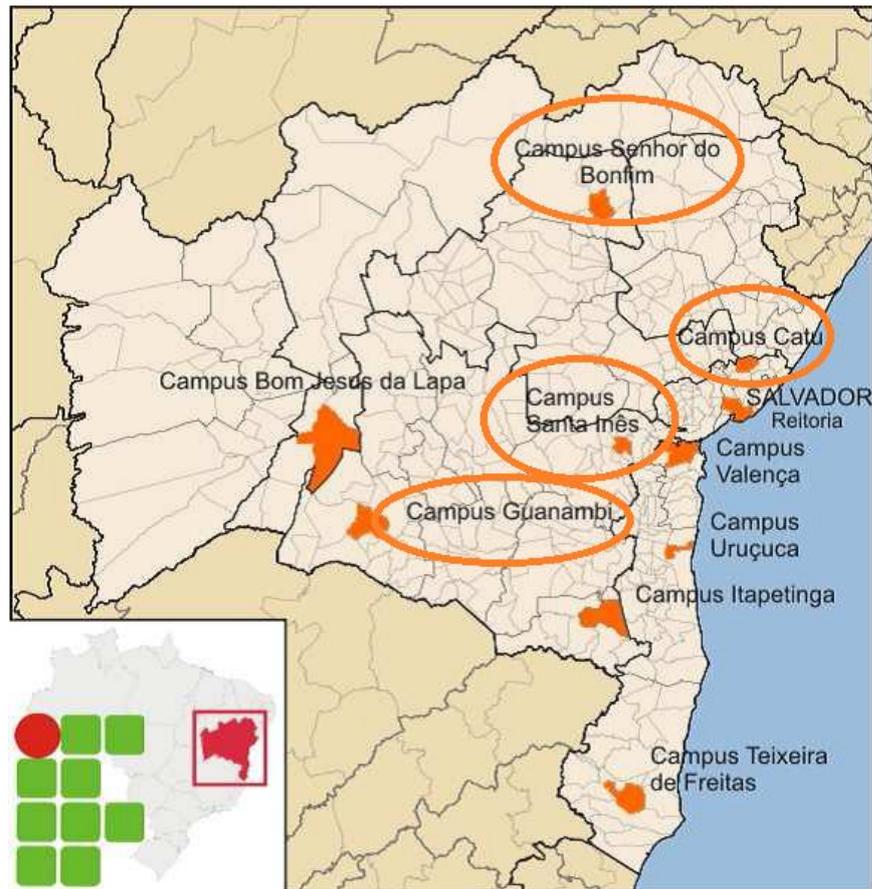


Figura 2. Campi do IF Baiano que ofertam Educação Superior

Fonte: PDI 2009-2013

Mesmo sendo criado em 29 de dezembro de 2008, as discussões em torno da Avaliação Institucional no IF Baiano se dão inicialmente nos Campi ofertantes de educação superior, a partir de 2011. A fim de atender as exigências legais dispostas no Plano de Desenvolvimento Institucional e Lei 10.861/2004, foi composta uma comissão para a instituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA, por meio da portaria nº 280 de 07 de abril de 2011. Os membros que compuseram esta comissão foram servidores (professores e técnicos administrativos em educação de nível superior) indicados pelos Diretores Gerais dos Campi ofertantes do Ensino Superior e da Reitoria.

A esta comissão foi designada a função de elaborar projeto de implantação da Comissão Própria de Avaliação – CPA e elaboração de Minuta do Regimento da referida comissão do IF Baiano. Esta comissão também foi responsável pela organização e realização do processo eleitoral para a composição da CPA.

Após discussão acerca da minuta do Regimento da CPA, nos Campi onde há oferta de educação superior, esta foi encaminhada para aprovação no Conselho Superior do IF Baiano-CONSUP, entretanto não foi aprovado no primeiro momento, devido às divergências quanto à compreensão sobre o nível de abrangência da avaliação institucional. De acordo com o registro em ata do CONSUP, com data de 15 de junho de 2011, as discussões nos Campi sobre a CPA foram insuficientes e muitas pessoas deixaram de participar pois havia um entendimento que a avaliação destinava-se apenas à educação superior. Nessa ata podemos observar que há uma oscilação no que se refere à dimensão da avaliação institucional, pois em alguns momentos sinaliza-se apenas para a educação superior, com a alegação de ser uma exigência legal para a validação dos cursos superiores. Em outros, coloca-se a necessidade de pensar o IF Baiano em sua totalidade, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

[...] a avaliação se refere a uma amplitude total e a CPA do Instituto é voltada para o ensino superior, mas o Instituto oferece o ensino médio e o espaço é compartilhado com o ensino superior, portanto, o ensino médio deve, também ser foco da CPA [...]. Não se visualiza a diferença entre Institutos e Universidades, por se tratar de uma exigência para validação dos cursos superiores oferecidos pelo Instituto, buscou inicialmente atender a legislação, pensando no Instituto como um todo. (Ata do CONSUPIF Baiano, 2011, fls. 3 e 4).

Devido à divergência quanto à abrangência da Avaliação Institucional houve a necessidade de revisão da proposta do Regimento, sendo este reapresentado com a inclusão dos cursos da educação profissional técnica de nível médio, no dia 19 de julho de 2011 na reunião do Conselho Superior, e aprovado. Com efeito, observa-se nos registros da ata mencionada, que os membros da Comissão consideram que a avaliação deve ganhar uma dimensão global, isto é, abranger todos os níveis e modalidades de ensino oferecidas por este Instituto.

Assim, o Regimento da Comissão Própria de Avaliação do IF Baiano, aprovado por meio da Resolução nº 14, de 19 de julho de 2011, em suas disposições gerais, orienta que no primeiro ano de atuação desta Comissão, a avaliação será direcionada à educação superior, ficando para o segundo ano, ou seja, 2012, a inclusão do ensino médio – Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM).

É importante salientar, de outra parte, que neste momento inicial só puderam se candidatar para fazer parte da CPA os servidores permanentes (docentes e técnicos administrativos) em exercício na Reitoria e nos Campi que ofertam Educação Superior e os discentes matriculados nos cursos de graduação. Os outros Campi que possuem até o momento apenas educação básica e profissional ficaram sem representação nesta Comissão.

Para subsidiar a CPA no processo de Avaliação Institucional do IF Baiano, conforme prevê o regimento, em todos os Campi deve ser constituída uma Comissão de Avaliação do Campus – CAC, a qual terá a responsabilidade de coordenar, implementar, realizar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação dos seus respectivos campi.

Nesse contexto, percebemos que as lacunas contidas no SINAES, no que tangespecificamente ao atendimento da educação básica, tem provocado certa oscilação quanto à compreensão da abrangência da avaliação institucional, bem como quanto à composição da CPA do IF Baiano.

Essas lacunas acerca da avaliação institucional proposta para os Institutos nos moldes do SINAES nos conduziram a trazermos como questão central para nossa pesquisa: Quais os princípios e critérios necessários ao desenvolvimento de uma proposta de autoavaliação institucional para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio considerando as características do IF Baiano?

A resolução desta questão nos direcionou a buscar os elementos necessários para subsidiar a elaboração de uma proposta de autoavaliação institucional levando em conta as características do Instituto Federal Baiano de modo a contemplar também a educação básica e profissional.

Dessa forma, definimos como objetivo geral deste estudo: Elaborar uma proposta de ampliação da avaliação institucional para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Baiano.

Para delinear os fundamentos da proposta buscamos o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo de autoavaliação institucional implantando em 2011 a partir do modelo estabelecido pelo SINAES, considerando as especificidades dos Institutos Federais de Educação, particularmente, o IF Baiano.
- Identificar os princípios e critérios necessários para a realização de uma proposta de autoavaliação institucional atentando-se para as características do IF Baiano.

- Esboçar uma proposta de autoavaliação institucional complementar, para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a partir de informações e dados coletados junto a CPA, análise documental e pesquisa bibliográfica.

Com isso, pretendemos, com esta pesquisa, contribuir com a Comissão Própria de Avaliação na condução de uma proposta de autoavaliação institucional que possa favorecer a cultura de pensar sobre a instituição em seus diversos aspectos; gerar informações confiáveis que possam servir para tomada de decisão, da definição do planejamento da instituição e prestação de contas à sociedade.

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CAMPO CONCEITUAL

A avaliação é uma temática que tem ganhado centralidade nas discussões e formulação das políticas educacionais, inclusive no Brasil. Presente no cotidiano das instituições educacionais, com foco ora no desempenho dos estudantes, ora nas práticas de ensino e mais recentemente na instituição, é objeto de debates, experimentação, reflexão e crítica. Conforme expõe Berger citado por Bonniol e Vial a avaliação tem se constituído um fenômeno, onde “todo mundo avalia” e passa a fazer parte dos hábitos, como um tipo de instrumento de regulação social (2001, p. 106).

Por ser um termo que é aplicado em diversas situações e espaços vai ganhando vários significados de acordo o contexto, por isso buscar alguns de seus significados e conceitos no campo educacional é relevante para melhor compreendermos e delinear o projeto em questão.

Para Dias Sobrinho a avaliação é um campo complexo que traz várias perspectivas que se inter-relacionam,

A avaliação é plurirreferencial. Então, é complexa, polissêmica, tem múltiplas e heterogêneas referências. Não é uma simples disciplina, com conteúdos já delimitados e modelos independentes. É um campo cujo domínio é disputado por diversas disciplinas e práticas sociais de distintos lugares acadêmicos, políticos e sociais. Não sendo uma disciplina autônoma e bastante em si mesma, necessita de uma pluralidade de enfoques e a cooperação ou a concorrência de diversos ramos de conhecimentos e metodologias de várias áreas, não somente para que seja minimamente entendida ou reconhecida intelectualmente, mas também para poder, ela própria, se exercitar concretamente de modo fundamentado. Não sendo monorreferencial, expressa-se de diferentes modos e constitui distintos modelos. (2002, p. 15)

Isso implica dizer que, uma vez que trazemos como objetivo desta pesquisa a elaboração de uma proposta de autoavaliação institucional é preciso considerar os múltiplos enfoques e ângulos que a avaliação apresenta. Sendo assim, inicialmente apresentamos algumas perspectivas teóricas acerca da avaliação, para posteriormente, explanarmos o conceito de avaliação institucional, que diz respeito ao tema central de nosso trabalho. Complementamos o campo conceitual com o conceito de multicampi, pois na medida em que consideramos que a autoavaliação é um processo de autoconhecimento é importante considerar que a multicampia também é um elemento que deve ser considerado nesse processo.

2.1 AVALIAÇÃO: ALGUNS CONCEITOS E ABORDAGENS

A construção teórica de um conceito perpassa pela busca de sua etimologia, uma vez que a partir dela podemos encontrar elementos que favoreçam uma compreensão mais completa das significações que este termo vai assumindo. No caso do termo avaliar, verificamos que ele tem origem no francês *évaluer*, “definir o valor de”, e provém do latim *a-*, “fora”, mais *valere*, “ser forte, estar bem, ser de valor”⁶. Os significados que compõe a palavra avaliar guarda estreita ligação com o conceito expresso no dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, acerca da avaliação, “apreciação cuidadosa, de modo a permitir a formação de uma opinião, de um juízo justo, apreciar, calcular, julgar”⁷.

A partir dessas primeiras definições percebemos que as avaliações presente em nosso cotidiano, mantêm-se fiel a sua origem etimológica, pois em várias situações do nosso dia a dia emitimos ou recebemos juízos de valor construídos a partir de referenciais e representações que foram se constituindo em nossa trajetória individual e coletiva em conceitos, assumindo assim ora a condição de avaliadores ora de objeto da avaliação.

Este processo natural, instintivo, assistemático, sem rigor que fazemos comumente em nosso dia a dia denomina-se avaliação informal. Este tipo de avaliação pode ser adequado quando nos referimos às necessidades e usos individuais, contudo, quando se quer avaliar serviços ou instituições, esta modalidade de avaliação é insuficiente. Há que se recorrer a uma avaliação sistemática, isto é, com características distintas e com possibilidades de compreender de forma contextualizada todas as dimensões e implicações da atividade, fatos ou instituições avaliadas, com vistas a estimular o seu aperfeiçoamento. A este tipo de avaliação chamamos de avaliação formal (BELLONI et al, 2007).

Nessa perspectiva, Fernandes (2010) apresenta a avaliação como uma prática social que deve ser orientada por princípio a conferir-lhe rigor, utilidade, significado e relevância social. Por isso, tal processo, não pode se constituir em meras expressões e emissão de opiniões ou formulação de juízo de valor a respeito de alguém, atividade e/ou de alguma coisa.

Aguilar e Ander-Egg também seguem na mesma direção ao apresentarem a seguinte definição para avaliação:

⁶ Etimologia da palavra avaliação em www.origemdapalavra.com.br, acesso em 26 de setembro de 2011.

⁷ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, em www.ciberduvidas.pt, acesso em 26 de setembro de 2011.

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destina-se a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de tal forma que sirva de base ou para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compressão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados. (1994, p. 31-32)

Podemos perceber na visão desses autores que para ser confiável a avaliação deve ter princípios e critérios que a norteiem, para que as informações resultantes desse processo possam ser úteis para tomada de decisão e soluções de problemas.

No campo educacional, a avaliação na perspectiva formal, de acordo com Fernandes (2003) pode ser organizada em duas abordagens: objetivas e subjetivas. Estas abordagens para o autor estão apoiadas em pressupostos políticos e filosóficos que as tornam bastante diferentes quanto aos seus objetivos, compreensão do processo educacional e realização dos processos avaliativos.

A primeira, que pode ser designada como empírico-racionalista, é inspiradas nos princípios da racionalidade técnica, onde se busca a verdade por meio de uma avaliação mais objetiva possível para a obtenção dos resultados. Nessa abordagem, os avaliadores são externos e distanciam-se dos objetos de avaliação, adotando uma posição “supostamente neutra”. Neste tipo de abordagem a metodologia usada centra-se em instrumentos de natureza quantitativa. Avaliar é controle, mensuração, constatação do nível de eficiência e eficácia. Para Fernandes (2003) podem ser incluídos nessa perspectiva as propostas de avaliação de Tyler, anos 30 do século anterior, “avaliação baseada em objetivos”; Cronbach e Snow(1969), “avaliação baseada em estudos experimentais “; Sanders e Horn (1994), “avaliação baseada no valor acrescentado (FERNANDES, 2003, p.20-21).

Na segunda abordagem, a avaliação assume um caráter subjetivo, em que os avaliadores têm consciência que podem influenciar e serem influenciados pelas situações que envolvem o avaliar. As metodologias utilizadas são principalmente de cunho qualitativo. Avaliar é atribuir sentido, constatar para poder intervir, provocar mudanças, processo dinâmico. São exemplos, dessa abordagem de avaliação, House e Howe (2003) “avaliação democrática e deliberativa”, Stake (2003) “avaliação responsiva” também conhecida como “avaliação centrada nos clientes” ou “avaliação respondente”, Guba e Lincoln (1989), “avaliação construtivista” e a “avaliação focada nos utilizadores e na utilização”(FERNANDES, 2003 p.20-21).

Nessa mesma linha, Dias Sobrinho (2008), concebe a avaliação como “produção de sentidos. Prática social, portanto; intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos” (p. 193).

Com isso, observa-se que o autor entende que a avaliação não deve se restringir a meros instrumentos estáticos, mas que a avaliação é um processo dinâmico de entendimento em que avaliadores e avaliados se constituem mutuamente. Dias Sobrinho, em relação à abordagem objetiva, acrescenta, “ainda que cumpram bem alguns objetivos, não são suficientes para a compreensão de uma realidade tão complexa como a educação” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 202).

O que verificamos até então é que não se trata aqui de qualificar ou desqualificar uma ou outra abordagem avaliativa, até porque o que se percebe é que apesar de distintas e divergentes em alguns aspectos as abordagens objetivas e subjetivas não se excluem, podem até mesmo se complementar. Bonniol e Vial (2001), também corroboram com essa perspectiva ao considerar a avaliação como,

relações de sentido, como gestão instantânea de uma racionalidade limitada por inter-relações vivas singulares [...] avaliar é fazer operar juntas forças opostas em abordagens do sentido complementares, em uma inteligência da mistura, urdindo os produtos, os procedimentos e os processos. (2001, p. 355).

Nesse sentido, Dias Sobrinho também reforça as ideias de Bonniol e Vial, ao depreender que a avaliação assume um viés formativo, pois precede “um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade” (2008, p. 197). Para o autor os aspectos objetivos e subjetivos fazem parte da complexidade do ato de avaliar, eles não podem ser vistos como antagônicos, pois, por se constituir um fenômeno humano e, portanto, social, como é a educação, a avaliação precisa articular as múltiplas e referentes perspectivas.

Daí infere-se que a avaliação é um campo complexo que abarca diversas interpretações considerando os referenciais e valores daqueles que constituem este processo. Dessa forma, avaliar vai numa perspectiva de produzir informações que possam possibilitar uma melhor compreensão e apreensão da realidade, a fim de melhorá-la. Entretanto há que se considerar que para que essas informações sejam úteis, válidas e confiáveis é necessário que os procedimentos adotados para o desenvolvimento de um processo avaliativo ponderem o conteúdo que tratem dessas premissas da avaliação, explore amplamente o contexto e se utilize das metodologias mais adaptáveis para a consecução da avaliação.

Estas abordagens estão presentes nos tipos de avaliação existentes no campo educacional, e mais importante do que enquadrar o tipo da avaliação em uma ou outra dimensão, é o entendimento dos fundamentos que as caracterizam e assimilação das principais questões teóricas que as perpassam e ao mesmo tempo o discernimento que parece indispensável no estabelecimento dessas relações com as práticas. (FERNANDES, 2003).

Neste estudo, tomamos como referência a tipologia apresentada por Belloniet al (2007), que apresenta dois tipos de avaliação: (i) o da avaliação educacional e (ii) o da avaliação institucional. Enquanto a primeira se refere à avaliação das situações de aprendizagem ou desempenho escolar ou profissional, dos currículos, a segunda destina-se a avaliação de instituições (como a escola), políticas e projetos. Sua atenção é voltada para processos, relações, decisões e resultados das ações de uma instituição como um todo.

Em torno da avaliação educacional, Belloniet al (2007) traz como principais modelos dessa prática, entre a década de 60 a 80: Avaliação para tomada de decisão (Stufflebeam); Avaliação por mérito (Scriven); Avaliação iluminativa (Parlet e Hamilton) e Avaliação responsiva (Stake).

Para os autores, há aproximações entre a avaliação educacional e institucional na medida em que a avaliação institucional deve buscar uma compreensão da realidade (avaliação iluminativa de Parlet e Hamilton), deve estar voltada para o processo decisório (tomada de decisão de Stufflebeam); deve responder a questionamentos (avaliação responsiva de Stake); e pode possibilitar a identificação de mérito ou valor (Scriven) de uma instituição.

Percebemos assim, que a avaliação institucional contém as proposições que caracterizam os tipos de avaliação educacional citadas, contudo vai além do processo de ensino e aprendizagem, abarca os processos, as relações e as estruturas que constituem e que vão constituindo a instituição, imersa em um processo de valores, referenciais e culturas que a formula.

2.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nas discussões contemporâneas relacionadas à educação verifica-se que cada vez mais há uma exigência quanto ao desempenho da escola, pois é considerada como uma instituição social imprescindível à sociedade.

Depois de um período de oscilação da avaliação no nível macro — sistema educacional — e o nível micro — sala de aula —, atualmente é para o nível meso — instituição escolar — que as propostas de avaliação residem. Isto porque, de acordo com

Nóvoa (1995), acredita-se que os processos de mudança e inovação educacionais passam pela percepção de como se configuram as instituições escolares. Assim, a avaliação institucional está sendo institucionalizada como um processo necessário da gestão, para a melhoria dos serviços da escola.

Para Rocha apud Brandalise (2010) a necessidade da avaliação institucional é decorrente de um conjunto de razões. Essas razões, de acordo com a autora, podem ser assim apresentadas:

- a) Razões de ordem socioeconômicas— nessas, encontram-se as preocupações com o controle dos gastos públicos, democratização da sociedade e processos de participação social, pressão da opinião pública, muitas vezes baseada na exposição realizada pela mídia das fragilidades e resultados dos sistemas educacionais, programas e projetos;
- b) Razões de ordem político-administrativa. A sociedade apresenta-se cada vez mais exigente quanto ao desempenho das escolas, os poderes públicos querem retorno dos investimentos realizados na educação, a legitimidade dos governos democráticos os levam a controlar, no âmbito das suas competências, o desempenho das escolas;
- c) Razões de ordem científico-pedagógica— aqui são consideradas: a evolução das concepções de avaliação; a avaliação da escola como estratégia para mudanças nos espaços escolares; as novas abordagens em torno dos problemas das escolas e da educação, a partir da busca por explicações das diferenças de qualidade entre as escolas; a mudança de uma pedagogia centrada no estudante para uma centrada na escola; a problematização das reformas educacionais, tanto em nível local como global;
- d) Razões de ordem legal, que dizem respeito às mudanças ocorridas na educação, no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que indica a autonomia da escola, gestão democrática e consequente abertura para a avaliação. (BRANDALISE, 2010, p. 320-321).

Essas razões demonstram a necessidade da avaliação institucional. Esta avaliação tanto pode ocorrer de forma externa, quando o processo de avaliação institucional é realizado por agentes externos, ainda que com a participação dos membros da instituição avaliada, ou pode ser interna, também denominada de autoavaliação institucional, em que o processo é conduzido por membros da instituição escolar.

Gatti (2006), coloca que, grosso modo, as modalidades de avaliação institucional que se tem trabalhado atualmente, são:

- (i) *descritivas* — quando se coletam, geralmente por meio de questionários, características das instituições, traçando-se o seu perfil, utilizando-se de diferentes variáveis;
- (ii) *descritivo-analíticas* — em que se procura comparar ou cruzar variáveis ligadas aos processos internos e aos produtos;
- (iii) *reflexivo-interpretativas* — que, a partir de um fundamento descritivo e analítico, apresentam diferentes interpretações, traduzindo significados e relevâncias, com base em referentes sociocientífico e culturais, agregando, também, formas diversificadas de coleta de dados como entrevistas — individuais ou coletivas; observação; grupos focais; estudos de caso, etc., contemplando-se os variados nichos organizacionais;
- (iv) *reflexivo-participativas* — que se apóiam nas premissas e nos modos de coleta da avaliação participativa, que envolve, em situação de diálogo e reflexão contínuos, as formas e os processos de desenvolvimento das diversas atividades institucionais, os vários segmentos participantes em diálogos reflexivo-interpretativos das representações e significados dessas ações, e de seu impacto percebido ou possível. (2006, p. 11).

As modalidades apresentadas, se analisarmos cuidadosamente, não se excluem, elas podem se complementar e se combinar sem cair no risco de assumir uma postura excessivamente subjetiva ou objetiva, mas como encontramos nas palavras de Dias Sobrinho (1995), que seja possível realizar uma avaliação institucional como um

Processo de julgamento de valor sistemático a respeito do desenvolvimento de todas as dimensões de uma instituição. É um processo basicamente pedagógico, de orientação muito mais formativa que somativa⁸. Privilegia a função formativa é colocar o acento nos dispositivos da ação, no dinamismo do processo, no desenvolvimento das relações pedagógicas. Esta orientação confere a avaliação um papel instrumental e proativo[...] produz a tomada de consciência daquilo que é necessário fazer para melhorar a instituição (DIAS SOBRINHO, 1995, P. 51)

Assim, a avaliação institucional assume como principais objetivos, de acordo com Belloniet al (2007), a promoção da autoconsciência da instituição — de onde esta terá a possibilidade de conhecer os limites com quais trabalha e identificar os ideais buscados pela instituição; dar informações a quem de direito para a tomada de decisão.

Luck (2012) acrescenta esse rol de objetivos da avaliação institucional, pois considera que para que a avaliação institucional possa servir de subsídios para a tomada de decisão, e

⁸Scriven citado in Boniol e Vial(2001) explica que a avaliação desempenha dois papéis, os quais os classifica em somativa, que ocorre em uma avaliação final e externa e a formativa, avaliação baseada no processo e interna. Esta se configura uma avaliação contínua, que abarca outras subavaliações.

que essas decisões sejam boas, faz-se necessário ter o conhecimento de forma objetiva da natureza, significação e alcance das práticas de uma organização, em seu conjunto e na interação de seus componentes, assim ela elenca como objetivos essenciais de caráter mais amplo do processo de avaliação institucional:

- Desenvolver uma cultura de avaliação na escola, marcada por reflexão crítica pelos participantes da comunidade escolar sobre sua atuação específica e respectiva repercussão no trabalho escolar como um todo;
- Criar bases objetivas de construção e atualização contínua da política educacional da escola, expressa na elaboração e implementação de seu Projeto Político Pedagógico;
- Prestar contas, de maneira clara e transparente, aos pais, à comunidade, à sociedade e a mantenedores, de como a escola atua e como realiza seus objetivos sociais;
- Estabelecer compromissos com a comunidade escolar para a superação das limitações e alcance de estágios mais avançados de desenvolvimento;
- Contribuir para a formação objetiva da identidade da escola, a partir de suas ações e contribuições. (LUCK, 2012,p.77)

Percebemos que a avaliação institucional é um instrumento gerencial e pedagógico que envolve aferição e construção. Além disso,ela pode possibilitar a adequação e a qualidade do desempenho institucional com base em critérios, gerando insumos para os processos de tomadas de decisão e constituição de resultados.

Observa-se que a avaliação institucional é ainda o processo global que requer a revisão do que foi planejado e visa a construir, continuamente, na IES, o processo do autoconhecimento. Por isso, o essencial não é haver um modelo único de avaliação, e sim que esta seja adequada, sempre, à identidade de cada institucional. A avaliação é um processo que não pode resolver, imediatamente, os problemas macroestruturais, embora seja capaz de contribuir nessa direção (NETO et al, 2007, p.143).

Dessa forma, presumimos que a condução de um processo de avaliação institucional está associada ao estabelecimento de dimensões⁹, critérios e indicadores¹⁰ que são considerados relevantes para esse processo.

O estabelecimento desses critérios é uma ação intencional que deve articular a definição de objetivos, com a constituição do objeto e com a seleção de indicadores. “Os critérios são referências com dupla relação. Estão ligados aos modos sociais de organização

⁹ São os pontos de abrangência que deverão ser avaliados, as grandes áreas da avaliação. Podem abranger aspectos administrativos, pedagógicos, físicos e estruturais.

¹⁰ São aspectos dos pontos básicos dentro da dimensão escolhida para avaliar. Nascimento e Marques (1977, p. 5) conceituam como “medidas de variáveis, de natureza quantitativa ou qualitativa, que refletem a situação, tendências ou mudanças ocorridas com relação a determinado fenômeno, quer isoladamente ou em função do sistema a que pertença”.

de uma determinada instituição e seus processos internos e a seus sujeitos, mas também a universalidade” (Dias Sobrinho, 2007, 73).

Novaes e Carneiro (2012) nos indicam que os critérios em avaliação estão frequentemente associados ao conceito de qualidade da educação e se “caracterizam por sistemas de objetivos estabelecidos previamente que permitem fornecer informações” (2012, p. 68). Apresentam quatro critérios que podem fazer parte de um processo de avaliação institucional:

- (i) Produtividade, amparados em Lapa e Neiva(1996) apresentam a produtividade como um conceito que pode ser associado à razão entre aquilo que instituição de ensino gera como produtos e resultados, e o que consome de recursos e insumos utilizados nos processos de ensino.
- (ii) Eficiência, está relacionada à otimização de recursos e responde fundamentalmente à questão de como as ações são desenvolvidas. Baseados em Belloni e Belloni(2003) expõe que para aferir o critério de eficiência é necessário formular indicadores que considerem o projeto institucional, os recursos financeiros, materiais e humanos utilizados, e a gestão.
- (iii) Eficácia, diz respeito ao resultado de um determinado processo, porém, contempla de modo mais abrangente, a orientação metodológica e a forma de atuação para consecução de objetivos e metas.
- (iv) Participação, os indicadores de participação devem ser capazes de aferir o nível e o tipo de envolvimento da comunidade interna e externa na elaboração e execução da avaliação, bem como seu grau de abrangência em relação aos diversos segmentos que compõem tal comunidade. (NOVAES e CARNEIRO, 2012, p. 79-73)

Amorim (1992) ao discorrer sobre os critérios que devem ser observados na constituição da avaliação institucional argumenta, baseado em Therriem e Sobrinho (1984), que dependendo do modelo organizativo da instituição os critérios utilizados para avaliação podem ser: de cunho administrativos-gerenciais-organizacionais, que inclui estudos de produtividade, custos, eficiência gerencial e administrativa da instituição, eficiência dos recursos humanos, materiais, financeiros; de natureza político social, onde os aspectos avaliados referem-se a eficiência da instituição frente ao contexto socioeconômico; de natureza pedagógica e científica, que abarca três dimensões básicas:

[...] avaliação da qualidade dos insumos do processo educativo e se preocupa com o estudo dos recursos humanos docentes e técnicos administrativos, dos espaços físicos e dos equipamentos da instituição; avaliação dos processos e dos procedimentos, procura focalizar as situações ligadas ao ensino, tanto da gerência deste quanto a sua integração didática com outras áreas da universidade; [...] avaliação da qualidade dos produtos do processo educativo, como a formação discente e a qualidade dos serviços prestados pela instituição (apud AMORIM, 1992,p. 32).

Assim, a construção de critérios deve indicar os objetivos e corresponder a eles, significados da instituição em seu processo global de avaliação. Ademais, para que a avaliação possa ganhar legitimidade faz-se necessário que ela constitua-se em um processo socialmente organizado e promovido por atores sociais com competência técnica e política conferidas e reconhecidos institucionalmente (Dias Sobrinho, 2007). No caso do Instituto Federal Baiano, esses atores sociais internos estão representados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA. A esta comissão é delegada a competência de conduzir o processo de avaliação institucional, precisamente o processo de autoavaliação institucional.

Tendo o nosso estudo o processo de autoavaliação institucional, como foco, apresentamos no próximo item as suas características e possibilidades de operacionalização.

2.2.1 Autoavaliação Institucional

As reflexões acerca da avaliação da escola tem demonstrado a necessidade de discutir, por um lado, a relevância da avaliação institucional como um processo que permeia o trabalho educativo e prima pelo aperfeiçoamento da gestão da escola e, por outro, por uma institucionalização de uma cultura avaliativa numa perspectiva de mudança e qualidade educacional, considerando a singularidade de cada instituição educacional, e não somente o dever de realizar a avaliação institucional para atendimento dos resultados pré-estabelecidos pelos órgãos externos reguladores.

Nesse sentido, a autoavaliação institucional, aquela que é conduzida por membros da própria instituição, ratifica a construção de uma cultura avaliativa. De acordo com Brandalise (2010), um processo de autoavaliação institucional apresenta as seguintes características:

- é o processo pelo qual a escola é capaz de olhar criticamente para si mesma com a finalidade de melhorar o seu desempenho através da identificação de áreas mais problemáticas e da procura de soluções mais adequadas para o desenvolvimento do trabalho escolar;
- é uma investigação permanente do sentido da organização e das ações da escola conduzida pelos próprios profissionais do estabelecimento de ensino;
- é o processo de melhoria da escola, conduzido quer através da construção de referenciais, quer da procura de fatos comprobatórios, evidências, para formulação de juízo de valor;
- é um exercício coletivo, assentado no diálogo e no confronto de perspectivas sobre o sentido da escola e da organização;

- é um processo de desenvolvimento profissional;
- é um ato de responsabilidade social;
- é uma avaliação orientada para a utilização;
- é um processo conduzido internamente, mas que pode e deve contar com a assessoria de agentes externos. (2010, p. 322)

A autoavaliação institucional constitui-se em um processo de autoconhecimento que dinamiza uma análise crítica da prática pedagógica e administrativa de uma instituição educacional. Por meio de um programa de análise de dados e informações é possível verificar a situação em que se encontra a Instituição, identificar as situações passíveis de mudança e estabelecer estratégias e ações com vistas à melhoria da qualidade de suas atividades, sua missão institucional, sua gestão.

Para tanto, cada instituição deve organizar e desenvolver seu processo de autoavaliação institucional de acordo com as suas especificidades e o contexto social, no qual está inserida. Para que este processo seja considerado legítimo e válido é necessário definir algumas questões para o seu direcionamento para que não recaia em uma mera expressão de opiniões. Por isso, é necessário definir alguns aspectos, tais como: (i) O que vai ser avaliado, quais as dimensões? (ii) Com que finalidade? (iii) Como será avaliado? e (iv) Como proceder com os resultados identificados (divulgação, realização de um plano de intervenção, de melhoria)?

Para que a definição desses aspectos possa consubstanciar-se em um projeto de autoavaliação é elementar que possa haver uma interrelação e articulação entre eles, de modo a estabelecer a operacionalização do processo avaliativo. Entendemos também que o procedimento de implantação de autoavaliação é um processo lento, permeado de tentativas, erros e acertos que, ao longo do tempo, vão sendo corrigidos e aperfeiçoados respectivamente. Mesmo cientes dos equívocos que naturalmente ocorrem nos processos avaliativos, não podemos negligenciar a relevância que este tema carrega consigo para a melhoria da instituição.

Cada Instituição de Ensino tem suas características e estas devem ser consideradas em seu processo de autoavaliação, no estudo em questão a multicampia é uma das características relevantes. Assim compreendemos válido refletir um pouco sobre este conceito.

2.3 MULTICAMPI

A palavra multicampi é formada por dois termos, multi, originária de *multus* que significa “muito, muitos” e *campus*¹¹, também de origem latina, significando “conjunto de edifícios e terrenos de uma universidade”.

Com apoio nos estudos de Fialho (2005) encontramos uma análise etimológica do conceito de multicampi, voltado para a universidade, mas que podemos estender também para os Institutos Federais.

O conceito trazido pela autora,

[...] permite evidenciar uma trajetória de sentidos atribuídos à palavra (multicampi) — como a ideia de quantidade, como a ideia de localização geográfica e como a ideia de lugar de produção —, corroborando noções que circulam no meio universitário e que fazem reencontrar as dimensões relativas à estrutura organizacional desconcentrada e à dispersão físico-territorial. Essa expressão (multicampi), portanto, cujos significados nem sequer se encontram absorvidos pela língua vernácula, embora consagrada para dizer de uma modalidade de ensino superior, vai além do mero ato de designar alguma coisa: ela aponta para um fenômeno que se pretende diferenciado de outros, a exemplo dos modelos universitários cuja configuração não se restringe a um único lugar enquanto localização física, por exemplo. (FIALHO, 2005, p.51).

Nesse sentido, observamos que o conceito de multicampi, não se refere apenas ao aspecto unicamente quantitativo, indicado pela quantidade de campus (unidades) que formam a instituição, tampouco pela determinação da localização geográfica desse campus nos espaços físicos.

Para Fialho (2005), espalhar várias unidades nos territórios e reuni-las sob a designação de universidade multicampi, não dá conta de expressar o sentido deste termo, ele vai “além dessa pluralidade de unidades dispersamente fixadas no território, a designação multicampi deve apontar para certa organicidade [...]”. (FIALHO, 2005, p. 56).

Quando nos referimos a multicampia nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, de acordo com Pacheco (2011), compreende-se um conjunto de unidades que estão localizadas em diversos territórios e que foram estruturados dessa forma por estabelecer estreita ligação com os seus objetivos. Para o autor,

¹¹ Etimologia da palavra em www.origemdapalavra.com.br, acesso em 06 de setembro de 2012.

A estrutura multicampi possibilita aos Institutos Federais a sua vinculação com a região em que estão inseridos, permitindo respostas efetivas aos anseios da comunidade. Dessa maneira, essas estruturas possuem maior mobilidade, pois estão inseridas no cenário local e regional. Tal característica permite a articulação entre a formação do trabalho voltado ao arranjo produtivo, atendendo à vocação da região, gerando maior inserção da mão de obra qualificada e incremento de novos saberes. (PACHECO, 2011, p.93).

A organização multicampi corrobora os objetivos dessas instituições, que é o de assumir em suas respectivas regiões o compromisso de intervenção, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

A estrutura organizacional multicampi guarda inúmeras diferenças com aquela que possui um só *campus*. E não diz respeito apenas ao seu aspecto organizacional. Por estarem inseridas em determinado contexto socioeconômico, as instituições multicampi reconhecem as vinculações com o desenvolvimento local e regional. (PACHECO, 2011, p. 93)

Observamos assim, que o conceito multicampi usado para caracterizar os Institutos Federais tem estreita ligação com a concepção etimológica da palavra, na medida em que o compreende como um conjunto de unidades (*campi*) que estão organizados em territórios. Entretanto, o conceito não se limita somente ao quantitativo, percebemos que devem estar organizados de forma sistêmica para que se possa alcançar o todo.

Não há Instituto Federal com um só *campus*, sua estrutura é multicampi, ou seja, constituída por um conjunto de unidades. Cada *campus*, independentemente do endereço ou data de criação da instituição que lhe deu origem, possui as mesmas atribuições e prerrogativas, condição que não pode servir a uma atuação não sistêmica. Ao contrário, a medida do trabalho da instituição – ou o cumprimento de objetivos e metas – é o resultado do todo. (PACHECO 2011, p. 68).

Como afirma Fialho (2005) o indicador de quantidade e localização é insuficiente para dar conta de expressar uma estrutura organizacional multicampi, ao contrário essas características trazem complexas problemáticas geradas pelos desafios do desenvolvimento local e regional, que essas instituições terão que enfrentar.

3. CAMINHO METODOLÓGICO

Compreendemos que desde a escolha do tema a ser estudado, da construção do problema de pesquisa, provavelmente, desenvolvemos procedimentos que constituem o início de um percurso metodológico. Como expõe Oliveira a metodologia de pesquisa

É um processo que se inicia desde a disposição inicial de se escolher um determinado tema para pesquisa até a análise dos dados com as recomendações para a minimização ou solução do problema pesquisado. Portanto, metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos (OLIVEIRA, 2008, p. 43)

Procuramos neste capítulo traduzir o caminho percorrido. Para isso, apresentamos o caminho metodológico realizado com vistas à absorção do processo de autoavaliação institucional instaurado no Instituto Federal Baiano, *locus* de nossa pesquisa, bem como do levantamento das informações que nos subsidiaram no desenvolvimento da ampliação da autoavaliação institucional já iniciada na referida instituição. O caminho foi percorrido e norteado pela problemática e pelos objetivos da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No início de uma pesquisa temos a ingenuidade de acreditar que possuímos a clareza do objeto da investigação, só depois é que nos damos conta de que o que trazemos é um tema a ser explorado. O objeto da pesquisa vai se delineando na medida em que vamos desvelando os contextos, as lacunas, aprofundando as leituras, os conceitos. Esta condição de sair da zona de estabilidade para a construção de uma problematização constitui-se um dos primeiros desafios.

No estudo aqui em específico, trazíamos como tema a Avaliação Institucional no Instituto Federal Baiano, por ser uma temática recente, tanto no campo teórico quanto na prática, no interior deste Instituto e ainda pouco explorada pelos pesquisadores. Contudo, era preciso problematizar, era necessário definirmos qual seria o nosso problema de pesquisa, o nosso objeto.

Diante desta condição várias possibilidades e multiplicidades de ideias surgem e nos vemos com dificuldades de prosseguir. Oliveira (2008) faz uma analogia que retrata muito bem essa situação inicial. Compara a situação como uma imensa floresta, onde inicialmente nos deparamos com diversas árvores, dentre as quais é preciso escolher apenas uma para poder estudar, e depois de escolhida a árvore é recomendável escolher apenas uma folha desta árvore, para que possamos conhecê-la de forma mais profunda.

Digamos que a floresta, com tantas árvores, simboliza o turbilhão de ideias sobre as quais temos a ingênua pretensão de trabalhar. Com certeza, isso não é possível; portanto, pensemos melhor em nosso problema e selecionemos apenas uma árvore que, nessa nossa imagem, é o problema e/ou objeto de pesquisa. Uma vez escolhida a árvore, vamos nos fixar em apenas uma folha [...] que chegaremos ao delineamento do nosso objeto de pesquisa. (OLIVEIRA, 2008, p.45)

Para identificarmos a nossa “árvore” e definir a nossa “folha” realizamos inicialmente leituras exploratórias acerca do tema, por meio de uma busca de estudos no portal de periódicos e banco de dados da Coordenação Pessoal de Nível Superior - CAPES, bem como na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Brasileiras que tratassem da avaliação institucional com foco nos institutos federais de educação. Também fizemos uma listagem da legislação brasileira concernente à temática e uma procura nos documentos do IF Baiano — Regimento da Comissão Própria de Avaliação e Atas do Conselho Superior dessa Instituição —, visando a construir a contextualização e a definição do problema de pesquisa.

Após as leituras exploratórias, diálogos e refinamento do tema delineamos a questão da pesquisa e os objetivos, passamos para a identificação de como seria trabalhada a questão, dos sujeitos, da escolha de uma abordagem.

A problemática e os objetivos da pesquisa nos indicaram um levantamento de natureza exploratória e descritiva e como estratégia de análise optamos por uma abordagem predominantemente qualitativa, pois conforme indica Minayo (1994) este tipo de pesquisa responde a questões muito particulares e a preocupação reside em um nível de realidade que não pode ser quantificado. De acordo com a autora, a pesquisa qualitativa,

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 78)

Dessa forma, o interesse consistiu em adentrar em uma realidade, neste caso de uma Instituição de forma mais detalhada, considerando a sua complexidade, o instituído e o instituinte¹² com vistas a identificação do processo de autoavaliação institucional que está em curso a partir dos documentos e das percepções dos sujeitos que conduziram esse processo por meio de questionário, para, a partir dos dados levantados e apoiados em uma fundamentação teórica, sugerir as possibilidades de melhoria desse processo, por meio de um esboço de uma proposta de ampliação do processo de autoavaliação institucional de modo a atender a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

O objeto desta pesquisa tomou como sujeitos desta investigação os membros da Comissão Própria de Avaliação- CPA do IF Baiano, a qual é responsável pela condução da autoavaliação institucional desse estabelecimento de ensino. Esta comissão é formada por doze representantes, sendo seis membros titulares e seis suplentes.

A composição da comissão tem representatividade entre os discentes, docentes e técnicos administrativos, sendo dois representantes de cada um desses segmentos. A escolha dos membros da CPA para constituírem os sujeitos desta pesquisa deve-se ao fato de que são eles os responsáveis pela implantação desse processo no IF Baiano e trazem, como uma de suas competências em seus artigos 8º, inciso VII, a proposição de projetos, programas e ações visando à melhoria do processo avaliativo institucional. Daí infere-se que há abertura para proposições que favoreçam o avanço do processo de avaliação institucional no IF Baiano.

Para efeito de seleção do grupo a ser pesquisado considerou-se como importantes os membros da CPA que participaram do processo de autoavaliação institucional de 2011, sendo estes suplentes ou titulares. Sendo assim, fizeram parte do grupo de pesquisados seis membros titulares e um suplente.

¹²Brandalise (2010) explica baseado em Castoriades (1975) que o instituído é a forma que a instituição se apresenta, o conjunto de forças que já se encontram sedimentadas, consolidadas e que buscam a manutenção do quadro institucional vigente e o instituinte é o conjunto de forças que se encontram em estado constante de tensão, mudança, recriação, transformação.

3.3 PROCEDIMENTOS E CAMINHO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização desta pesquisa consistiram em aplicação de questionário, pesquisa bibliográfica e análise documental.

3.3.1 Análise Documental

A análise de documentos foi um procedimento de investigação necessário porque possibilitou integrar informações coletados a outros procedimentos de pesquisa, e assim perceber através de fontes diversas aspectos relevantes em relação ao mesmo objeto.

Para a escolha dos documentos que serviram de análise desta pesquisa, consideraram-se os quatro princípios conforme indica Flick (2009), amparado em Scott (1990), são eles: autenticidade, credibilidade, representatividade e significação. Assim, baseados nestes princípios foram utilizados neste trabalho os seguintes documentos do IF Baiano:

- Plano de Desenvolvimento Institucional– PDI – 2009-2013
- Relatório de Autoavaliação Institucional 2011
- Atas da Comissão Própria de Avaliação
- Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação
- Atas do Conselho Superior

Os documentos consultados para fins do estudo foram escolhidos por serem os que formalizam os objetivos da pesquisa, e servem de referência para a explicação e apreensão do processo de implantação da autoavaliação institucional do IF Baiano. Nesses termos, os documentos aqui foram concebidos conforme esclarece Flick,

Os documentos não são somente uma simples representação dos fatos ou da realidade. Alguém (ou uma instituição) os produziu visando a algum objetivo (prático) e a algum tipo de uso (o que também inclui a definição sobre a quem está destinado o acesso a esses dados). Ao decidir-se pela utilização de documentos em um estudo, deve-se sempre vê-los como meio de comunicação (2009, p. 232).

Os documentos foram utilizados na perspectiva da descrição da Instituição e interpretação do processo de autoavaliação institucional. No que se refere a instituição procuramos identificar a missão, objetivos, finalidades, aspectos organizacionais e estruturais,

e quanto ao processo de autoavaliação institucional foram evidenciados as seguintes unidades para análise: implantação, concepções, finalidades, princípios e critérios.

3.3.2 Questionário

Para Oliveira (2005), o questionário é uma técnica utilizada para obtenção de informações, crenças, sentimentos, expectativas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador deseja registrar para atender aos objetivos de seu estudo.

Com esta perspectiva, optamos pela aplicação de um questionário junto aos sujeitos da pesquisa para identificarmos as impressões acerca do processo de autoavaliação institucional desenvolvido em 2011, as concepções de avaliação e os princípios que devem ser considerados nesse processo. A utilização desse tipo de abordagem também visou a viabilizar a coleta de dados diante da possível dificuldade de acesso aos sujeitos desta pesquisa.

Os questionários foram destinados aos membros da Comissão Própria de Avaliação do IF Baiano. Foram encaminhados por meio de e-mail aos membros da referida Comissão, com texto introdutório que apresentava a pesquisa, os objetivos dela e orientações para o autopreenchimento. Antes do encaminhamento foi feito um pré-teste para verificação da clareza dos questionamentos, e foi necessário fazer alguns ajustes. Utilizamos o software surveymonkey para criação do questionário, encaminhamento dele e coleta das respostas.

O questionário foi composto por dez arguições, sendo apenas três questões fechadas. As demais, foram estruturadas de forma aberta no intuito de possibilitar maior liberdade aos respondentes na constituição das respostas não se limitando a confirmação ou negação de uma assertiva, bem como propiciar uma reflexão mais crítica sobre o processo e possíveis alterações para a condução do processo de autoavaliação institucional.

Assim, as questões foram estruturadas no sentido de obter respostas sobre o processo de autoavaliação institucional desenvolvido em 2011, as reflexões dos participantes acerca do conceito e finalidade de tal procedimento e os princípios que devem ser considerados no desenvolvimento dele.

Para a análise das respostas, os conteúdos das questões foram sistematizadas em categorias fundamentais para o processo de autoavaliação institucional, a saber: (i) implantação (ii) concepção (iii) finalidades, (iv) dimensões e (v) princípios norteadores do processo de autoavaliação.

3.3.3 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi utilizada, neste trabalho, com dois objetivos centrais: primeiro constituir a fundamentação teórica do estudo e, em seguida, elaborar a problemática. Nessa fase realizamos leituras de estudos acerca do tema em questão que nos deram elementos para percebermos as lacunas existentes e definirmos o problema a ser pesquisado bem como foram realizadas leituras que facilitassem o entendimento dos conceitos centrais e identificação de elementos essenciais no processo de autoavaliação institucional. Conforme coloca Boaventura este método pode contribuir, da seguinte maneira:

A fundamentação teórica ilumina o problema com a discussão de novos enfoques, dados, informações, esclarecendo melhor a matéria em exame. São os suportes teóricos que sustentam o problema. Há pontos convergentes e divergentes encontrados em livros e artigos de revistas que tornam a investigação mais dinâmica; por isso, a revisão é discussão do que foi encontrado (2004, p. 116).

Segundo, buscar uma consistente revisão de literatura que nos dessem possibilidade de realizar uma análise de dados à luz da fundamentação teórica e identificar estudos que retratassem experiências do processo de autoavaliação institucional, demonstrando modelos aplicados e proposições de modelos. Dentre os estudos e literatura encontrados, destacamos o uso dos trabalhos e referências informados no Quadro (2):

Quadro (2): Trabalhos com enfoques em propostas e ou sistemáticas de autoavaliação institucional

Autores (ano)	Descrição
Silva e Freitas (2011)	Propõe um modelo para autoavaliação das Instituições de Ensino Médio - IEM com vistas a avaliar sua realidade, seguindo os princípios de qualidade e utilizando técnicas estatísticas e métodos fundamentados no Auxílio Multicritério à Decisão (AMD).
Ronchi (2011)	Estrutura um modelo multicritério para avaliar o desempenho da tutoria do curso de Ciências Contábeis à Distância, da Universidade Federal de Santa Catarina com vistas a seu gerenciamento.
Freitas e Fontan (2008)	Propõem um procedimento para a estruturação do processo de autoavaliação de cursos universitários segundo a percepção do corpo docente, discente e técnicos administrativos.
Belloni et al (2008)	Descreve a experiência da avaliação institucional desenvolvida no período de 1990 a 1993 da Universidade de Brasília.
Aguiar (2006)	Procura analisar propostas e alternativas para se avaliar uma instituição educacional, a partir do olhar teórico do multiculturalismo, a pluralidade cultural inerente às identidades institucionais e suas finalidades educacionais.
Ramos (2005)	Apresenta uma sistemática para o desenvolvimento da avaliação institucional nos Centros de Educação Profissional.
Ludke (2005)	Apresenta uma proposta com sete dimensões para a avaliação da gestão institucional dos Centros de Educação Profissional.

Autores (ano)	Descrição
Fernandes (2005)	O documento apresenta modelo de autoavaliação institucional, sugerido para a rede estadual de Centros de Educação Profissional – CEPs, do estado do Maranhão. Expõe o modelo conceitual sugerido e identifica as dimensões nele propostas.
Gaio e Glavam (2004)	Apresentam um estudo de caso desenvolvido com o propósito de criar um modelo de avaliação institucional, com enfoque no corpo docente, para preparar uma faculdade da rede privada para o reconhecimento do curso de administração de empresas utilizando a metodologia multicritério de apoio à decisão.
Freitas e Rodrigues (2003)	Propõe a estrutura do processo de autoavaliação de IES, por meio de um procedimento fundamentado nos princípios da qualidade e do Auxílio Multicritério à Decisão, com uso de técnicas estatísticas.

Fonte: Organizado pela autora

A análise dos dados numa pesquisa qualitativa assume um processo construtivo-interpretativo em que existe a possibilidade de seguir um desenho flexível frente à pluralidade de instrumentos, participantes e dados com base na questão norteadora e objetivos do estudo. Assim “coleta-se com a finalidade de analisá-los para compreendê-los e assim responder as questões de pesquisa ou gerar conhecimento” (SAMPIERI et al, 2006, p.377).

A conjugação dos instrumentos de coleta e análise de dados aliado ao referencial teórico pode ser assim representado.

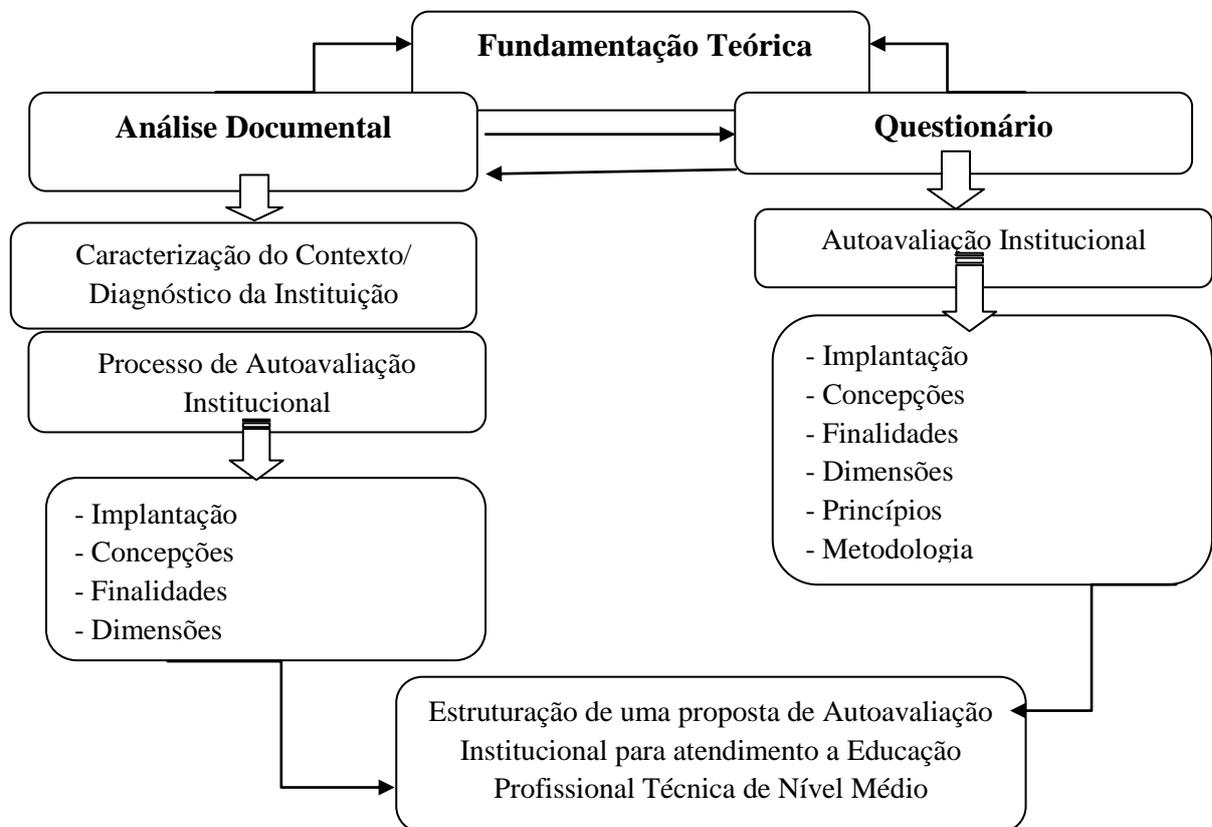


Figura (3): Elementos constitutivos da proposta
Fonte: Organizado pela autora

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

3.4.1 A Instituição: IF Baiano

De acordo com Butelman as instituições educativas “são formações sociais e culturais complexas, em sua multiplicidade de instâncias, dimensões e registros” (1998, p.111). Isto porque é produto de um conjunto de processos de interrelações, oposições e transformações de forças sociais que vão se constituindo, delineando, construindo e reconstruindo as suas características, missão, valores, objetivos, finalidades.

A complexidade presente nas instituições educativas é própria dos organismos vivos, e por isso estas apresentam variações que as mantêm em um maior ou menor nível de organização, desequilíbrio, afastando a ideia de estabilidade absoluta em seu cotidiano (SERMANN, 2007, p. 276).

Dessa forma há que se considerar que os processos avaliativos que ocorrem no interior das instituições estão imersos neste contexto organizacional complexo, portanto não ocorrem num vazio conceitual. Cada instituição de ensino possui características próprias, os seus conflitos, traz em si as marcas do seu processo histórico e dos agentes sociais, políticos e econômicos que a influenciaram constituindo-se assim um universo complexo e subjetivo.

Sendo assim, compreendemos ser válido apresentar em linhas gerais a instituição que é o *locus* deste estudo, o IF Baiano, para que sirva de elemento para a compreensão do objeto de nossa pesquisa — o processo de autoavaliação institucional da referida instituição — sem perder de vista o todo e as partes que o compõem.

Ademais, um aspecto fundamental a ser considerado no processo de avaliação institucional refere-se à necessária articulação e sintonia deste processo com os princípios, missão e finalidades da Instituição em suas diversas dimensões.

Ribeiro reitera esta necessidade (2011) ao declarar que para avaliar uma instituição de ensino faz-se necessário estar inteirado da sua missão institucional, dos seus objetivos e finalidades, consoante é preciso estar inteirado da política de avaliação adotada pelos órgãos governamentais, dos critérios e indicadores adotados para examinar a qualidade da educação, bem como das regras estabelecidas para monitorar o sistema.

O Instituto Federal Baiano, assim como os demais Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, criados pela lei n 11.892 de 29 de dezembro de 2008, fazem parte de um conjunto de medidas normativas que visa à concretização das ações estabelecidas no

Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Otranto (2010) assinala que os Institutos Federais são mais que um novo modelo institucional, são a expressão maior da atual política pública da educação profissional brasileira.

Os Institutos são pensados na perspectiva de combater as desigualdades regionais e contribuir na construção de um projeto de nação mais igualitária, atuando como potencializadores de uma educação capaz de gerar conhecimentos a partir de práticas interativas com a realidade, de modo a propiciar a construção de projetos locais (BRASIL, 2008).

Assim, nesta direção, é posto para os Institutos Federais como desafio, desenvolver uma educação profissional que possa efetivamente desencadear intervenções nas realidades onde estão inseridos, sendo um núcleo de irradiação de ações para o desenvolvimento local e regional.

Os Institutos Federais surgem como autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade¹³ e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária. Pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, é, porém, ao eleger como princípio de sua prática educacional a prevalência do bem social sobre os demais interesses, que essas instituições consolidam seu papel junto à sociedade. (PACHECO, 2010, p. 4)

Nessa perspectiva, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve nortear as ações de ensino, pesquisa e extensão dos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual buscando o rompimento com a visão reducionista de ser apenas um instrumental para atendimento aos interesses do desenvolvimento econômico e abre-se para um movimento que vislumbra o desenvolvimento educativo num sentido mais amplo da palavra (PACHECO, 2011).

Entretanto, como estas instituições não nascem como Institutos Federais, visto que foram formadas a partir das transformações dos antigos centros federais de educação

¹³ A palavra territorialidade é utilizada como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence. (...) sentimento de exclusividade e limite [que] ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. (...) Estende-se aos animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.19). Citado por PACHECO, Elizer. Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. 2010, p. 4.

tecnológica, das escolas agrotécnicas federais e das escolas técnicas vinculadas às universidades, o novo papel desenhado para estas instituições constitui-se como um grande desafio, pois estas já carregam modelos e concepções de educação já existentes, o que implicará necessariamente em um “embate simbólico de significações e ressignificações dos modelos de educação profissional pré-existentes e na sua diferenciação do modelo acadêmico da relação ensino/ciência/tecnologia predominante na universidade brasileira” (PACHECO, PEREIRA e SOBRINHO, 2010, p. 85-86)

Na Bahia foram criados dois Institutos, o Instituto Federal da Bahia - IFBA e o IF Baiano, o primeiro foi formado pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, e o segundo é resultante do processo de integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia e das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. Este tem Reitoria, sede e foro na cidade de Salvador, com Campis nas cidades de Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença.

O IF Baiano conforme prevê a lei de sua criação é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, que possui natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, tendo seus objetivos e finalidades definidas nos termos da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Em seu Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI colocam como missão “Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão” (PDI – IF Baiano, 2009-2013, p.)

Apresenta como finalidade:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização, da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar a oferta formativa, em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

- V - constituir-se em centro de excelência, na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação científica;
- VI - qualificar-se, como centro de referência, na oferta do ensino de ciências; capacitação técnica atualizada aos docentes, prioritariamente, da rede pública;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.

Conforme proposto, o IF Baiano descreve em seu PDI que como uma rede social de educação profissional e tecnológica, procurará atuar em sintonia com os arranjos produtivos locais, como forma de efetivar o seu compromisso social, e, portanto, deverá estar atento às necessidades do local e entorno onde estão inseridos os seus Campi.

Para manifestar este compromisso, o Instituto assegura a vinculação de um mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente, integrada ao ensino médio, de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de cursos profissionalizantes para atendimento ao PROEJA, visando a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram excluídos do processo de democratização do conhecimento. E no mínimo 20% das vagas ofertadas deverão ser destinados aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, objetivando a formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional. Concomitantemente, serão destinados, ainda, 30% das vagas para cursos de tecnólogo, graduação e pós-graduação.

Atualmente no conjunto de seus dez Campi, oferta 04 cursos na modalidade de PROEJA, 21 cursos de educação profissional técnica de nível médio, 05 licenciaturas, 02 bacharelados, 02 cursos tecnológicos, 03 especializações, 06 cursos técnicos subsequentes na modalidade de educação à distância. Além disso, oferta os cursos de Formação Inicial e Continuada pelo Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e Programa Mulheres Mil. Em termos de Matrícula verificamos tanto no ano de 2011 quanto no ano de 2012 que a educação básica profissional detém de forma expressiva o maior número de matrículas, conforme pode ser verificado em destaque na Figura 4.

IF Baiano 2011 - Cursos e Número de Matrículas IF Baiano 2012 - Cursos e Número de Matrículas



Figura (4): IF Baiano- Dados dos Cursos e Matrículas 2011/2012

Fonte: www.ifbaiano.edu.br/pro-reitorias/prodin

Podemos constatar assim, como proposto na legislação, que o IF Baiano oferta cursos de níveis e modalidades diferentes. Sabemos que não é comum no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino. Todavia, a legislação confere aos Institutos Federais esta natureza singular.

Silva (2009) explica que essa oferta de diversos níveis não pode ser confundida com dispersão, numa oferta aleatória de cursos. Primeiro, o objetivo dos IFs é a profissionalização e sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como

atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Essa compreensão deve ser válida para qualquer atividade de ensino, pesquisa ou extensão.

Para atender o novo desenho proposto para os Institutos o IF Baiano tem uma organização geral administrativa que compreende: Órgãos colegiados (composto por Conselho Superior; Colégio de Dirigentes; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Comissões Permanentes), Reitoria (formada por Reitor; Gabinete do Reitor; Órgãos de Assessoramento; Pró-Reitorias; Diretorias Sistêmicas) e os Campi (organizados em Diretoria Geral; Diretoria Acadêmica; Diretoria Administrativa), representado na Figura 5.

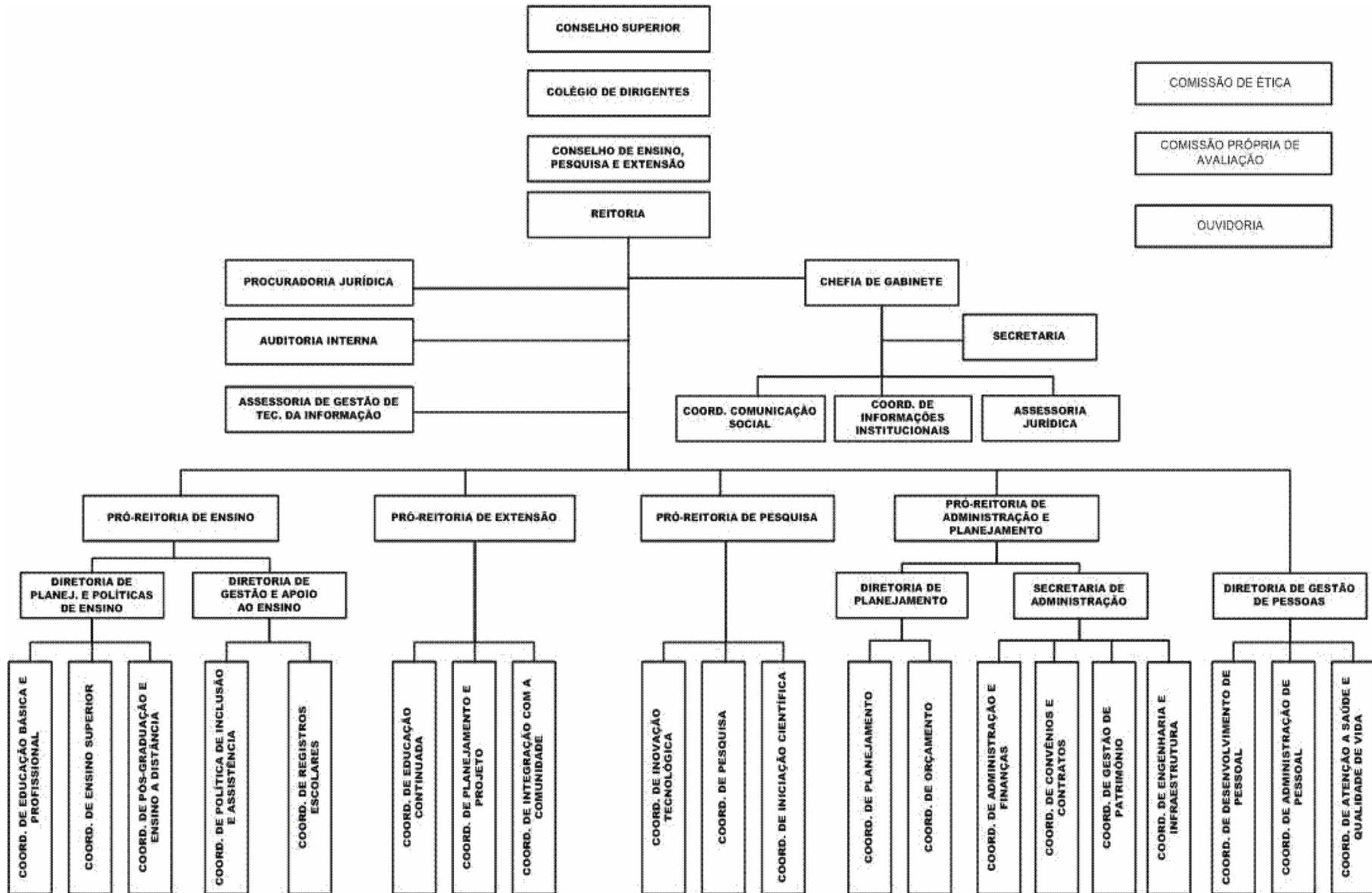


Fig. (5) Estrutura Organizacional do IF Baiano.

Fonte: Site do Instituto Federal Baiano, <http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria>.(2013)

Mesmo apresentando uma estrutura semelhante as das universidades, os Institutos Federais não são tal e qual elas, apesar de nelas se inspirarem. São instituições de educação superior, mas também de educação básica, e, principalmente, profissional, pluricurriculares e multicampi. Assim, devem ser pensadas como uma organização que tem características diferentes das universidades e, portanto, nem todas as políticas podem ser aplicadas nos modelos que foi pensado para estas, a exemplo, o SINAES.

Dessa forma, identificar as concepções presentes nos documentos da instituição sobre o processo de avaliação institucional e perceber como o SINAES está sendo implementado no IF Baiano constituiu-se em subsídios para uma proposta de ampliação da autoavaliação institucional que possa atender de maneira mais completa as características do Instituto.

Com isso, não queremos dizer que o SINAES não possa ser implementado, mas, que outros elementos devem ser acrescentados, e ou até mesmo reformulado para atender aos níveis e modalidades de ensino a que a Instituição atende, as suas características, sem deixar de atender também ao que é proposto para a avaliação dos cursos superiores.

Conforme coloca Ribeiro (2009) é muito alta a complexidade da implementação de uma política do porte do SINAES, por isso ele destaca a importância de um acompanhamento minucioso desta etapa com vistas a superar as dificuldades e resistências bem como identificar aspectos e situações que, porventura, necessitem de ajustes e correções por parte dos formuladores das políticas e daqueles que conduzem esse processo.

3.4.2 A Autoavaliação Institucional nos Documentos Institucionais

Considerando que os documentos expressam as ideias e concepções de atores num determinado tempo e espaço, fizemos uso da análise dos documentos do IF Baiano, o Plano de Desenvolvimento Institucional/2009-2013, Relatório de Autoavaliação Institucional /2011, Atas da CPA e do CONSUP com vistas a identificar os elementos que nortearam o processo da implantação da autoavaliação institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013 do IF Baiano define a avaliação institucional como “processo contínuo para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão das instituições e da prestação de contas à sociedade”. (PDI IF BAIANO 2009-2013, p. 64).

Elenca como objetivos centrais desse processo:

- implantar um processo contínuo de autoavaliação que possibilite conhecer suas potencialidades e dificuldades, visando à melhoria da qualidade no desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- promover e difundir uma cultura de avaliação permanente que permita planejar e redirecionar as ações do IF Baiano;
- analisar a eficiência, a efetividade e a relevância social e científica dos programas e projetos institucionais;
- desencadear um processo de autoavaliação coletiva, estimulando a interrelação entre todos os atores envolvidos (servidores, discentes, egressos e entorno social), rumo ao constante aprimoramento do desempenho institucional.(PDI IF BAIANO 2009-2013, p. 64)

Observamos então que no PDI a avaliação institucional tem como finalidade o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, planejamento da gestão e prestação de contas a sociedade.

Partindo da concepção e dos objetivos expostos no PDI podemos inferir que o processo de avaliação institucional do referido instituto pode ser assim compreendida (Fig. 6):

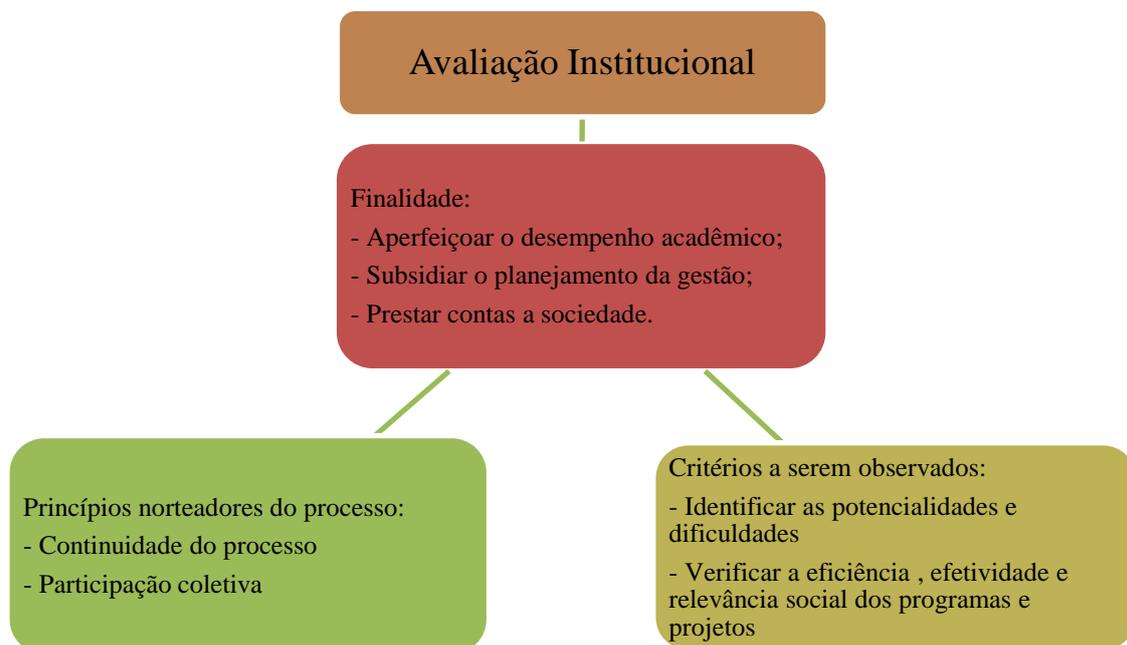


Figura (6): Características da Avaliação Institucional IF Baiano

Fonte: Elaborado pela autora a partir da concepção de Avaliação Institucional e Objetivos descritos no PDI IF Baiano / 2009-2013

Uma vez que não há um projeto de autoavaliação institucional em forma de documento, presumimos que o PDI foi o elemento orientador para o processo de avaliação institucional em consonância com as normas estabelecidas pelo SINAES.

No PDI também há orientação para que a CPA siga as normas estabelecidas pelo SINAES e analise o Roteiro de Autoavaliação Institucional para definir o processo de avaliação institucional. Nessa análise, devem-se especificar os procedimentos a serem adotados com o objetivo de atender às suas diversas dimensões, principalmente no que concerne à grande diversidade de documentos e de dados a serem pesquisados, e à necessidade de realização de algum estudo mais aprofundado a partir dessas informações.

O referido documento ainda orienta quanto ao uso de questionários específicos, os quais não devem identificar o avaliador. E estabelecem como dimensões a serem avaliadas:

- **Ensino:** as políticas para o ensino, a estrutura curricular dos cursos de graduação; a orientação acadêmica; o regime didático; o sistema de controle acadêmico; a coordenação dos cursos de graduação e as disciplinas;
- **Pesquisa:** a oportunidade de participação nos projetos, a sua relevância social e científica;
- **Extensão:** a relevância social, educacional e econômica das atividades; as prioridades estabelecidas; sua interação com o currículo de graduação; os serviços prestados à comunidade e as atividades culturais e de esporte e lazer;
- **Responsabilidade social:** a participação do IF Baiano no desenvolvimento econômico, social e ambiental da região; sua contribuição para a promoção da cidadania e para a inclusão social;
- **Comunicação com a sociedade:** a imagem externa da instituição e os meios de comunicação externa;
- **Política de pessoal e de carreiras dos servidores:** gestão de pessoas (cursos, treinamentos, capacitação, o plano de carreira, assiduidade e atuação); a relação entre o trabalho existente no setor e a força de trabalho para executá-los; o relacionamento com os colegas de trabalho; a preparação para a aposentadoria e a escolha de dirigentes em todos os níveis da administração;
- **Organização e gestão da instituição:** o processo de tramitação de documentos e solicitação de serviços; disponibilidade de recursos humanos; financeiros; didáticos e equipamentos; processo de compras;
- **Infraestrutura física:** os espaços de convivência; o ambiente e instalações das salas de aulas; as condições e instalações de laboratórios didáticos; os recursos e serviços computacionais prestados; as condições e recursos materiais; o acervo e condições de funcionamento da biblioteca; os recursos audiovisuais disponíveis para o ensino; o atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais; a conservação e limpeza; os serviços de conservação de edificações e infraestrutura; os serviços de segurança patrimonial e comunitária; o controle de entrada de pessoas no *campus*; os serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes; a qualidade do trânsito de veículos no *campus* e o acesso ao *campus*;
- **Planejamento, especificamente em relação aos processos:** a participação da comunidade no processo de planejamento institucional;
- **Política de atendimento ao discente:** os procedimentos de recepção de novos alunos; os serviços de bolsas (moradias, alimentação e atividades de estágios); o atendimento no refeitório; a qualidade das refeições; os serviços de alojamento; os serviços prestados pela divisão de saúde; os serviços de apoio e orientação psicossocial e o acompanhamento de egressos.
- **Sustentabilidade financeira:** a eficiência da aplicação de recursos financeiros; alocação de recursos orçamentários e a captação de recursos externos pelo IF Baiano. (PDI IF BAIANO 2009-2013, p. 65-66)

Notamos que as orientações quanto às dimensões no PDI seguem àquelas expostas nos SINAES, não há no documento nenhuma indicação quanto à necessidade de adaptação e ou ajustes para adequar-se a realidade do IF Baiano. Daí, inferimos que o processo de autoavaliação institucional reside primordialmente em atender ao órgão regulador.

Entretanto, mesmo seguindo as orientações do órgão regulador, o que se apreende do PDI é que a avaliação deve ter um caráter formativo, na qual se busca realizar o diagnóstico da situação para daí poder intervir numa busca contínua de aperfeiçoamento. A preocupação encontra-se mais no processo para os ajustes necessários para fins de aperfeiçoamento que na busca pelo produto tão somente.

Os conceitos e as propostas nem sempre assumem na prática as suas intencionalidades expressas nos planos, pois da proposição a implementação há um caminho com diversas nuances e interrelações de dependência, aceitação e colaboração, conforme nos esclarece Ribeiro (2009) baseado em Pressaman e Wildavsky (1984).

O percurso para implantação do processo de autoavaliação institucional no IF Baiano é deflagrado a partir da emissão da portaria nº 280 de 07 de abril de 2011 que nomeia os membros responsáveis pelo processo eleitoral para a constituição dos membros da CPA e elaboração do Regimento para a referida Comissão.

O processo de eleição para representantes de docentes, técnicos administrativos e discentes para a composição da CPA ocorre apenas nos Campi onde há oferta de ensino superior: Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim.

Em 09 de dezembro de 2011, temos a CPA instituída por meio da portaria nº 1.510, resultante de um processo eleitoral. A partir de então esta comissão inicia os trabalhos para o processo de implantação da autoavaliação.

De acordo com o registro em ata a 1ª reunião da CPA, ocorre em 16/01/2012. Esta comissão deveria desenvolver os trabalhos de modo a concluir o relatório da avaliação institucional em março de 2012. Daí verificamos que os membros não tiveram tempo suficiente para se apropriar da proposta do SINAES e de elaborar um projeto de autoavaliação para o IF Baiano, bem como de implementar as etapas previstas, devido ao pouco tempo que dispunha. Esta situação conforme registro em ata se deve da não criação da CPA no tempo previsto após a implementação dos cursos superiores na Instituição.

A metodologia utilizada para a elaboração dos questionários ocorreu a partir das dez dimensões do SINAES e a partir de modelos já utilizados por outras instituições de ensino, conforme podemos verificar no trecho, “começamos a analisar instrumentos de pesquisa

utilizados em outras instituições, com o objetivo de formularmos os nossos questionários”(ATA da CPA, 16/01/2012, fl2, linhas 52-54).

Para elaboração do questionário foram formados dois grupos, um responsável pela formulação daquele aplicável aos discentes e membros da sociedade civil e o outro, da mesma forma, aos docentes e técnicos administrativos.

O instrumento aplicado aos docentes, técnicos administrativos e discentes contemplou aspectos ligados à avaliação do setor, gestão e órgãos de apoio, condições de trabalho, autoavaliação, infraestrutura e aspectos institucionais, organizados em itens onde o avaliador deveria expressar a sua opinião por meio de uma escala de 1 a 5, onde 5 equivale ao conceito de ótimo, 4 muito bom, 3 bom, 2 ruim, 1 péssimo e NA não se aplica. No que se referem aos aspectos institucionais os item deveriam ser analisados e indicados com um sim ou não quanto ao conhecimento ou participação.

O questionário aplicado junto aos docentes foi formado por 57 (cinquenta e sete) itens distribuídos em 6 (seis) aspectos: quanto ao departamento/coordenação de área; quanto à gestão e órgãos de apoio institucional; quanto às condições de trabalho e à infraestrutura; quanto à biblioteca; quanto à autoavaliação; quanto aos aspectos institucionais.

O questionário aplicado aos técnicos administrativos continha 44 (quarenta e quatro) itens distribuídos em 5 (cinco) aspectos: Quanto ao setor; quanto à gestão e órgãos de apoio institucional; quanto às condições de trabalho e à infraestrutura; quanto à autoavaliação; quanto aos aspectos institucionais.

O questionário aplicado aos discentes do ensino superior também continha 44 (quarenta e quatro) itens distribuídos em 6 (seis) aspectos: Quanto ao curso; quanto à atuação do curso; quanto à gestão e órgãos de apoio institucional; quanto à biblioteca; quanto aos aspectos institucionais.

Conforme apresentado no Relatório da Avaliação Institucional (2011) não foi possível adotar uma metodologia uniforme para a análise dos dados dos quatro Campi visto que algumas dificuldades foram apresentadas para realização das reuniões da CPA, dentre as quais citam, falta de logística, impossibilidade de alguns membros de realizar viagem, calendário condensado nas atividades letivas coincidindo com término do ano letivo, tempo exíguo entre a institucionalização da CPA e início das atividades e data limite para entrega do relatório.

Assim, os *Campi* de Catu e Senhor do Bonfim apresentaram os dados em percentuais em forma de gráficos, o *Campus* de Guanambi optou por uso de uma metodologia de análise mais qualitativa para as categorias de docentes e técnicos administrativos visto que houve uma quantidade reduzida de respondentes dos questionários e uma análise qualitativa e

quantitativa dos dados dos discentes. O *Campus* Santa Inês categorizou os dados por curso, de maneira bem minuciosa.

O *Campus* Guanambi em sua análise traz algumas questões para reflexão no que se refere ao instrumento utilizado, que foram percebidas durante a tabulação dos dados, a saber, (i) muitas perguntas dos questionários não atendiam as dimensões do SINAES, (ii) e verificação da necessidade de adicionar outros questionamentos, uma vez que foi detectado o fato de que algumas dimensões do SINAES não foi contemplada. Complementa expondo que “em virtude das sugestões dadas pelos servidores é possível perceber que muitas questões institucionais, que afetam a qualidade dos cursos oferecidos, não foram abarcadas pelos questionários”. (RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL IF BAIANO, 2011, P. 23).

Observamos que, mesmo não sendo o foco central de nossa pesquisa uma análise do instrumento utilizado na autoavaliação institucional, as evidências demonstradas no Relatório da Avaliação Institucional do IF Baiano sobre a metodologia indica a necessidade de aperfeiçoamento desse processo. O que consideramos natural, visto que para a implantação de uma proposta é necessário tempo para apropriação, discussão e planejamento para a sua efetivação, o que verificamos é que não foi possível, na realidade, estudá-la a contento.

3.4.3 O Processo de Autoavaliação Institucional sob o prisma dos Membros da Comissão Própria de Avaliação

3.4.3.1 Caracterização da CPA

Os sujeitos participantes desta pesquisa constituem-se de sete membros da Comissão Própria de Avaliação, os quais participaram de alguma forma e em algum momento do processo de autoavaliação institucional.

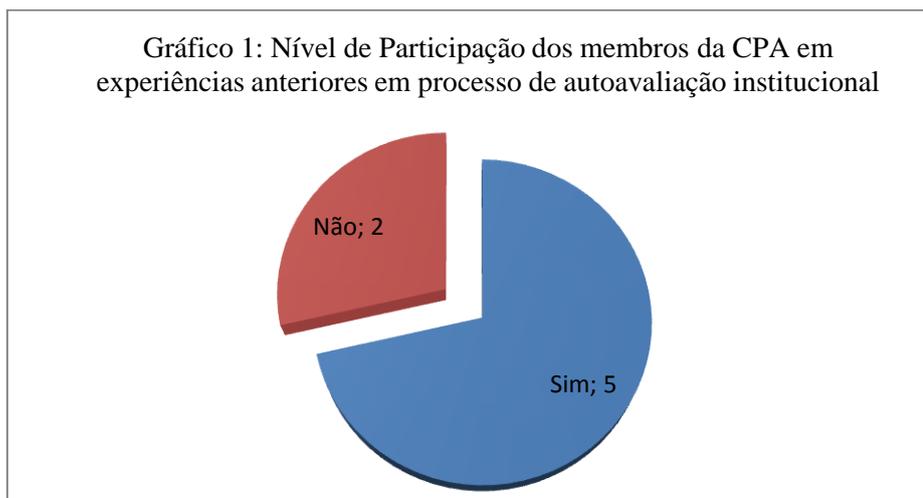
Para a preservação do anonimato os participantes da pesquisa foram codificados por meio de letras, por exemplo, MCPA DISC. 1 e MCPA DISC. 2, referem-se aos membros discentes, MCPA DOC. 1, MCPA DOC. 2 e MCPA DOC. 3, membros docentes, e MCPAC. TEC. 1 MCPA TEC.2, aos membros técnicos administrativos.

Da pesquisa participaram 03 (três) membros que representam a categoria docente, sendo dois membros titulares e um suplente, 02 (dois) membros representantes da categoria

técnicos administrativos e 02(dois) membros da categoria discente. Dos docentes que fazem parte da Comissão, um atua no *Campus* de Guanambi, um no *Campus* Santa Inês e um na Reitoria. Quanto aos técnicos um é lotado no *Campus* de Guanambi e outro no *Campus* Senhor do Bonfim. Dos discentes, um é do *Campus* Santa Inês e outro do *Campus* Guanambi. O grupo é composto por três mulheres e quatro homens.

Em relação à formação acadêmica, todos possuem nível superior completo, com exceção dos discentes que estão em curso. Dos docentes, dois possuem pós-graduação *scrito sensu*, um mestre na área de Matemática e um doutor na área de Educação.

No que se refere a experiências anteriores em processo de autoavaliação institucional, podemos dizer que para a maioria dos membros esta foi a primeira experiência, como indicado no Gráfico 1. Dos que declararam participar, um membro discente informou que colaborou em um processo na escola onde atua como professor e um dos docentes integrou a Avaliação Institucional da Universidade Federal da Bahia.



Fonte: Questionário aplicado aos membros da CPA (2013)

Mesmo que a maioria dos membros não tenha tido experiências práticas anteriores nesse campo da educação, percebemos que os motivos que os conduziram a participar da CPA refletem de modo geral a preocupação com a melhoria da instituição. Esses motivos estão elencados no Quadro 03, por categoria de representatividade na Comissão:

Quadro (3):Motivos desencadeadores para participação da CPA

Técnicos	Docentes	Discentes
Contribuição para com o desenvolvimento institucional.	-Responsabilidade com a implantação da educação superior no IF Baiano.	- Processo de aprendizado

Técnicos	Docentes	Discentes
-Contribuição para com o processo didático-pedagógico dos cursos superiores.	-Crença na avaliação como instrumento de direcionamento das melhorias a serem efetivadas na instituição. - Aceitação de convite por parte de alguns colegas, e curiosidade quanto ao processo de implantação da avaliação instituição em uma Instituição tão jovem.	- Necessidade de avaliar a instituição para a melhoria do ensino e da superação das dificuldades encontradas por todos os discentes.

Fonte: Questionário aplicado aos membros da CPA (2013)

Dentre os motivos elencados percebemos que a aceitação em participar da avaliação institucional está relacionada tanto aos interesses pessoais pelo tema como pela boa vontade, ou mesmo, vontade de contribuir com a melhoria da instituição a que estão vinculados, com o desenvolvimento institucional, questões já apontadas por Ribeiro (2011).

Também ficou bastante evidente na pesquisa é a necessidade de realização de capacitação para os membros da CPA. Ao serem questionados sobre a participação de alguma capacitação sobre o SINAES 100% dos participantes desta pesquisa afirmaram que não tiveram uma formação específica quanto ao sistema. Apenas um dos participantes indicou a participação em outras capacitações sobre avaliação. Assim, observamos que nem sempre os processos de implantação de uma política estão atrelados à formação prévia daqueles que irão conduzir este processo.

3.4.3.2 Processo de Autoavaliação Institucional IF Baiano

No contexto da pesquisa foi necessário abordar as concepções e reflexões daquelas que são responsáveis pela condução do processo de autoavaliação institucional, visto que estes tem maior propriedade para dizer da prática vivenciada e da implantação de tais análises.

Como reportado anteriormente, o termo avaliação assume vários significados de acordo com os interesses e necessidades, o que demonstra que o seu uso não é neutro, mas contextual.

Na perspectiva demonstrada pela maioria dos membros da CPA a autoavaliação institucional perpassa pelo autoconhecimento da instituição a partir dos sujeitos que a integram, com vistas à identificação dos seus problemas para tomada de decisões vislumbrando a melhoria institucional. Isto pode ser verificado, nos discursos abaixo:

É um processo de autoconhecimento ao qual implica aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, ideológicos etc, no qual a instituição busca, estabelecendo padrões próprios, avaliar as suas ações, suas estruturas formal e material, bem como suas concepções filosófico-ideológicas. (MCPA TEC. 1)

É um instrumento importante para averiguação das demandas que envolvem a gestão do ensino aprendizagem do IF Baiano do nível superior. (MCPA DISC. 1)

É um meio pelo qual temos a oportunidade de ver tudo o que ocorre dentro da instituição possibilitando ter uma visão ampla de todos os campi e de todas as categorias podendo melhorar as ações a serem tomadas. (MCPA DISC. 2)

É o processo de autoavaliar-se, ou seja, identificar as fragilidades existentes nos cursos e na instituição, considerando as opiniões e olhares dos envolvidos no processo didático-pedagógico (discentes, docentes, técnicos, comunidade, gestão) a fim de superá-las. (MCPA TEC. 2)

A autoavaliação institucional permite que a gestão, corpo docente, corpo técnico administrativo, corpo discente possam analisar a qualidade da educação ofertada, por meio de investigações diagnósticas sobre os avanços e os limites do processo educativo no IF Baiano. (MCPA DOC. 2)

Notamos pelas expressões dos membros da CPA que a avaliação é pensada numa perspectiva de exercício de autocrítica que deverá ensejar sobre mudanças na instituição, como expõe Dias Sobrinho (2009, p. 16) ainda que nem sempre se declare a força da avaliação institucional, esta se constitui instrumento de grande impacto na transformação.

Mas vale ressaltar, que um dos membros sinaliza que apesar de compreender que autoavaliação “é um instrumento de correção e verificação se de fato a Instituição vem buscando o cumprimento de sua função social” esta ainda não pode ser percebida como instrumento de autocrítica, visto que identifica que no atual momento “estamos passando por um rito, ainda de conformação e adequação legal ”(MCPA DOC. 3, 2013).

Quanto aos questionamentos sobre a importância da autoavaliação institucional para o IF Baiano, podemos apreender das respostas emitidas pelos membros da CPA que essa avaliação apresenta como finalidade: (i) aprimorar e otimizar ações para o aperfeiçoamento relacionadas com o ensino superior; (ii) desenvolver a instituição em todos os aspectos com vistas a oferta de educação e serviços de qualidade; (iii) desenvolver uma cultura avaliativa na instituição; (iv) possibilitar a criação de políticas que atenda aos anseios e necessidade de cada campus; (v) identificar as fragilidades (vi) Subsidiar o planejamento, as estratégias e as decisões a serem tomadas para aprimoramento da qualidade educacional no IF Baiano.

Podemos inferir, a partir dos discursos dos membros da CPA, que o processo de autoavaliação institucional tem potencial para suscitar mudanças na instituição, mas esta transformação perpassa pela regulação — uma vez que se verifica que a autoavaliação está

sendo realizada em atendimento a uma exigência legal — bem como se compreende que entre os membros da CPA há o reconhecimento da autoavaliação como meio e instrumento para o desenvolvimento e melhoria institucional.

Quando questionados sobre a implantação do processo de autoavaliação institucional e as etapas sugeridas pelo SINAES, observamos que a maioria dos membros demonstra que não foi possível seguir todas as recomendações; devido, principalmente, ao fator tempo, afirma um dos membros “tempo entre a posse da CPA, construção e entrega do relatório”(MCPA Tec. 2, 2013) outro complementa afirmando que além do tempo falta clareza por parte da instituição sobre o papel da autoavaliação institucional.

Nesse primeiro momento, bem como no momento atual, a instituição ainda não percebeu a ferramenta que é a autoavaliação. Em 2011 a CPA, recém formada, não teve tempo hábil para entender as orientações do SINAES. Apenas nos foi dado um prazo (aproximadamente 3 meses) para a apresentação de um relatório. (MCPA Doc. 2, 2013)

Também é considerado por um dos membros da CPA a necessidade da elaboração de um projeto de autoavaliação que possa nortear o processo com vistas a melhoria da divulgação e sensibilização dos agentes institucionais, “acredito que a construção de um projeto de autoavaliação e de uma metodologia bem definida seja central para o bom andamento de todo o processo, desde o acolhimento dos dados internos e externos até a elaboração e divulgação do relatório final” (MCPA DOC. 3)

Neste processo inicial de implantação observamos que houve muitas dificuldades, elas são percebidas nitidamente por todos os membros da CPA, conforme podemos observar nos trechos abaixo:

Falta de estrutura e condições adequadas ao trabalho da CPA; — Falta de apoio e compreensão da relevância do processo de autoavaliação por parte da Administração; — Falta de capacitação dos membros da CPA e das Comissões de Avaliação no Campus; — Greve de servidores; — Falta liberação parcial da carga horária dos membros das comissões para dedicação às atividades da autoavaliação; — Falta de pessoal de apoio à CPA na Reitoria (secretário, por exemplo).(MCPA TEC. 1)

As dificuldades para a realização de reuniões foram muitas, desde a impossibilidade de participação dos membros (todos tem que continuar a exercer suas funções com normalidade), a disponibilização, por parte do IF, de locais adequados para as reuniões, condições para a elaboração do relatório (computadores, impressoras e pessoal). Outra barreira é encontrada no desconhecimento da comunidade da existência e área de atuação da CPA. A inexistência de membros de todos os campi com cursos de nível superior também se tornou uma entrave, haja vista que isso dificultou a efetivação de algumas ações em campi sem membros.(MCPA DOC. 1)

Por ser um processo ainda em construção, enfrentamos dificuldades quanto à logística funcional da comissão, e ainda, desafios quanto à divulgação de sua importância em todos os campus. (MCPA DISC.1)

O tempo foi curto e havia falta de experiência nos membros. ((MCPA DISC.2)

Falta de uma sala adequada para alocação de materiais e documentos; — não capacitação dos membros da CPA; — falta de previsão de recursos; — tempo entre a posse e a elaboração do relatório muitíssimo curto (posse em janeiro e entrega do relatório em março, sendo que houve descontinuidade de participação dos membros devido às férias e não disponibilização de diárias); — não cumprimento da orientação do regimento da CPA que prevê a instituição de uma secretaria executiva, o que dificulta a tramitação de questões burocrática e de suporte as atividades da CPA [...] (MCPA TEC. 2)

Falta de capacitação da CPA, Falta de Espaço Adequado, Falta de recursos Membros em licença médica, Greve de servidores federais etc. (MCPA DOC. 2)

Percebemos mas não entendemos porque, de certa forma, a Reitoria não compreende a importância das atividades da CPA. (MCPA DOC. 3)

Observamos que de acordo com as colocações dos membros além das dificuldades de cunho administrativo e logístico, há dificuldades no que diz respeito à compreensão por parte dos gestores da importância da autoavaliação institucional e desconhecimento por parte da comunidade acadêmica desse instrumento, além da ausência de capacitação para os membros da instituição.

Para os desafios aqui expostos pela CPA, Andriola (2005) sugere aumentar o grau de informação presente na instituição sobre a sistemática avaliativa bem como sobre o paradigma teórico que a fundamenta, visando a dar fim ao que ele intitula de mito da avaliação como sinônimo de punição e de estabelecimento de *rankings*.

Destacamos aqui a importância da sensibilização da comunidade interna e do incentivo à mobilização dos atores institucionais para participar do processo.

No que tange à aplicabilidade do SINAES em função da realidade dos Institutos há pontos de discordâncias e concordância por parte dos membros da CPA de acordo Quadro 4, entretanto todos consideram a necessidade de uma autoavaliação institucional que contemple todos os níveis de ensino ofertados pelo IF Baiano.

Quadro(4): Convergências e divergências sobre o SINAES

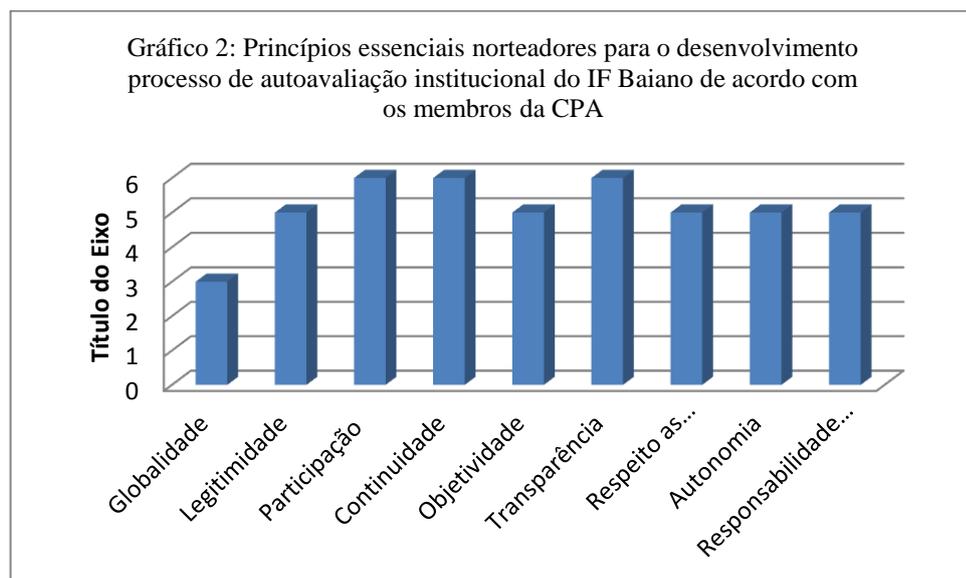
Convergências	Divergências
<ul style="list-style-type: none"> - Todos os cursos devem ser avaliados. - Precisamos de outros processos e instrumentos complementares para envolver a nossa realidade institucional como um todo. - Criar subcomissões que elaborem instrumentos para avaliar também os cursos técnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - As dimensões dos SINAES deixam a margem muitas coisas que precisam ser avaliadas na Instituição. - Acredito que as dimensões propostas pelo SINAES seja exatamente o que deve ser avaliado.

Fonte: Questionário aplicado aos membros da CPA (2013)

A partir do posicionamento dos membros da CPA identificamos que o SINAESabarca alguns aspectos da instituição, entretanto, faz-se necessário realizar adaptações e complementações de modo que se possa incluir toda a instituição.

De acordo com os posicionamentos dos membros, é válido incluir a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Todavia, há a necessidade de criar instrumentos e propostas que venham a complementar o processo de autoavaliação já existente. É aqui que ressaltamos a necessidade deste estudo, a avaliação institucional já iniciada não dá conta de retratar a realidade do IF Baiano, há que se recorrer a proposições que possam incluir os níveis de educação ofertados pela instituição.

Nesse sentido, há que se considerar princípios que possam nortear este processo. De acordo com os membros da CPA, os princípios que devem ser considerados no processo de autoavaliação institucional para o IF Baiano, estão indicados no gráfico abaixo.



Fonte: Questionário aplicado aos membros da CPA (2013)

Além dos princípios indicados no Gráfico 2, foi sugerido por um dos membros da CPA a responsabilidade política, ambiental e etnorracial.

Em síntese, notamos pelas respostas dos membros da CPA que a avaliação institucional é de suma importância, porém é um processo bastante recente na instituição e que ainda não foi percebido por todos da relevância desta, é uma cultura a ser construída.

Sendo assim, o IF Baiano tem um longo caminho a percorrer para que de fato a autoavaliação institucional possa cumprir com as suas finalidades.

Concluimos que apesar dos desafios e das dificuldades, há um nítido reconhecimento da importância da avaliação e que é preciso ajustar os procedimentos que agreguem tanto a legislação quanto a realidade institucional.

4. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS: UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

As instituições educacionais por se constituírem criações sociais são sempre mais complexas que os instrumentos que dispomos para avaliá-las, contudo, ao considerarmos a avaliação como um processo que pode possibilitar a melhoria e o aperfeiçoamento das instituições, acreditamos que é preciso também aperfeiçoar os processos avaliativos.

Nessa perspectiva é que desenvolvemos o estudo em questão, contribuir para a melhoria do processo da autoavaliação institucional do IF Baiano. Assim, embasados pela conjugação do referencial teórico, da análise documental e das informações e reflexões expressas pelos membros da Comissão Própria de Avaliação apresentamos uma proposta para ampliação da avaliação institucional já iniciada na referida instituição de modo a contemplar os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Indicamos também os princípios que devem balizar o modo de agir desse processo.

4.1 Princípios

A autoavaliação institucional é um processo que conduz ao autoconhecimento, onde os sujeitos que fazem parte da instituição tem a possibilidade de pensar sobre os processos, as relações, a instituição, identificando as potencialidades e fragilidades desta, com vistas ao seu aperfeiçoamento de modo a garantir o cumprimento de sua missão institucional.

Nas palavras de Catrib e Freitas a autoavaliação é compreendida como

Ato através do qual a comunidade é compelida a repensar e refletir sobre a sua práxis educativa e a buscar coletivamente estratégias para aproximá-la cada vez mais dos interesses e das necessidades da comunidade na construção de um projeto pedagógico mais próximo da realidade na qual ela se insere sem perder de vista a visão de mundo e coletividade. (2003, p. 521)

Assim, entendemos que o IF Baiano em seu processo de autoavaliação institucional necessita estar atento a missão institucional e suas finalidades, pois este processo também poderá servir de redirecionamento do seu próprio projeto institucional de modo que venha atender a sua realidade, o seu contexto.

Com o propósito de que a avaliação não seja conduzida de forma enviesada, ou de acordo a convicções individuais, concordamos que é necessário o estabelecimento de princípios que possam nortear todo o seu processo, que vai do planejamento a utilização de seus resultados.

Dessa forma, elencamos abaixo alguns princípios básicos a serem considerados no processo de autoavaliação institucional do IF Baiano. Os princípios explicitados a seguir, guardam afinidades teóricas e conceituais com o referencial avaliativo que referenda este estudo e guarda estreita ligação com as reflexões apresentadas pelos membros da Comissão Própria de Avaliação e análise dos documentos institucionais.

- (i) **Continuidade**, a avaliação é um processo permanente e gradativo pelo qual a instituição tem a possibilidade de conhecer os diversos aspectos que a constituem. A avaliação não se esgota com a entrega dos relatórios e divulgação dos resultados num determinado tempo, antes, deve assumir uma forma cíclica e contínua de forma que possa se constituir, conforme coloca Sobrinho (20, p. 23) “um processo formativo em que se procura compreender as dificuldades e equívocos e potenciar as condições de construir com melhor qualidade os agentes, a instituição, os contextos”.

- (ii) **Globalidade**, este princípio assume duas perspectivas, o envolvimento de todos os sujeitos da instituição e integração das atividades e ou conjunto das instituições. Ristoff (2008) nos explica que a globalidade expressa a necessidade de avaliarmos a instituição não só a partir de uma das suas atividades, mas que esta possa englobar todos os elementos e/ou dimensões que fazem parte desta, o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão, a qualidade das aulas, da infraestrutura, ambiente físico, organização do poder, enfim, que seja o mais completa possível. Consideramos que, mesmo não sendo possível abarcar todas as dimensões de uma única vez, é necessário que se inicie de algum ponto e que gradualmente vá incorporando os demais pontos, de modo a consolidar a globalidade como elemento institucional da avaliação. Ressaltamos que as dimensões a serem acrescentadas no processo de avaliação sejam mediante integração e não de uma justaposição dos aspectos. Em se tratando do Instituto Federal Baiano, reconhecemos por ser uma instituição nova, onde o processo de autoavaliação institucional é muito recente tanto para aqueles que conduzem o processo como

para a instituição de maneira global, há que se considerar e ponderar sobre essa realidade, podendo iniciar por algumas dimensões até que se alcance a integração de todas as atividades da instituição.

- (iii) Participação**, consiste no envolvimento dos sujeitos no processo de avaliação. Para Catrib e Freitas (2003), a participação é substantiva quando há a presença do diálogo e cooperação, apresentando-a como uma condição ímpar para a garantia de um processo avaliativo de qualidade. Dessa forma, requer-se uma sensibilização dos atores envolvidos sob pena de correr o risco de esvaziamento do processo.
- (iv) Transparência**, de acordo este princípio, os objetivos da avaliação devem estar claros bem como os seus resultados devem ser disponibilizados para todos os que forem objeto da avaliação. Este princípio favorece um clima de confiança e se constitui elemento para subsidiar a implantação das ações que possibilitam mudanças e melhoria.
- (v) Legitimidade**, é indispensável que os sujeitos da instituição reconheçam a estratégia de avaliação como sendo adequada, isto é, tecnicamente competente. Da mesma forma os condutores do processo de avaliação devem ter a legitimidade reconhecida por todos. A legitimidade daqueles que conduzem o processo no IF Baiano foi configurada quando a própria comunidade por meio de eleição escolheu os seus representantes para constituírem a CPA e as CAC.
- (vi) Respeito à identidade**, considerar as especificidades da instituição, respeitar e compreender a sua dinamicidade. Por conseguinte, não existe um modelo único e universal de avaliação, a que se considerar as suas especificidades. Este princípio busca contemplar as características próprias das instituições e visualizá-las no contexto das diferenças, assim a metodologia de autoavaliação institucional deve possibilitar a instituição refletir honestamente sobre o que é e no que pretende ser (RISTOFF, 2008). Sendo assim, não é adequado à adoção dos mesmos critérios, instrumentos e procedimentos para avaliar diferentes instituições, há que se considerar a diversidade. Em relação ao IF Baiano, instituição caracterizada como multicampi a atenção à especificidade se faz ainda mais criteriosa, pois se devem considerar as realidades locais de cada uma das unidades que o integra.

Coerentes com o que foi traçado até o momento, sobre os princípios e finalidades da avaliação institucional e considerando as relações existentes com os objetivos propostos para o processo de avaliação institucional no Plano de Desenvolvimento Institucional, esboçamos uma proposta de autoavaliação institucional para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de modo que esta possa ser incorporada a avaliação institucional já existente para a educação superior. Mais uma vez salientamos que a proposta apresentada é o resultado dos subsídios coletados a partir da análise dos documentos da Instituição, das percepções dos membros da Comissão Própria de Avaliação e de procedimentos e sistemáticas de avaliação apresentados nos trabalhos de Freitas e Rodrigues (2003), SINAES: Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições (2004), Ramos (2005), Ludke (2005), Fernandes (2005), Freitas e Fontan (2010), Silva e Freitas (2011) e Belloni et al (2011) , com adaptações nossas.

4.2 Proposta

A complexidade para o desenvolvimento de um processo de avaliação global de uma instituição de ensino nos adverte que este processo demanda tempo e requer o envolvimento e participação dos sujeitos, bem como a definição de etapas para que se efetive sua institucionalização. Entendemos também que uma Instituição como o IF Baiano, principiante em seus processos avaliativos de natureza institucional, necessitado aperfeiçoamento desses processos.

Essa condição nos direcionou a propor uma ampliação do processo de autoavaliação institucional já iniciado com a Educação Superior no IF Baiano de maneira a envolver a Educação Básica e Profissional, notadamente, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Nossa proposta destina-se a estabelecer um ciclo de três anos em que ao final de cada ciclo possamos rever as dimensões, categorias e indicadores estabelecidos tendo em vista a dinamicidade do processo e da realidade institucional.

Como se trata de um processo de autoavaliação institucional, sugerimos que a coordenação do processo de avaliação dos cursos da EPTNM em cada campus seja realizada

pela Comissão de Avaliação do Campus - CAC em concordância com as orientações da CPA, conforme orienta o regimento desta Comissão.

A nossa proposta é constituída de quatro etapas, a saber:

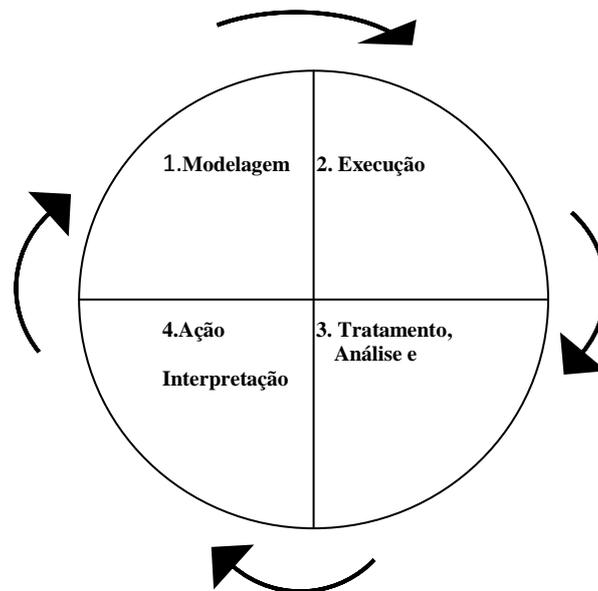


Figura 7. Etapas da Proposta de Autoavaliação Institucional
Fonte: Adaptado de Freitas e Rodrigues (2003)

1ª ETAPA (Modelagem)

Nesta etapa definimos os elementos e procedimentos que deverão compor o processo de autoavaliação institucional, a saber:

(i) Objeto da avaliação

Para definirmos o que será avaliado consideramos a missão e os objetivos da Instituição, não se limitando aos conhecimentos já existentes sobre esta, mas, também, procurando permitir a investigação de todo o contexto em que está envolvida, a partir da percepção dos envolvidos.

Nesta etapa identificamos as dimensões a serem avaliadas, isto é, os grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que, em seu conjunto expressam a totalidade da instituição.

Assim, sugerimos como dimensões a serem avaliadas:

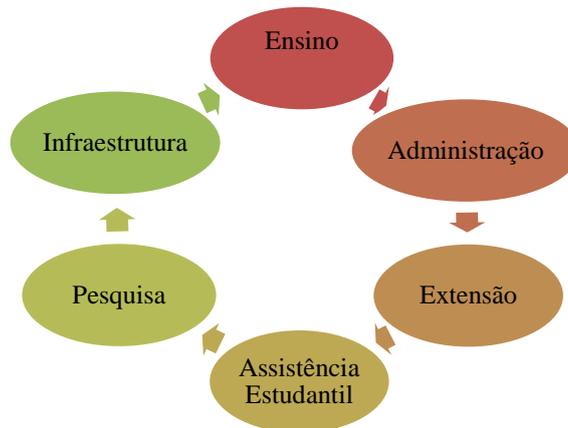


Figura 8: Dimensões da Autoavaliação Institucional da EPTNM IF Baiano
Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Recomendamos ainda que essas dimensões sejam comuns a todos os campi, entretanto, salientamos que cada *Campus* deverá ter a autonomia de incluir outras dimensões que considerem relevantes e que sejam necessárias para atender a sua realidade local.

As dimensões aqui indicadas são provenientes daquelas julgadas como pertinentes pela Instituição, manifestada em seus documentos e pela Comissão Própria de Avaliação e cumpre também as recomendações do órgão regulador, isto é, as indicadas pelo SINAES. No Quadro (5) podemos observar a correlação existente entre as dimensões propostas com as dimensões apresentadas pelo SINAES e PDI IF Baiano – 2009-2013.

Quadro(5)- Correlação entre as dimensões do SINAES, PDI IF Baiano e Proposição

DIMENSÕES DO SINAES	DIMENSÕES DO PDI IF BAIANO 2009-2013 Educação Superior	DIMENSÕES SUGERIDAS EPTNM
I. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)		<ul style="list-style-type: none"> Administração
II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo a produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	<p>Ensino: as políticas para o ensino, a estrutura curricular dos cursos de graduação; a orientação acadêmica; o regime didático; o sistema de controle acadêmico; a coordenação dos cursos de graduação e as disciplinas;</p> <p>Pesquisa: a oportunidade de participação nos projetos, a sua relevância social e científica;</p> <p>Extensão: a relevância social, educacional e econômica das atividades; as prioridades estabelecidas; sua interação com o currículo de graduação; os serviços prestados à comunidade e as atividades culturais e de esporte e lazer;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Pesquisa Extensão

DIMENSÕES DO SINAES	DIMENSÕES DO PDI IF BAIANO 2009-2013 Educação Superior	DIMENSÕES SUGERIDAS EPTNM
III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	Responsabilidade social: a participação do IF Baiano no desenvolvimento econômico, social e ambiental da região; sua contribuição para a promoção da cidadania e para a inclusão social;	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino • Pesquisa • Extensão
IV. A comunicação com a sociedade.	Comunicação com a sociedade: a imagem externa da instituição e os meios de comunicação externa;	<ul style="list-style-type: none"> • Administração
V. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	Política de pessoal e de carreiras dos servidores: gestão de pessoas (cursos, treinamentos, capacitação, o plano de carreira, assiduidade e atuação); a relação entre o trabalho existente no setor e a força de trabalho para executá-los; o relacionamento com os colegas de trabalho; a preparação para a aposentadoria e a escolha de dirigentes em todos os níveis da administração;	<ul style="list-style-type: none"> • Administração
VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	Organização e gestão da instituição: o processo de tramitação de documentos e solicitação de serviços; disponibilidade de recursos humanos; financeiros; didáticos e equipamentos; processo de compras;	<ul style="list-style-type: none"> • Administração
VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e Comunicação.	Infraestrutura física: os espaços de convivência; o ambiente e instalações das salas de aulas; as condições e instalações de laboratórios didáticos; os recursos e serviços computacionais prestados; as condições e recursos materiais; o acervo e condições de funcionamento da biblioteca; os recursos audiovisuais disponíveis para o ensino; o atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais; a conservação e limpeza; os serviços de conservação de edificações e infraestrutura; os serviços de segurança patrimonial e comunitária; o controle de entrada de pessoas no <i>campus</i> ; os serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes; a qualidade do trânsito de veículos no <i>campus</i> e o acesso ao <i>campus</i> ;	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura
VIII. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	Planejamento, especificamente em relação aos processos: a participação da comunidade no processo de planejamento institucional;	<ul style="list-style-type: none"> • Administração

DIMENSÕES DO SINAES	DIMENSÕES DO PDI IF BAIANO 2009-2013 Educação Superior	DIMENSÕES SUGERIDAS EPTNM
IX. Políticas de atendimento aos estudantes.	Política de atendimento ao discente: os procedimentos de recepção de novos alunos; os serviços de bolsas (moradias, alimentação e atividades de estágios); o atendimento no refeitório; a qualidade das refeições; os serviços de alojamento; os serviços prestados pela divisão de saúde; os serviços de apoio e orientação psicossocial e o acompanhamento de egressos.	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Estudantil
X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Sustentabilidade financeira: a eficiência da aplicação de recursos financeiros; alocação de recursos orçamentários e a captação de recursos externos pelo IF Baiano.	<ul style="list-style-type: none"> • Administração

Fonte: Organizado pela autora a partir de SINAES, 2004; PDI IF BAIANO 2009-2013

Conforme reportado, à implantação do processo de autoavaliação no IF Baiano ainda é muito precoce, por isso, julgamos mais adequado, mesmo tendo como um de seus princípios, a globalidade, que o atendimento a esse princípio ocorra no primeiro momento pelo envolvimento de todos os campi e inclusão dos níveis de ensino (médio e superior), com a inclusão gradativa das dimensões de modo que todas sejam avaliadas em um ciclo de três anos.

Em cada ano avaliam-se as dimensões definidas como objetos de avaliação, a partir de indicadores quantitativos e/ou qualitativos representativos da realidade do IF Baiano.

Recomendamos que a autoavaliação se inicie pela área de ensino, mesmo que nos instrumentos de avaliação sejam incluídas questões que estejam interligadas as outras dimensões da avaliação institucional. Esta recomendação decorre pelo fato de que o ensino é a atividade da Instituição que se constitui mais visível, de maior tempo de atuação e que envolve o maior número de pessoas da comunidade acadêmica, o que poderá possibilitar maior envolvimento e sensibilização para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa. Dessa forma, a título de sugestão a periodicidade para cada uma das dimensões indicadas pode ser assim configurada:

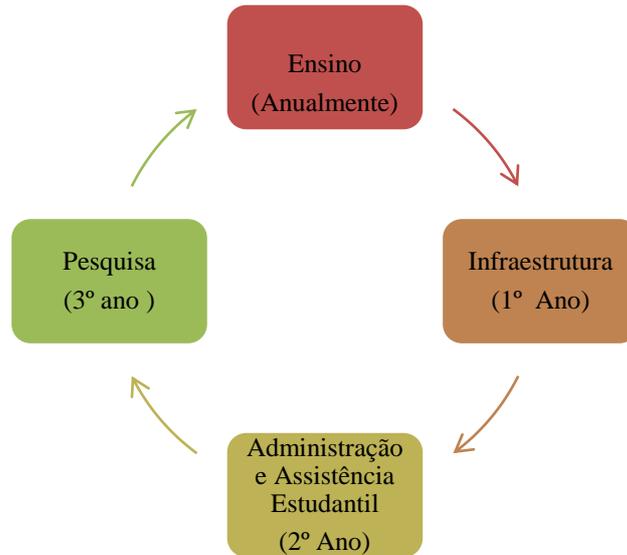


Figura 9: Ciclo da Avaliação
Fonte: Elaborado pela autora

(ii) Categorias de análise e indicadores

Após definição das dimensões a serem avaliadas procedemos com as escolhas de categorias de análise, isto é, dentre as dimensões escolhidas quais os pontos que devem ser avaliados e que em conjunto expressam a situação em que se encontra a instituição em relação a cada dimensão. Por sua vez cada categoria é composta por evidências (qualitativas ou quantitativas) usadas para caracterizarem o estado de cada categoria, aqui denominadas de indicadores.

O conjunto de categorias e indicadores pode ser estabelecido tanto a partir da opinião da comunidade acadêmica e também a partir de pesquisas na literatura científica. No estudo em questão as categorias e indicadores apresentados no Quadro (6) foram estabelecidos a partir das pesquisas em trabalhos específicos e documentos institucionais do IF Baiano, conforme mencionado anteriormente.

Sugerimos que as categorias indicadas no quadro (6) devam ser comuns em todos os campi e ressaltamos de igual forma que assim como foi proposto para que cada Campus pudesse incluir outras dimensões que considerem relevantes em seu contexto. Recomendamos também que esta condição seja observada no que diz respeito às categorias de análise e indicadores respeitando a realidade local.

Quadro (6):Proposta de Núcleo Comum de Dimensões/Categorias/Indicadores para Autoavaliação Institucional da EPTNM IF Baiano

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores
1. Ensino Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	1.1 Gestão Didática Pedagógica 1.2 Corpo docente 1.3 Corpo Discente 1.4 Instalações	1.1.1 Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos estudantes 1.1.2 Instrumentos normatizadores 1.2.1 Desempenho técnico e didático-pedagógico 1.2.2 Relações interpessoais 1.2.3 Condições de Trabalho 1.2.4 Formação acadêmica e profissional 1.3.1 Desempenho 1.3.2 Taxas de evasão, reprovação, abandono, promoção 1.3.3 Relações interpessoais 1.3.4 Acompanhamento de egressos 1.3.5 Absorção de egressos na região 1.3.6 Egressos que ingressam no Ensino Superior na Instituição 1.4.1 Suficiência: disponibilidade de material, espaços e equipamentos 1.4.2 Qualidade: condições de uso, conservação e organização 1.4.3 Aproveitamento
2. Administração	2.1 Estrutura da Gestão 2.2 Gestão dos Recursos Humanos 2.3 Gestão dos Recursos Financeiros 2.4 Integração com a comunidade	2.1.1 Projeto Político Pedagógico (Missão/objetivos/metasp) 2.1.2 Estilo de gestão 2.1.3 Atuação dos Órgãos Colegiados 2.1.4 Sistema de comunicação/democratização da informação 2.2.1 Quadro de servidores 2.2.2 Formação continuada e em serviço 2.3.1 Nível de participação no estabelecimento de priorização para utilização dos recursos 2.3.2 Transparência 2.3.3 Eficiência e eficácia na utilização dos recursos 2.4.1 Articulação, integração e formação de parceria (continuidade, manutenção e ampliação das parcerias) 2.4.2 Produção de tecnologias em sintonia com as demandas sociais e vocações regionais 2.4.3 Capacitação de recursos humanos para integração com a comunidade

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores
3. Pesquisa	3.1 Política de Iniciação Científica	3.1.1 Linhas e projetos de iniciação científica/ coerência da produção com os propósitos da instituição 3.1.2 Bolsas 3.1.3 Cadastro e informatização da produção científica 3.1.4 Produtos gerados e publicados 3.1.5 Apresentações em eventos 3.1.6 Prêmios recebidos.
4. Extensão	4.1 Política de Extensão	4.1.1 Programas e/ou projetos 4.1.2 Bolsas 4.1.3 Cursos/atividades oferecidos: nº, vagas, nº de alunos, conteúdos programáticos, duração, periodicidade, público atingido, efeitos. 4.1.4 Produtos gerados 4.1.5 Publicações.
5. Assistência Estudantil	5.1 Política de atendimento ao discente	5.1.1 Ações de estímulo a permanência, qualidade do desempenho acadêmico e acesso 5.1.2 Programa de Bolsas 5.1.3 Serviços oferecidos (alojamento, saúde, refeições, apoio e orientação psicossocial)
6. Infraestrutura	6.1 Infraestrutura física	6.1.1 Ambientes do prédio escolar – existentes e déficit 6.1.2 Instalações 6.1.3 Manutenção 6.1.4 Equipamentos e mobiliários 6.1.5 Biblioteca (acervo, funcionamento, estrutura)

Fonte: Organizado pela autora a partir dos trabalhos de Fernandes (2005), Ramos (2005), Ludke (2005), Fernandes e Belloni (2001), Indicadores da Qualidade na Educação (2007) e PDI IF Baiano – 2009-2013.

(iii) Avaliadores

Nesta etapa estabelecemos quem irá avaliar as dimensões bem como definimos se a avaliação envolverá todos de determinado segmento ou será por amostragem.

Na dimensão proposta para iniciar o processo de avaliação indicamos que esta deve ser avaliada por todos os membros internos, isto é, pela comunidade acadêmica formada por docentes, discentes, técnicos administrativos e gestores (coordenador de ensino). As avaliações devem ser conduzidas conforme o objeto da avaliação, ou seja, através da coleta da percepção dos estudantes, professores, técnico-administrativos e gestores que estão diretamente ligados com o objeto em questão.

No quadro (7) apresentamos a possibilidade dos avaliadores para as dimensões sugeridas para compor o processo de autoavaliação institucional.

Quadro (7): Avaliadores

O que avaliar?		Quem avalia?				
Dimensão	Categoria de Análise	Docente	Discente	Técnico Administrativo	Gestores	Membro da Comunidade Externa
Ensino Cursos da Educação Profissional	Gestão Didática Pedagógica			x	x	
	Docente	x	x			
	Discente	x	x			
	Instalações	x	x	x	x	
Administração	Estrutura da Gestão	x	x	x	x	x
	Gestão dos Recursos Humanos	x		x	x	
	Gestão dos Recursos Financeiros	x	x	x	x	x
	Integração com a comunidade	x	x	x	x	x
Iniciação Científica	Política de Iniciação Científica	x	x	x	x	
Extensão	Política de Extensão	x	x	x	x	
Assistência Estudantil	Política de Assistência Estudantil		x		x	
Infraestrutura	Infraestrutura física	x	x	x	x	

(iv) Instrumentos de coleta de dados

Esta etapa consiste em escolher os instrumentos e técnicas a serem utilizados no processo de autoavaliação institucional para a coleta dos dados, que podem ser questionários, entrevistas, grupo focal, observação, pesquisas em arquivos, análise de documentos, relatórios, os quais podem ser aplicados em grupos ou individualmente.

Os instrumentos devem estar adequados às dimensões, categorias e indicadores propostos para avaliação. Conforme expõe Brandalise (2010), nenhum instrumento de avaliação é completo por si só, razão pela qual podem ser escolhidos instrumentos que se complementam. Dessa forma, consideramos que em algumas dimensões podem ser utilizados

mais de um instrumento que conjugados podem caracterizar a dimensão tanto na perspectiva de uma avaliação descritiva como de expressão de juízo de valor.

No que se refere ao instrumento lembramos que é preciso estar atento a forma de abordagem, (formulário impresso ou eletrônico, preenchimento individual do formulário ou entrevista, etc.) período e a periodicidade da coleta, o conteúdo do formulário, etc. aspectos que podem influenciar positiva e negativamente nos resultados da pesquisa.

Em anexo propomos questionários para a dimensão sugerida para iniciar o processo de autoavaliação institucional. Estes são compostos por itens de avaliação, no qual se pode utilizar diversas escalas, visando captar a percepção dos avaliadores em relação ao objeto avaliado. Além dos itens de avaliação os questionários contêm elementos que possibilitam o levantamento de informações que irão caracterizar outros indicadores. Em acordo com o princípio da flexibilidade, compreendemos que ajustes poderão ser necessários, antes e durante do processo avaliativo, notadamente em relação aos indicadores e aos conteúdos dos questionários.

Sugerimos a utilização da escala de Likert de 5 pontos, pois conforme aponta Freitas e Fontan (2008) é a escala que apresenta a maior facilidade de construção e utilização e também por já ter sido utilizada no questionário aplicado na autoavaliação do IF Baiano, em 2011. As tabelas 1 e 2, ilustram a escala sugerida para ser utilizada, respectivamente, na captação do grau de desempenho do curso e do grau de concordância em relação ao item de avaliação.

Tabela 1- Escala para avaliação do Grau de Desempenho do Curso à luz de cada item

Muito Bom	Bom	Neutro	Ruim	Muito Ruim
MB	B	N	R	MR
5	4	3	2	1

Tabela 2- Escala para avaliação do Grau de Concordância

Concordo Totalmente	Concordo	Neutro	Descordo	Descordo Totalmente
CT	C	N	D	DT
5	4	3	2	1

2ª ETAPA (Execução)

Nesta etapa serão desenvolvidos os procedimentos definidos na etapa anterior conforme os objetivos pré-estabelecidos para a coleta das informações. Em termos gerais, esta etapa compreende a aplicação do(s) instrumento(s) de coleta de dados junto às fontes de

informações, que podem ser docentes, discentes, gestores, técnicos, pais, membros colegiados, membros da comunidade interna, documentos, projetos, regimentos, dados estatísticos dos sistemas da secretaria acadêmica, dentre outros. A coleta deve ser definida em termos do período (horário, dias da semana, mês e ano), quanto à forma de abordagem (entrevista ou autopreenchimento; se o formulário será entregue/recolhido pessoalmente; será enviado pelo correio ou por e-mail; colocados à disposição, etc.), e se serão definidos critérios amostrais para selecionar os avaliadores. Sugerimos que cada Campus defina a forma de envio dos questionários se por e-mail ou aplicado diretamente, considerando a sua realidade.

Além disso, consideramos também que esta etapa configura como um momento para que a CAC possa apresentar a proposta a comunidade antes de sua aplicação para que sejam realizados os ajustes necessários, quanto à inclusão ou redefinição de dimensões, categorias, indicadores, instrumentos de coletas de dados.

3ª ETAPA (Tratamento, Análise e Interpretações dados)

Nesta etapa é o momento de utilização de processos de análise específico. Os dados de natureza quantitativa deverão ser objeto de análise estatística, e os de natureza qualitativa poderão ser apresentados em descrições, mas também ser sujeitos de análise de conteúdo.

O trabalho de análise de dados consiste em sintetizá-los em tabelas, gráficos, sumários estruturados, sinopses, diagramas que mostram a relação entre eles. Estas sínteses é que possibilitam uma primeira análise para qual é importante ter presentes os objetivos e as questões de avaliação que foram propostas. Os dados originados dessa análise devem ser traduzidas em informações que revelam os pontos fortes e frágeis, apresentando assim as potencialidades e fragilidades das dimensões avaliadas e os aspectos que devem ter ações corretivas/preventivas, onde a instituição precisa melhorar.

Para a identificação dos itens que necessitam de ações corretivas e nível de prioridades, sugerimos o uso da *Análise dos Quartis*¹⁴, indicada por Freitas e Fontan (2008). Após identificação dos itens recomendamos também que seja realizada uma comparação entre as percepções emitidas pelos avaliadores de modo a estabelecer as coerências e divergência entre eles.

¹⁴Na estatística descritiva, um quartil é qualquer um dos três valores que divide o conjunto ordenado de dados em quatro partes iguais, e assim cada parte representa 1/4 da amostra ou população. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>.

4ª ETAPA (Ação: Planejamento e Implementação)

Após processo de organização e apuração dos dados propomos que cada CAC deve apresentar os resultados da avaliação para a comunidade, seja por meio de seminários, publicação e divulgação do relatório. Os relatórios de cada Campus deverão ser encaminhados para a CPA, a qual será responsável pela sistematização do relatório final de Autoavaliação Institucional do IF Baiano. Julgamos importante também agregar aos dados da autoavaliação elementos de avaliações já desenvolvidas e/ou existentes nos Campi, tais como relatórios de estágio, de gestão, bem como de avaliações externas, a exemplo, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Índice do Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Censo Escolar, e outros que surgirem.

O processo de autoavaliação institucional é válido conforme discutimos em todo o estudo, dentre outros elementos, por buscar a melhoria das atividades, dos processos e das relações na instituição. Assim, todo processo avaliativo torna-se efetivo na medida em que pode se transformar em uma ação organizada e apoiada para planejar e implementar as mudanças necessárias para o aperfeiçoamento da instituição.

Nessa perspectiva nesta etapa buscamos determinar ações que atuarão nas causas dos problemas identificados, observando a viabilidade destas. Cada *Campus* poderá indicar as ações relacionadas e desenvolverem plano de ações com a finalidade de solucionar problemas e reforçar potencialidades.

Entendemos que o plano de ações deve ser socializado de modo que todos tomem conhecimento e que sirva de subsídio para a equipe gestora de cada *Campus* e Reitoria para o processo de implementação das ações.

Para os aspectos considerados como pontos fracos, as ações devem atuar corretivamente na causa do problema e para os considerados pontos fortes, as ações devem ser conduzidas visando melhorar o desempenho em avaliações futuras. Sugestões para a solução dos problemas devem ser realizadas como planejado, buscando promover melhorias, tal que a autoavaliação venha efetivamente contribuir para a melhoria contínua da qualidade institucional.

CONCLUSÃO

Com base nas informações e dados coletados no decorrer da pesquisa, procuramos sistematizar uma proposta de autoavaliação institucional para atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Baiano de modo a complementar o processo de avaliação institucional já iniciado para a Educação Superior. Esta proposta se justificou mediante a ausência de um projeto de autoavaliação institucional que abarcasse a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Superior.

Situação essa, evidenciada no início da nossa pesquisa, quando identificamos que o Sistema de Avaliação proposto pela Lei 11.892/2008 para os Institutos Federais, neste estudo, em particular, para o IF Baiano, não contemplava a instituição em sua totalidade. O sistema dá ênfase a Educação Superior e os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que se constitui o campo de maior atuação do Instituto, não é considerado.

A partir de uma análise mais detalhada do SINAES e de estudos concernentes às experiências de avaliação institucional constatamos que este sistema pode sofrer algumas alterações e adaptações para atender aos níveis e modalidades de ensino que a Instituição oferta, sem deixar de atender também ao que é proposto para a avaliação dos cursos superiores. Aliado a essas análises, a pesquisa revelou também que o processo de autoavaliação institucional implantando em 2011 no IF Baiano ainda precisa ser aperfeiçoado.

Verificamos a partir das informações coletadas junto aos membros da Comissão Própria de Avaliação que este processo inicial de implantação da avaliação institucional não foi fácil. Foram destacadas dificuldades de natureza administrativa e logística para a realização das atividades da CPA; compreensão por parte dos gestores da relevância da autoavaliação institucional; desconhecimento da comunidade acadêmica sobre o processo; além da ausência de capacitação para os membros dessa comissão.

Observamos também que os membros da CPA percebem que é preciso desenvolver uma avaliação que possa desvelar a realidade institucional e não apenas a realidade dos cursos superiores da instituição. Assim, sinalizam que é preciso pensar em um processo de autoavaliação que contemple de igual forma a educação profissional técnica de nível médio. Igualmente, indicam a necessidade de aperfeiçoamento do instrumento e metodologia já utilizados para a realização da autoavaliação institucional, bem como a criação de outros instrumentos que possam atender aos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Inferimos a partir dos discursos dos membros da CPA e de todo o referencial teórico, que o processo de autoavaliação institucional tem potencial para suscitar mudanças e que este tem um caráter formativo tanto para os sujeitos quanto para a instituição. Deste modo, identificamos que os princípios norteadores desse processo são aqueles que permitem incluir as especificidades e totalidade da instituição, isto é, os princípios da globalidade, continuidade, participação, transparência, legitimidade e respeito à identidade.

Com esta pesquisa, iniciamos um processo em direção à construção de uma proposta de avaliação institucional que considera as características do IF Baiano, referendada pelos membros da Comissão Própria de Avaliação, documentos institucionais e referenciais teóricos.

Reconhecemos que o processo de autoavaliação não é simples de ser implementado, que a participação e o envolvimento da comunidade acadêmica não ocorrerá de forma rápida, mas poderá acontecer de forma gradativa na medida em que os sujeitos desse processo perceberem que a avaliação corrobora para a melhoria dos processos, das relações, dos serviços da instituição.

Compreendemos também que este processo é flexível, pois é no cotidiano, no encontro e confronto com a prática e a teoria que vamos tecendo as concepções, formas e maneiras de avaliar. Não há modelos prontos, nem perfeitos, os modelos vão sendo adaptados, recriados de modo a se aperfeiçoarem incluindo aspectos que sejam relevantes e possam tornar o processo mais próximo possível da realidade.

Nessa perspectiva, a proposta aqui apresentada poderá ser aplicada com adaptações ou não, visto que é resultante das análises dos documentos do IF Baiano, das reflexões expressas pelos membros da CPA e dos estudos relacionados à sistemática de avaliação institucional, sobretudo os voltados para a Educação Profissional. Assim, concordamos que essa deverá ser discutida tanto pela Comissão Própria de Avaliação quanto pelas Comissões de Avaliação do Campus, bem como pela comunidade acadêmica, antes de sua implementação.

Advertimos que o processo de autoavaliação deve cada vez mais direcionar-se para a promoção da articulação, identificação das intersecções e implicações entre os diversos níveis de ensino que o IF Baiano agrega.

Ressaltamos ainda, que a proposta sugerida não pretende substituir os instrumentos de avaliação desenvolvidos e implementados pelo Ministério da Educação, e sim atuar de forma complementar as propostas já existentes. Também ensejamos que esta pesquisa possa contribuir para a continuidade de estudos focados para a avaliação referente à educação profissional, campo ainda pouco explorado.

Por fim, esperamos que esta proposta não se finalize como um produto acadêmico, mas que possa efetivamente intensificar as discussões sobre a relevância da avaliação institucional, complementar a avaliação institucional já iniciada no IF Baiano e contribuir com o aperfeiçoamento do processo avaliativo, conseqüentemente, no desenvolvimento e melhoria da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da instituição como um todo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Natália M. C. Borges. **Analisando um Modelo de Avaliação**: Um Estudo de Caso no Sistema de Ensino Naval. Dissertação(Mestrado). RJ: UFRJ/FACEDUC/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.
- AGUILAR, Maria José e ANDERR-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Trad. de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde Orth. Petrópolis, RJ, vozes, 1994.
- AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.) **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALA-HARJA, M. e HELGASON, S. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público. Ano 51, n. 4 (Out-Dez. 2000). Brasília: ENAP.
- ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- AMORIM, Antonio. **Avaliação Institucional** da Universidade. São Paulo: Cortez, 1992.
- ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. **Autoavaliação institucional na Rede Federal de Educação Tecnológica**: análise da implementação do SINAES. Dissertação(Mestrado), UFBA: Salvador, 2010.
- AZEVEDO, Janete M. de Lins. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para La educaciónexamen de Banco Mundial. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2 ed. ampl. Brasília: INEP, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras- PAIUB. Brasília, SESU, 1994.
- BRASIL. Lei nº 9.349/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em<www.planalto.gov.br>. Acesso: 14 de fevereiro 2012.

_____. Lein° 10.172/2001. Plano Nacional de Educação, Brasília, 09 de janeiro de 2001. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso: 14 de fevereiro 2012.

_____. Lei n° 9.131, Brasília 24 de dezembro de 1995. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso: 19 de março 2012.

_____. Lei n° 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Brasília, 29 de dezembro de 2008. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso: 30 de setembro 2011.

_____. Lei n° 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília 14 de abril de 2004. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso: 30 de setembro de 2011.

_____. Lei n° 4024, de 20 de novembro de 1961. Disponível em <www.planalto.gov.br> . Acesso em: 14 de fevereiro de 2012.

_____. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2012.

BELLONI, Isaura et al. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas:** Uma experiência em Educação Profissional. 4 ed. São Paulo; Cortez, 2007.

BELLONI, Isaura et al. Avaliação Institucional da Universidade de Brasília. In DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César (orgs.) **Avaliação Institucional:** teoria e experiências. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BONNIOL, Jean-Jacques e VIAL, Michel. **Modelos de avaliação:** textos fundamentais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Autoavaliação de Escolas:** processo construído coletivamente nas instituições escolares. Tese de Doutorado. PUC-São Paulo. 2007.

_____. **Avaliação Institucional da escola:** conceitos, contextos e práticas. Olhar de professor. Ponta Grossa, 13 (2). 2010, p. 315-330. Disponível em <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>>. Acesso em: 08 de agosto de 2012.

BREZINSKI, Maria Alice. **O novo modelo para a Educação Profissional e Tecnológica e a Avaliação Institucional:** Efeitos das Políticas Públicas sobre a configuração do Instituto Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: SP, 2011.

BUTELMAN, Ida (orgs.). **Pensando as Instituições:** teorias e práticas em educação. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma da educação:** o que os planejadores devem saber. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: UNESCO, 2002.

CATRIB, Ana Maria Fontenelle e FREITAS, Katia Siqueira de. **Diretrizes de uma Proposta Transformadora e Avaliação Interna para a Pós-Graduação.** Revista Ensaio. Aval. Pol. Públ. Educ. rio de Janeiro, v 11, n. 41, p. 518-535, out/dez.2003.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR(CONAES). Diretrizes para a avaliação das Instituições de educação Superior. Brasília. 2004.

_____. **SINAES:** Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-avaliação das instituições. INEP, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases e Perspectivas da Educação Nacional.** Revista Brasileira de Educação. Maio/Junho/Julho/Agosto. 1998, n. 8.

DA SILVA, Janssen Felipe. **Modelo de formação de pedagogos(as) – professores(as) e políticas de avaliação da educação superior.** Recife: UFPE, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação Institucional:** a experiência da Unicamp – Condições, princípios, processo. Revista Pro-Posições. Vol. 6 Nº 1, março de 1995, Unicamp, Campinas.

_____. **Universidade e Avaliação:** entre a ética e o mercado. Florianópolis; Insular, 2002.

_____. **Avaliação Educativa:** produção de sentidos com valor de formação. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 13, p. 193-207, mar. 2008.

_____. **Avaliação Institucional, instrumentada qualidade educativa:** a experiência da Unicamp. In Dias Sobrinho, José e Balzan, Newton César (orgs.) Avaliação Institucional: teoria e experiências. 4 ed. São Paulo; Cortez, 2008. P. 53-86.

DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César(orgs.) **Avaliação Institucional:** teoria e experiências. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Aurilene A. Avaliação Institucional na Educação Profissional. **Programa Estadual de Avaliação Institucional para a Educação Profissional no Estado do Maranhão. Proposta do Programa de Avaliação Institucional para a Rede Estadual de Educação Profissional.** Brasília, UNESCO, 2005.

FERNANDES, M. E. A e BELLONI, I. **Progestão:** como desenvolver a avaliação institucional da escola? Módulo IX. Brasília: Consed, 2001.

FERNANDES, Domingos. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In: ESTEBAN, Maria Teresa e AFONSO, Almerindo Janela (org.). **Olhares e interfaces:** reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade Multicampi.** Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

FREITAS, André Luís Policani e RODRIGUES, Sidilene Gonçalves. **A estruturação do processo de auto-avaliação de IES: uma contribuição para a gestão educacional.** XXIII ENEGEP, Ouro Preto, MG. 2003.

FREITAS, André Luís Policani e FONTAN, Emanuella Aparecida. **Um procedimento para a estruturação do processo de autoavaliação de cursos universitários.** IV Congresso Nacional de Excelência em gestão. Niterói, RJ, 2008.

GADARJO, Marcela. **Reformas educativas en América Latina:** Balance de una década. PREAL, 1999.

GAIO, BenhurEtelberto e GLAVAM, Rafael Bianchini. **Modelo de Avaliação institucional:** com enfoque no corpo docente, para preparar uma faculdade da rede privada para o reconhecimento do Curso de ADM, utilizando a Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão – MDCA. Florianópolis, 2004. Disponível em < www.administradores.com.br> . Acesso em 20 de janeiro de 2013.

GARCIA, Regina Leite (org.) **Para quem pesquisamos para quem escrevemos:** o impasse dos intelectuais. Editora Cortez, 2001.

GATTI, Bernadete A. **Avaliação Institucional:** processo descritivo, analítico ou reflexivo? Estudos em Avaliação Educacional, SP. V. 17, nº 34 maio/agosto 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

IF BAIANO. Conselho Superior. Salvador. Ata da Reunião do dia 15 de junho de 2011. Disponível em <www.ifbaiano.edu.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

_____. Conselho Superior. Salvador. Ata da Reunião do dia 19 de julho de 2011. Disponível em <www.ifbaiano.edu.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Salvador. Ata da Reunião dos dias 18 e 19 de junho de 2012. Disponível em <www.ifbaiano.edu.br>. Acesso em 10 de setembro de 2012.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Salvador. Ata da Reunião dos dias 25 e 26 de outubro de 2012. Disponível em <www.ifbaiano.edu.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Salvador. Ata da Reunião dos dias 01,02,06 e 07 dezembro de 2012. Disponível em <www.ifbaiano.edu.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC. São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3ª edição ampliada.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza et al. **Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação.** *Avaliação (Campinas)*, 2010, vol.15, no.1, p.177-194.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola.** Vol. VI. Série Cadernos de Gestão. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

LUDKE, Hugo Edgar. A. Avaliação Institucional na Educação Profissional. **Sistema de avaliação da gestão institucional.** Brasília, UNESCO, 2005.

MABA, ElitaGrosch e MARINHO, Sidnei Vieira **A autoavaliação institucional no processo de tomada de decisão em IES: estudo de caso das Faculdades SENAC/SC.** *Avaliação (Campinas)*, Jul 2012, vol.17, no.2, p.455-480.

MICHELS, Maria Helena. **Gestão, formação docente e inclusão:** eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Rev. Bras. Educ.* [online] vol.11 n.33, Rio de Janeiro Sept./Dec. 2006. p. 406-493. Disponível em <www.scielo.com.br> Acesso em: 20 de março de 2012.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

NETO, Guilherme Marbacket al. **GESTÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.** In: EYNG, Ana Maria. e GISI, Maria Lourdes (org.). **Políticas e gestão da educação superior:** desafios e perspectivas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

NOVAES, Ivan Luiz. Aspectos conjunturais que repercutiram no processo de descentralização da gestão educacional no Brasil: 1980-2000. **Formadores:** educação em valores para a cidadania, Vol. 1, N° 2, 2005.

NOVAES, Ivan Luiz e CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. **A avaliação institucional no contexto dos Sistemas da Educação Básica.** In HETKOWSKI, Tânia Maria, NOVAES, Ivan Luiz. *Gestão, Tecnologias e Educação: Construindo Redes Sociais.* P 58-77, EDUNEB: Salvador, 2012.

NÓVOA, A. **As Organizações Escolares em análise.** Instituto de Inovação Educacional. 1995.

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma. In FERREIA e AGUIAR (orgs). **Gestão da Educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 6 ed. SP: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília. Fundação Santillana: Editora Moderna, SP, 2011.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia:** limites e possibilidades. *Linhas críticas*, v. 16, n. 30, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/linhascriticas/artigos/n30/Institutos_federais.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2012.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 2009-2013 .Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Documento Impresso. Junho/2009.

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (1993-2003). Ministério da Educação. MEC. Disponível em <www.domíniopublico.gov.br> . Acesso em 14 de fevereiro de 2012.

POLIDORI, MarlisMorosini; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.e BARREYRO, Gladys Beatriz. **SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira**. Revista Ensaio: Avaliação política pública educacional, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p-452-436, out/dez, 2006.

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. **Eu avalio, tu avalias, nós nos autoavaliemos?** A experiência da Universidade Universitária de Ciências Sócioeconômicas e Humanas –UnUCSEH/UEE com a autoavaliação proposta pelo SINAES. Dissertação (Mestrado). Brasília, UnB, 2008.

RAMOS, Ivone Marchi Lainetti. A. **Avaliação Institucional na Educação Profissional. Sistemática de Avaliação Institucional para os Centros de Educação Profissional**. Brasília, UNESCO, 2005.

REGIMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO. Instituto Federal Baiano. Salvador, 2012. Documento Impresso.

RELATORIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – ANO DE EXERCICIO 2011. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. CPA, Junho, 2012. Documento Impresso.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordêlo de Sales. **A avaliação como uma política pública: aspectos da implementação do SINAES**. In. Dazzani. Maria Virgíniae Lordêlo, José Albertino Carvalho (orgs.) Avaliação Educacional: desatando e reatando nós. Salvadpr : EDUFBA, 2009.

_____. **Avaliação das universidades brasileiras: as possibilidades de avaliar e as dificuldades de ser avaliado**. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2011, vol.16, n.1, pp. 57-71.

RISTOFF, Dilvo. Avaliação Institucional: pensando princípios. In DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César (orgs.) **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RONCHI, Suelen Haider. **Estruturação de um modelo multicritério para avaliar o desempenho da tutoria de educação a distância**: um estudo de caso no curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández e LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. Trad. Fátima Conceição Mural, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3 ed. São Paulo: MCGraw-Hill, 2006.

SANTOS, João Alberto Neves dos; ROLIM, Carlos Augusto. **Metodologia para a autoavaliação organizacional**: aplicações ao serviço público. Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 1999.

SERMANN, Lucia Izabel Czerwonka. Auniversidade como organismo vivo: os processo de autoecorregulação. In: EYNG, Ana Maria. e GISI, Maria Lourdes (org.). **Políticas e gestão da educação superior**: desafios e perspectivas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (org.). **Institutos Federais Lei 11.892 de 29/12/2008**: comentários e reflexões. Natal: Editora IFRN, 2009.

SILVA, Vinicius Barcelos da e FREITAS, André Luis Policani. **Modelo para autoavaliação de Instituições de Ensino Médio**: uma contribuição para a gestão educacional. . XXX ENEGEP, Belo Horizonte, MG. 2011.

SOUZA, Valesca Rodrigues de. **A Autoavaliação proposta pelo SINAES no contexto das mudanças de educação profissional e tecnológica**: um estudo de caso no Instituto Federal Norte de Minas. Dissertação (Mestrado). Brasília: Unb. 2010

TENÓRIO, Robson Moreira e ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. **SINAES na perspectiva de membros da CPA**: implantação, condução e avaliação in LORDÊLO, J. A. C e DAZZANI, M. V. (Orgs). Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**: Teoria, planejamento, modelos. São Paulo: Ibrasa, 2000.

VIEIRA, Regina Lúcia Bastos; FREITAS, Kátia Siqueira de. **O SINAES na universidade pública estadual**: análise do processo de construção da avaliação interna na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, Sept. 2010.

VOOS, Jordelina Beatriz Anacleto. **O processo de avaliação institucional e a adaptação estratégica na universidade da Região de Joinville.** UNIVILLE, 2004. Tese (Doutorado). UFSC, Florianópolis: Santa Catarina, 2004.

ZAINKO, Maria A. Sabbag e COELHO, Rúbia H. Naspolini. Avaliação e Reformas da Educação Superior no Brasil .. In: EYNG, Ana Maria. e GISI, Maria Lourdes (org.). **Políticas e gestão da educação superior:** desafios e perspectivas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ITENS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E QUESTIONÁRIOS PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS CURSOS DA EPTNM

Os questionários apresentados são adaptações de formulários apresentados por Ludke (2005) e Fernandes (2005).

Autoavaliação Institucional – Cursos da EPTNM

- **Dimensão Ensino**

Diagnóstico sobre os cursos técnicos

Corpo docente:	
1.	Número de professores efetivos por grau de formação:
Total:	
Doutorado:	
Mestrado:	
Especialização:	
Graduação:	
2.	Número de professores contratados:
3.	Número de professores em outra situação:
4.	Déficit de professores (por disciplinas e cursos)
5.	Experiência no Magistério/tempo;
5.1	Magistério Superior
5.2	Ensino Médio
5.3	Educação Profissional
5.4	Ensino Fundamental
5.5	Fora do Magistério
5.6	Na Instituição
5.7	Em outra Instituição
6.	Idade e Gênero
6.1	Até 20 anos (Homens/Mulheres)
6.2	De 21 a 30 anos
6.3	De 31 a 40 anos
6.4	De 41 a 50 anos
6.5	Acima de 50 anos
7.	Locais de atuação
7.1	Somente na Instituição
7.2	Na Instituição e em outras instituições escolares
7.3	Em outras empresas
8.	Carga horária
8.1	20 horas
8.2	40 horas
8.3	40 horas/Dedicação Exclusiva
9.	Publicações dos últimos 05 anos
9.1	Livros ou capítulos de livros
9.2	Artigos em periódicos ou revistas científicas
9.3	Trabalhos publicados em anais de eventos
9.4	Artigos em jornais e revistas

Instrumento 01: Docente

Formação:
Especialização()
Mestrado()
Doutorado ()
Vínculo: () Efetivo () Substituto/Contratado () Colaborador () Outro
Idade: Sexo : Masculino () Feminino ()
Carga Horária:() 20 horas () 40 Horas () 40 horas/Dedicação Exclusiva
Locais de atuação:() Somente na Instituição () Em outras instituições escolares () Em empresas
Experiência no Magistério/Tempo:() menos de um ano () de um a dois anos () de três a cinco
() De seis a dez () acima de dez
Experiência no Magistério: () Superior () Educação Profissional () Ensino Médio () Ensino Fundamental
Publicação nos últimos cinco anos: (livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos ou revistas científicas, trabalhos publicados em anais de eventos, artigos em jornais e revistas)

Autoavaliação

1	Apresento domínio dos conteúdos trabalhados.
2	Faço exposição e explicação dos conteúdos das disciplinas com clareza.
3	Relaciono o conteúdo teórico com a prática, a vida cotidiana.
4	Demonstro para os estudantes a utilidade dos conteúdos das disciplinas para a formação profissional.
5	Possuo habilidade em despertar o interesse dos estudantes pela disciplina.
6	Apresento disposição para atender aos estudantes fora dos horários de aula.
7	Dispenso aos estudantes tratamento cordial e respeitoso.
8	Sou receptivo a críticas, sugestões e divergências de opiniões.
9	Adequo o material didático disponibilizado ao conteúdo da disciplina.
10	Adequo o material didático disponibilizado ao conteúdo da disciplina.
11	Adequo os trabalhos propostos ao conteúdo da disciplina.
12	Cumpro os horários de início e término das aulas.
13	Planejo regularmente as aulas.
14	Sou assíduo (não falta às aulas).
15	As avaliações aplicadas são compatíveis com o conteúdo ministrado em sala de aula.
16	Apresento aos estudantes os critérios utilizados para avalia-los.
17	Cumpro o prazo para correção de avaliações.
18	Apresenta interesse pelo aprendizado dos estudantes.
19	Cumprimento do conteúdo proposto para disciplina.
20	Ao iniciar uma disciplina,apresento os objetivos, o conteúdo, as formas de avaliar.
21	Os conteúdos não assimilados são retomados.
22	Informa aos estudantes sobre os conteúdos nos quais precisam estudar e avançar mais.
23	Informo aos estudantes as razões pelas quais atingiram a média considerada para aprovação ou reprovação.
24	Participo das reuniões com a coordenação pedagógica.
	Comentários, sugestões:
Avaliação da Categoria Corpo Docente segundo a percepção Docentes	
01	Frequência dos alunos as aulas.
02	Interesse dos alunos no aprofundamento do conteúdo das disciplinas.
03	Interesse dos alunos em participar de aulas práticas, trabalhos e projetos extraclasse
04	Estudo em casa pelos alunos
05	Cumprimento de prazos para entrega de trabalhos e atividades extraclasse
06	Participação e desempenho dos alunos na aula.
07	Disposição dos alunos para resolver exercícios em sala de aula.
08	Comportamento dos alunos em sala de aula
09	Pontualidade dos alunos as aulas

10	Desempenho dos alunos em trabalhos escolares.
11	Desempenho dos alunos nas avaliações.
12	Cuidado dos estudantes em relação a preservação da estrutura física e mobiliário da escola.
13	Relacionamento dos alunos com o professor.
14	Receptividade dos alunos a críticas, sugestões e divergências de opiniões.
15	Postura e imagem dos alunos.
16	Nível de conhecimento dos alunos, adquiridos em níveis anteriores de ensino.
17	Relacionamento entre os alunos.
	Comentários e/ou sugestões:
Instalações Físicas	
1.	As salas de aulas são salubres (boa iluminação, conforto térmico e acústico).
2.	As cadeiras das salas de aula são confortáveis.
3.	Há cadeiras suficientes.
4.	As dependências em geral apresentam níveis adequados de limpeza e conservação.
5.	Os equipamentos disponíveis são compatíveis com as necessidades do curso.
6.	Os equipamentos disponíveis são em quantidade de modo atender a demanda.
7.	Refeitório (limpeza, iluminação , climatização)
8.	Biblioteca (limpeza, iluminação, climatização).
9.	Qualidade nutricional do lanche/refeição escolar.
10.	Diversificação do lanche/refeição escolar.
11.	Estado de conservação dos banheiros.
12.	Limpeza dos banheiros.
13.	Espaço disponibilizado aos alunos para estudo.
14.	Adequação do auditório/sala de conferência para realização de eventos.
15.	Estado de conservação da quadra de esportes.
16.	Estrutura da quadra de esportes para a prática de vários esportes.
17.	Iluminação da quadra de esportes.
18.	Adequação dos recursos esportivos (bolas, coletes, redes) para a prática de vários esportes.
19.	Quantidade de recursos esportivos disponíveis.
20.	Estado de conservação dos recursos esportivos.
21.	Estado de conservação dos recursos áudio visuais (DVD, televisão, computador, retroprojeto).
22.	Quantidade de recursos áudio visuais.
23.	Modernidade dos recursos áudio visuais.
24.	Espaço disponibilizado para reuniões, conselhos de classe, elaboração e correção de provas.
25.	Estado de conservação dos prédios, salas, laboratórios, espaços.
26.	Acessibilidade às dependências da instituição aos portadores de necessidades especiais.
27.	Estado de conservação dos laboratórios de informática.
28.	Estado de conservação dos laboratórios da escola.
29.	Estado de conservação dos equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
30.	Quantidade de equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
31.	Funcionamento dos equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
32.	Modernidade dos equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
33.	Adequação da mobília (mesas e cadeiras) existente na biblioteca ao estudo individual e em grupo.
34.	Espaço disponibilizado para o estudo na biblioteca.
Comentários e sugestões:	

Diagnóstico: Corpo Discente

1. Evolução corpo discente nos últimos três anos:
 - 1.1 Ingressos
 - 1.2 Trancamentos
 - 1.3 Desistências

- 1.4 Transferências
- 1.5 Concluintes do curso
- 2. Matrícula nos últimos três anos
- 3. Situação Profissional dos Egressos
 - 3.1 Desempregados
 - 3.2 Trabalhando na área
 - 3.3 Trabalhando em outra área
- 4. Taxas por série/curso
 - 4.1 Repetência
 - 4.2 Evasão
 - 4.3 Promoção

Instrumento02: Discentes

Autoavaliação discente	
1.	O curso que escolhi atende as minhas expectativas.
2.	Frequento as aulas.
3.	Tenho interesse pelo aprofundamento do conteúdo das disciplinas.
4.	Tenho interesse em participar de aulas práticas, trabalhos e projetos extraclasse
5.	Estudo em casa .
6.	Cumpro os prazos para entrega de trabalhos e atividades extraclasse
7.	Sinto-me motivado para participar das aulas.
8.	Tenho comportamento adequado em sala de aula com os colegas e professor.
9.	Ajudo na manutenção e preservação do ambiente físico e mobiliário da escola.
10.	Sou pontual.
11.	Sou assíduo.
12.	Recebo atendimento especial em relação às dificuldades de aprendizagem.
13.	Tenho dificuldades em algumas disciplinas.
14.	Relacionamento dos alunos com o professor.
15.	Trato com cordialidade e respeito todas as pessoas da instituição.
16.	Sou receptivo a críticas, sugestões e divergências de opiniões.
17.	Sinto-me responsável pelo sucesso do processo de ensino e aprendizagem.
18.	Conheço minhas responsabilidades se deveres dentro da instituição.
19.	Relacionamento entre os alunos.
20.	As informações chegam até o estudante com clareza, objetividade e tempo hábil.
21.	Sinto-me seguro nas dependências da instituição.
22.	Tenho clareza de que a avaliação sincera poderá contribuir para melhorar o funcionamento da escola.
23.	Comentários e/ou sugestões:

Avaliação da Categoria Corpo Docente segundo a percepção Discente	
1	Apresenta domínio dos conteúdos trabalhados.
2	Clareza na exposição e explicação dos conteúdos das disciplinas.
3	Relaciona o conteúdo teórico com a prática, a vida cotidiana.
4	Há clareza quanto a utilidade dos conteúdos das disciplinas para a formação profissional.
5	Possui habilidade em despertar o interesse dos estudantes pela disciplina.
6	Apresenta disposição para atender aos estudantes fora dos horários de aula.
7	Dispensa aos estudantes tratamento cordial e respeitoso.
8	Receptividade a críticas, sugestões e divergências de opiniões.
9	Adequação do material didático disponibilizado ao conteúdo da disciplina.
10	Frequência e uso do laboratório da disciplina e ou da realização de atividades práticas.
11	Uso de material tecnológico e audiovisual.
12	Adequação do material didático disponibilizado ao conteúdo da disciplina.
13	Adequação dos trabalhos propostos pelo professor ao conteúdo da disciplina.
14	Cumpra os horários de início e término das aulas.
15	Aproveitamento do tempo determinado para a aula.
16	São assíduos (não faltam às aulas).
17	As avaliações são compatíveis com o conteúdo ministrado em sala de aula.
18	Clareza dos critérios utilizados pelo professor para avaliar os alunos.

19	Cumprimento do prazo para correção de avaliações.
20	Apresentam interesse pelo aprendizado dos estudantes.
21	Cumprimento do conteúdo proposto para disciplina.
22	Ao iniciar uma disciplina, o professor apresenta os objetivos, o conteúdo
23	Os conteúdos não assimilados são retomados.
Instalações Físicas	
1.	As salas de aulas são salubres (boa iluminação, conforto térmico e acústico).
2.	As cadeiras das salas de aula são confortáveis.
3.	Há cadeiras suficientes.
4.	As dependências em geral apresentam níveis adequados de limpeza e conservação.
5.	Os equipamentos disponíveis são compatíveis com as necessidades do curso.
6.	Os equipamentos disponíveis são em quantidade de modo atender a demanda.
7.	Refeitório (limpeza, iluminação, climatização)
8.	Biblioteca (limpeza, iluminação, climatização).
9.	Qualidade nutricional do lanche/refeição escolar.
10.	Estado de conservação dos banheiros.
11.	Limpeza dos banheiros.
12.	Espaço disponibilizado aos alunos para estudo.
13.	Adequação do auditório/sala de conferência para realização de eventos.
14.	Estado de conservação da quadra de esportes.
15.	Estrutura da quadra de esportes para a prática de vários esportes.
16.	Iluminação da quadra de esportes.
17.	Adequação dos recursos esportivos (bolas, coletes, redes) para a prática de vários esportes.
18.	Quantidade de recursos esportivos disponíveis.
19.	Estado de conservação dos recursos esportivos.
20.	Estado de conservação dos recursos áudio visuais (DVD, televisão, computador, retroprojektor).
21.	Quantidade de recursos áudio visuais.
22.	Modernidade dos recursos áudio visuais.
23.	Espaço disponibilizado para reuniões, conselhos de classe, elaboração e correção de provas.
24.	Estado de conservação dos prédios, salas, laboratórios, espaços.
25.	Acessibilidade às dependências da instituição aos portadores de necessidades especiais.
26.	Estado de conservação dos laboratórios de informática.
27.	Estado de conservação dos laboratórios da escola.
28.	Estado de conservação dos equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
29.	Quantidade de equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
30.	Funcionamento dos equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
31.	Modernidade dos equipamentos existentes nos laboratórios da escola.
32.	Adequação da mobília (mesas e cadeiras) existente na biblioteca ao estudo individual e em grupo.
33.	Espaço disponibilizado para o estudo na biblioteca.
Comentários e sugestões	

Gestão Didática Pedagógica

1.	Todos os projetos pedagógicos de cursos da EPTNM estão atualizados.
2.	Os projetos pedagógicos de cursos encontram-se disponíveis para consulta da comunidade acadêmica.
3.	A coordenação pedagógica/assessoria pedagógica acompanha o desenvolvimento dos projetos dos cursos.

4. Os planos de ensino são elaborados em reuniões com os docentes.
5. São desenvolvidos projetos interdisciplinares dentro de um mesmo curso.
6. São desenvolvidos projetos interdisciplinares envolvendo diferentes cursos.
7. Quando da elaboração ou revisão do regimento escolar e projetos de cursos a proposta pedagógica constitui-se elemento norteador.
8. Há uma sistemática de acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de cursos, com vistas ao atendimento às necessidades da comunidade.
9. A proposta pedagógica é conhecida e discutida por todos da comunidade acadêmica.
10. A coordenação pedagógica, realiza acompanhamento forma, minimamente mensal, do desenvolvimento dos planos de ensino.
11. Há um acompanhamento das aulas previstas e dadas.
12. Há procedimentos para a reposição de aulas não dadas.
13. Há acompanhamento da reposição das aulas.
14. Há acompanhamento do total de carga horária cumprida em cada disciplina, por turma.
15. O diagnóstico realizado no início do ano letivo, serve de subsídio para o planejamento.
16. Existe uma sistemática de avaliação contínua do desempenho do aluno por disciplina.
17. É realizado acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes.
18. Os indicadores de desempenho dos estudantes são utilizados para reorientação da prática docente, reformulação dos planos de ensino e estabelecimento de estratégias e/ou ações para superação das dificuldades.
19. São realizados conselhos de classe a cada unidade letiva.
20. Existe uma sistemática estabelecida para a realização e avaliação do processo.
21. Os estudantes recebem todas orientações necessárias para a realização do estágio supervisionado.
22. As atividades de estágio estão organizadas e previstas em um plano de estágio.
23. Os estagiários contam com acompanhamento pedagógico para realização do estágio.
24. As atividades de estágio são acompanhadas e supervisionadas.
25. As visitas técnicas e/ou aula de campo são devidamente planejadas, registradas e avaliadas.
26. É dada atenção individual aos estudantes que apresentam necessidades especiais de aprendizagem.
27. É promovido reuniões periódicas entre professores, equipe pedagógica, coordenação de ensino e departamento de ensino.

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIA
 APLICADA À EDUCAÇÃO – GESTEC
 MESTRADO PROFISSIONAL



Caro Membro da Comissão Própria de Avaliação do IF Baiano,

Este questionário é parte integrante da coleta de dados da minha pesquisa de mestrado intitulada de “Avaliação Institucional no Instituto Federal Baiano e o Desenvolvimento de Projeto de Autoavaliação Institucional” realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Campus I, sob a orientação do Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes.

Sua contribuição é muito importante para o levantamento dos dados necessários a essa investigação. Salientamos que as informações registradas neste questionário serão usadas para fins da pesquisa e que seu nome não será utilizado em qualquer parte da investigação como forma de preservar seu anonimato. Os resultados dessa pesquisa serão disponibilizados após a sua conclusão, prevista para julho de 2013.

Procure responder as perguntas, considerando às seguintes observações:

- É importante que o seu questionário seja respondido individualmente.
- Sua preocupação deverá ser a de retratar o que realmente pensa em relação às questões formuladas.
- Fique à vontade para fazer comentários que julgar pertinente em relação às questões ou às suas respostas, utilizando os espaços em branco do questionário.
- Coloco-me a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas (merilandeoliveira@hotmail.com ; Merilande.soares@si.ifbaiano.edu.br / (73) 3536 1345 – 8168 3972).

Desde já agradeço sua atenção e participação.

Atenciosamente,

Merilande de Oliveira Soares Eloi
 Mestranda

Questionário

Pesquisa: Avaliação Institucional no Instituto Federal Baiano e o Desenvolvimento de Projeto de Autoavaliação Institucional

I -Caracterização da Comissão Própria de Avaliação do IF Baiano
1. Formação Acadêmica:
2. Participou de alguma capacitação sobre o SINAES? () Sim () Não
2.a Outras capacitações em avaliação? () Sim () Não Especificar:
3. Antes de participar da CPA do IF Baiano, já participou de alguma experiência em outra instituição de um processo de avaliação institucional? () Sim () Não Descrever:
4. Motivos/Interesses que o conduziram a participar da Comissão Própria de Avaliação? Elencar:
II – Processo de Autoavaliação Institucional IF Baiano
5. De modo geral qual a sua compreensão sobre autoavaliação institucional?
6. Você considera que a autoavaliação institucional é importante para o IF Baiano? O que ela pôde/pode possibilitar para a Instituição?
7. Em 2011, ocorreu o primeiro momento de autoavaliação institucional no IF Baiano. Este processo seguiu as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES quanto as etapas de autoavaliação (sensibilização da comunidade; construção do projeto de autoavaliação; construção de instrumentos e definição de metodologia, elaboração de relatório e divulgação) ? () Sim () Não () Em parte
Comente:
8. Houve alguma dificuldade no desenvolvimento do processo de autoavaliação? () Sim () Não Se, sim, quais as principais dificuldades identificadas?
9. Neste primeiro momento de avaliação do IF Baiano a avaliação incidiu apenas sobre os cursos superiores. Quando nos referimos a Instituição em sua totalidade considerando todos os cursos, níveis e modalidades, as dimensões propostas para a avaliação no SINAES dá conta de retratar a realidade do IF Baiano (a)? O que você considera que deve ser avaliado no IF Baiano (b) ? Como deve ser avaliado (c)? a. b.

c.

10. Os princípios orientam as ações, dá o norte, a direção. Considerando as características do IF Baiano e a sua missão de “Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão”, dentre os princípios indicados abaixo quais você considera desejável para nortear o processo de Autoavaliação Institucional do IF Baiano?

- () Globalidade
- () Legitimidade
- () Participação
- () Continuidade
- () Objetividade
- () Proatividade
- () Transparência
- () Comparabilidade
- () Processo esporádico
- () Parcialidade
- () Competência
- () Respeito as identidades
- () Flexibilidade
- () Autonomia
- () Responsabilidade social
- () Outro (s), especificar: